

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARCOS ANTONIO GONÇALVES DOS SANTOS

**O CONCEITO DE SOCIABILIDADE EM GEORG SIMMEL:**

contribuições à Sociologia da Infância

SÃO CARLOS-SP

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARCOS ANTONIO GONÇALVES DOS SANTOS

**O CONCEITO DE SOCIABILIDADE EM GEORG SIMMEL:**

contribuições à Sociologia da Infância

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação / Linha de pesquisa: Educação, Cultura e Subjetividade.

**Orientadora:** Profa. Dra. Andrea Braga Moruzzi

SÃO CARLOS-SP

2021



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

---

### Folha de Aprovação

---

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Marcos Antonio Gonçalves dos Santos, realizada em 21/06/2021.

#### Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Andrea Braga Moruzzi (UFSCar)

Profa. Dra. Gabriela Guamieri de Campos Tebet (UNICAMP)

Profa. Dra. Patrícia Dias Prado (USP)

Prof. Dr. Lenin Bicudo Bárbara (USP)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho a todas as pessoas que estudam as infâncias, as crianças e a Sociologia da Infância. Que possamos criar um mundo outro, uma forma outra de ver e viver a vida, uma forma outra de sociedade e de experiência escolar. A vida, breve que é, merece ser vivida em sua melhor acepção. Não estamos aqui para ficarmos sentados, calados e manchando o papel de tinta, temos que ser mais do que isso, somos mais do que isso!

## **Agradecimentos**

Aos Antigos pelas bênçãos e proteção;

À professora doutora Andrea Braga Moruzzi, pela orientação e parceria;

À banca, composta por: profa. dra. Gabriela Tebet, profa. dra. Patrícia Prado e o prof. dr. Lenin Bárbara, por terem aceitado participar desse processo;

À secretária do PPGE, Silvana Félix, pela amizade;

Aos meus pais, pelo suporte;

Aos meus amigos e amigas, aos que estão distante pelos momentos da vida em que estão, aos que ficaram próximos pelos mesmos motivos. Em especial, meus agradecimentos às amigas Sara, Julia e Regina - o quarteto parada dura pedago-015.

Ao Guilherme, pelo companheirismo, apoio, cuidados e revisão do texto;

À professora mestra Andrea Calderan, pela generosidade constante;

Às professoras e professores que passaram pela minha vida e fizeram a diferença;

Ao grupo de pesquisa EdIPIC (Educação Infantil e Pequena Infância em Contexto), por ampliarem meus conhecimentos e auxiliarem em minha formação humana e acadêmica.

Às(aos) docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos que contribuíram no processo de aprendizagem no meu percurso acadêmico.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida.

Por fim, à Universidade Federal de São Carlos - a melhor do Brasil.

“Assim como contemplar o mar nos liberta interiormente, quando o mar forma as ondas para puxá-las, e puxa-as para formá-las novamente, nos libertamos não a despeito desse jogo e contrajogo das ondas, mas por causa dele - pois nele está estilizada a simples expressão de toda a dinâmica da vida totalmente livre de qualquer realidade vivenciada e de todo peso dos destinos individuais, cujo sentido derradeiro, todavia, parece convergir nessa imagem simples.”

Georg Simmel (2006, p. 81)

SANTOS, Marcos Antonio Gonçalves dos. **O CONCEITO DE SOCIABILIDADE EM GEORG SIMMEL**: contribuições à Sociologia da Infância. 131 páginas. Dissertação (Mestrado) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

### **Resumo**

Essa pesquisa teve como proposta entender a mudança no uso do conceito de socialização para o uso do conceito de sociabilidade e as condições de emergência desta virada conceitual dentro do campo da Sociologia da Infância. Este campo, que se constituiu com uma forte crítica ao conceito de socialização em seu sentido durkheimiano, vem ampliando o debate sobre os processos de socialização, ora reconceituando, ora propondo outros conceitos. Realizou-se um estudo bibliográfico, com inspiração genealógica, com base nas plataformas Scielo Br e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com o qual trabalhou-se para entender: por que o conceito de sociabilidade passou a ser utilizado; o próprio conceito de sociabilidade; quais as/os autoras(es) que inauguraram o uso do conceito de sociabilidade; e, por último, quem desenvolveu o conceito de sociabilidade. Foi constatado que o conceito de socialização ainda é utilizado em seu sentido durkheimiano; que ainda há uma confusão entre os conceitos de socialização e sociabilidade; que o conceito de Reprodução Interpretativa é utilizado como alternativa ao de socialização; que o conceito de sociabilidade possui elementos que corroboram o entendimento do fenômeno de interação entre sociedade e indivíduo no âmbito da proposta e dos princípios da Sociologia da Infância.

**Palavras-chave:** Sociabilidade; Socialização; Sociologia da Infância.

### **Abstract**

This research aimed to understand the change in the use of the concept of socialization to the use of the concept of sociability and the emergence conditions of this conceptual turn within the field Sociology of Childhood. This field, which was constituted with a strong criticism of the concept of socialization in its Durkheimian sense, has been broadening the debate on the processes of socialization, either reconceptualizing, or proposing other concepts. A bibliographic study was carried out, with genealogical inspiration, based on the platforms Scielo Br and Catalog of Theses and Dissertations of CAPES, which have been used to understand: why the concept of sociability came to be used; the concept of sociability itself; which authors started using the concept of sociability; and, finally, who developed the concept of sociability. It was found that the concept of socialization is still used in its Durkheimian sense; that there is still a confusion between the concepts of socialization and sociability; that the concept of Interpretative Reproduction is used as an alternative to that of socialization; that the concept of sociability bears elements which corroborate the understanding of the phenomenon of interaction between society and individual in the sphere of the proposal and the principles of Sociology of Childhood.

**Keywords:** Sociability; Socialization; Sociology of Childhood .

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
<b>1 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>25</b>
1.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E A INSPIRAÇÃO GENEALÓGICA	25
1.2 Procedimentos Metodológicos e o levantamento realizado	26
<b>2 INICIANDO EM DURKHEIM</b>	<b>29</b>
2.1 BREVE BIOGRAFIA DE ÉMILE DURKHEIM (1858-1917)	29
2.2 Indivíduo X Sociedade - a tensão do dever ser	30
<b>3 APROXIMANDO-NOS DE GEORG SIMMEL</b>	<b>38</b>
3.1 BREVE BIOGRAFIA DE GEORG SIMMEL (1858 - 1918)	38
3.2 Indivíduo e Sociedade - as múltiplas formas de interação	39
3.3 Sociabilidade - as formas puras de interação	52
<b>4 A EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE SOCIABILIDADE PARA A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA</b>	<b>63</b>
4.1 DESAFIOS AO TRABALHAR COM CONCEITOS	63
4.1.1 Considerações sobre os fragmentos destacados nos Artigos	65
4.1.2 Considerações sobre os fragmentos destacados nas Dissertações	76
4.1.3 Considerações sobre os fragmentos destacados nas Teses	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE - Tabelas</b>	<b>122</b>

## APRESENTAÇÃO

Filho de proletários, meu pai, homem negro, sempre trabalhou na construção civil ou como motorista de ônibus, ou em ambos; minha mãe, mulher branca, foi “do lar” a maior parte de sua vida até que um dia fez um curso de costura e começou a trabalhar numa fábrica textil, como costureira, na cidade de Araraquara.

Ainda me recordo dos meus primeiros dias na instituição escolar. Foi uma experiência traumática regada com muito choro e medo. Uma prima de minha mãe foi responsável por me levar ao “prezinho”<sup>1</sup> durante vários dias. Assim que eu me distraía, ela ia embora, me deixando sozinho naquele lugar estranho e cheio de desconhecidos. Depois de um tempo, consegui me adaptar.

“Dona” Regina era uma professora muito carinhosa. A lembrança que dela guardo é de grande acolhimento e envolvimento com os pequenos alunos. Além disso, recordo-me de sua garrafa de água quente sempre à mão para preparar seu chá; de fazer, sob sua tutela, um porta-retratos com palitos de sorvete; de ensaiar a dança para a apresentação de festa junina; de tocar um pandeirinho; do constante sorriso daquela professora.

No ensino fundamental ciclo I, recordo da professora Valéria, da qual ainda sinto grande afeição. Há também a “dona” Cleuza e a professora Nadir. A primeira, com seu característico odor de fumante; a segunda, ficava vermelha de tanto gritar com os alunos, quebrava seus anéis ao bater nos armários para exigir silêncio.

No ensino fundamental ciclo II, ainda me recordo do professor de ciências, “seu” Clóvis, muito dedicado, gentil e envolvido. A professora Nazaré, em seu ensino de história. A professora Núbia, que lecionava a disciplina de língua portuguesa com muito afinco. A professora Ester, com sua forte personalidade, lecionava uma disciplina de que eu não gostava muito, mas que, com o tempo, passei a gostar: educação física. Lembro do caseiro da escola, “seu” João, que possuía um velho carro Gordini. E do inspetor João, um homem sério, mas muito “gente boa”.

No ensino médio, as coisas se ampliaram um pouco, pois a escola era mais longe de casa. Tinha que pegar dois ônibus para chegar lá, acordava muito cedo e era a primeira vez que faria um percurso pela cidade sozinho. Várias professoras e professores com várias disciplinas. Foi nesse momento que pude perceber a diferença de minha família com a realidade escolar, pois cresci numa casa em que não havia livros e acesso à cultura erudita.

---

<sup>1</sup> Pré-escola - junto com a creche compreende a primeira fase do ensino básico - Educação Infantil. Não frequentei a creche, pois na época não era acessível.

Um professor, em especial, chamado Aguinaldo, foi uma figura de grande importância; lecionava filosofia e era um ser excêntrico. Lembro-me dos trabalhos sobre a vida dos filósofos clássicos e seus questionamentos. Tudo aquilo era extremamente fascinante. Sua postura intimidadora era aquela da autoridade de quem domina o conteúdo com o qual trabalha. Ele perguntou no primeiro dia de aula como nós gostaríamos que ele falasse; eram duas opções: uma linguagem acessível ou uma linguagem filosófica. Quando ele demonstrou como seria a segunda opção, percebi que, assim como os demais colegas, não dava para entender o que era dito. Devido às exigências desse professor eu comecei a frequentar a biblioteca municipal. Foi nesse momento que todo meu mundo interno se modificou.

Outras disciplinas que me marcaram, devido às docentes, foram a de Sociologia e a de Química. Ficava indagando a professora de sociologia sobre vários temas. Também ficava discutindo com a professora de química, “dona” Regina, sobre radioatividade e perguntava se ela poderia me trazer um pouco de algum elemento radioativo. Outras disciplinas sofreram grandes faltas, pois não havia professores. Física era uma disciplina que me atraía muito, mas em um ano chegamos a ter a troca de docentes por 3 vezes, com intervalos nos quais nem aula tínhamos. Mas concluí esse nível.

Após o término do ensino básico, cursado integralmente em escolas públicas - municipal e estadual - na cidade de Araraquara-SP, cursei dois anos de cursinho pré-vestibular ofertado pela prefeitura. Apesar da pressão familiar para o ingresso no mercado de trabalho, prestei o Enem, numa das primeiras edições e consegui uma boa nota. Estava na metade do ano do cursinho quando vi no site do PROUNI que eu havia conseguido uma bolsa integral para cursar Licenciatura em Letras pela Universidade Paulista (UNIP) em minha própria cidade. Esse momento já significou algo muito além do que eu poderia esperar, filho de trabalhadores que concluíram os estudos tardiamente na modalidade EJA. Não foi fácil conseguir ingressar, me manter e concluir o curso, mas concluí.

Quase no último ano da graduação em Letras eu fui convocado a assumir uma vaga de um concurso que havia prestado e passado. A vaga era para cobrador de ônibus em uma empresa de transporte público da cidade de Araraquara. Foi uma reviravolta e acabou afetando meus rendimentos nas disciplinas, pois os horários eram variados e houve grande resistência para que eu pudesse ser liberado a tempo de conseguir chegar para assistir às aulas que iniciavam às 19h. No último semestre, devido a esses transtornos, “peguei” a primeira e única recuperação do curso, mas no fim ocorreu tudo certo e eu consegui concluir minha formação em Letras sem nenhuma reprova.

Após a conclusão do curso, fui atrás de iniciar a carreira docente como professor substituto na escola onde cursei o ensino médio. Cheguei na escola, perguntei se eu poderia “eventuar” e o que eu deveria fazer para ser cadastrado. Após receber as orientações do secretário, a vice-diretora, que estava passando, veio falar comigo, foi muito atenciosa e começou a me chamar de professor Marco; foi a primeira vez que isso ocorrera. Ao explicar que estaria disponível para ser eventual a partir do dia seguinte, fui surpreendido com o pedido dela para que eu já começasse naquele mesmo instante, pois havia uma turma sem professor e não havia um substituto disponível. Foi um momento um pouco traumático também, pois eu era recém-formado e fui colocado dentro de uma sala de aula de uma quinta série sem ter tido tempo para preparar algo. Foi um choque, fiquei paralisado e não me recordo o que aconteceu naqueles trinta minutos que faltavam para a aula terminar.

Depois desse início, consegui aulas atribuídas<sup>2</sup> a mim. Não era mais eventual, período que durou um mês apenas, pois já consegui aulas que seriam minhas durante todo o ano letivo. Passei por várias escolas estaduais durante o período de três anos. Pude perceber que o ambiente escolar poderia ser agradável ou infernal, isso dependeria muito do envolvimento da coordenação ou da direção da escola. Também notei que variava muito de sala para sala. Depois de um tempo eu soube dos mecanismos internos para classificar e distribuir os estudantes conforme sua origem, histórico, média de rendimento, entre outras coisas.

Foi no ano de 2014 que decidi prestar o Enem novamente. Queria cursar Pedagogia, por ser esse o curso exigido para que se possa ocupar os cargos de coordenação e de direção. Consegui a nota necessária e fui aprovado para cursar Pedagogia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Tive que mudar de cidade, pois não queria ter que viajar todos os dias. Esse movimento mudou totalmente a minha vida e ampliou minha visão de mundo drasticamente.

Cursar pedagogia em uma instituição pública foi totalmente diferente da minha primeira experiência no ensino superior. São tantas as possibilidades, tantos conhecimentos distintos acessíveis, tantas pessoas vindas de diversos lugares, tantos docentes com trajetórias incríveis. Era um outro mundo, um outro recorte social com o qual eu não estava familiarizado. Apesar do deslocamento que senti, foi tudo muito prazeroso.

---

<sup>2</sup> *Aula atribuída* é o nome do conjunto de aulas pelas quais o professor fica responsável ao longo de todo o ano letivo na rede Estadual do Estado de São Paulo.

Os primeiros anos foram marcados pela alta carga teórica que o curso possui; percebi que era aquilo que eu queria e buscava. Cada disciplina, cada docente, uma cortina se abria, o mundo ficava cada vez maior. Comecei a rever a minha trajetória e pude perceber o quanto uma licenciatura sofre com a falta de aprofundamento dos conhecimentos pedagógicos. Refleti sobre os três anos em que atuei na docência, pude fazer uma autoanálise e percebi que eu queria mais, muito mais.

No segundo ano do curso, estava cursando a disciplina *Educação Infantil: a criança, a infância e as instituições* lecionada pela professora doutora Anete Abramowicz. Foi nessa disciplina que tive meu primeiro contato com a Sociologia da Infância. Foi nesse momento em que me dei conta de que antes do *ser aluno* há o *ser criança*, um ser vivo que já é. Enquanto sempre ouvia o coro “o aluno isso, o aluno aquilo”, não havia me dado conta de que era a criança sobre quem falávamos. Não percebia que a escola não era a totalidade da infância, mas apenas um fragmento dela. As tendências que aprendemos na maior parte do curso visavam a diminuir o tempo de infância da criança e iniciá-la na lógica do pensamento neoliberal.

No terceiro ano, tive a oportunidade de cursar a Especialização em Sociologia da Infância. Durante o percurso, tivemos aulas sobre os Estudos dos Bebês, História da Infância, Geografia da Infância, Antropologia da Criança, Infância e Cultura Científica, Sociologia da Infância, entre outras. Fui refletindo sobre o que estava aprendendo e algo ficava em meu encaixe. Esse algo poderia ser entendido com a seguinte pergunta: “como estariam ocorrendo os processos de socialização das crianças no ambiente das tecnologias digitais de informação e comunicação?”, em outras palavras, como estaria ocorrendo o processo de interação entre a criança e a sociedade na contemporaneidade.

No quarto ano, consegui uma bolsa de Iniciação Científica pelo CNPq e desenvolvi uma pesquisa de levantamento bibliográfico que tinha como objetivo localizar as pesquisas que estavam preocupadas com crianças, infância e tecnologias digitais. Esse trabalho deu base para outros. No quinto, e último, ano concluí a licenciatura em Pedagogia.

Após ingressar no mestrado, em discussão com minha orientadora, chegamos à proposta dessa dissertação. Envolvermos o conceito de socialização que já vinha sendo estudado com uma nova proposta de entendimento desse fenômeno, interação entre indivíduo e sociedade, de uma outra perspectiva. Ao nos depararmos com o conceito de sociabilidade em Georg Simmel, pensamos ter encontrado um aporte teórico com grandes contribuições para o campo da Sociologia da Infância. Passamos então a delinear os caminhos da presente pesquisa, a qual iniciamos na próxima seção.

## INTRODUÇÃO

Seria necessário para a Sociologia da Infância propor um novo conceito para se estabelecer como campo de conhecimento? Essa pergunta norteará essa dissertação em todos os momentos. Para tentarmos nos aproximar de possíveis respostas ou indicadores, realizamos uma retomada de textos de Émile Durkheim (1858-1917) e de Georg Simmel (1858-1918), este pouco estudado no campo da educação, mas de grande importância no estabelecimento da Sociologia como disciplina acadêmica e como campo científico. Ambos os autores são, hoje, considerados fundadores da sociologia, embora ainda prevaleça no imaginário acadêmico que Marx, Weber e Durkheim seriam os pais fundadores, ideia essa que vem sendo questionada pelos estudos decoloniais (CONNELL, 2012). Ainda que Durkheim tenha prevalecido após sua época, Simmel vem sendo resgatado e fora estabelecido como um importante autor que, à sua maneira, também tentava consolidar a sociologia como um campo científico.

Embora ambos tivessem a mesma tarefa - construir a sociologia como disciplina acadêmica/científica -, ocuparam pontos diametralmente opostos. Durkheim estava na esteira de Comte e Spencer, enquanto Simmel percorria o terreno lavrado por Nietzsche, Bergson e Schopenhauer. Ambos também refletiram amplamente sobre os escritos de Kant. O primeiro tentava a todo custo desvincular a sociologia da filosofia para conferir “cientificidade” aos seus trabalhos; para isso, aproximou-se da biologia e da psicologia, ambas já consolidadas como ciências que não pertenciam ao campo das ciências duras (matemática, física e química). O segundo, por sua vez, concebia a ciência de um outro modo; não via como problema a presença da filosofia e da história mescladas com outros campos do conhecimento em sua sociologia (VANDENBERGHE, 2018).

Mas o que haveria entre esses autores para o interesse dessa pesquisa? Ambos fizeram propostas para entender como um indivíduo se torna um indivíduo da/em sociedade. E é aqui o ponto que nos interessa, o que Simmel denominou como *Wechselwirkung* (Interação, Influência mútua/recíproca), *Geselligkeit*<sup>3</sup> (Sociabilidade/Socialidade) e *Vergesellschaftung* (Socialização, Sociação ou Associação). Durkheim propôs, *grosso modo*, que esse processo de socialização ocorreria de modo coercitivo e impositivo, o indivíduo

---

<sup>3</sup> No subcapítulo intitulado *A sociabilidade como forma autônoma ou forma lúdica de sociação* - do livro *Questões fundamentais da sociologia* (2006) -, Simmel descreveu que “O que é autenticamente ‘social’ nessa existência é aquele ser com, para e contra os quais os conteúdos ou interesses materiais experimentam uma forma ou um fomento por meio de impulsos ou finalidades. Essas formas adquirem então, puramente por si mesmas e por esse estímulo que delas irradia a partir dessa liberação, uma vida própria, um exercício livre de todos os conteúdos materiais; esse é justamente o fenômeno da sociabilidade” (SIMMEL, 2006, p. 63-64).

como um ser passivo que era inserido no grupo por meio do aprendizado das regras. Simmel, por outro lado, escreveu sobre formas de sociação<sup>4</sup>, nas quais o indivíduo, de modo ativo e com determinadas características, seria sociabilizado enquanto sociabiliza-se.

Durkheim (2007) definiu o conceito de Fato Social como o objeto de estudo de sua Sociologia. Esse conceito objetivava o social, de modo que fosse possível abstrair um elemento da sociedade para analisá-lo. O Fato Social é entendido como coercitivo, exterior, universal, que se impõe ao indivíduo para que ele possa ser preparado para viver em sociedade. Simmel (2006) definira como objeto de estudo de sua sociologia o conceito de Interação Social, visto como algo em constante fluxo, mutável, particular, que possibilitaria uma infinidade de combinações. O entendimento de que tudo é relacional, isto é, de que o indivíduo age ao mesmo tempo que sofre as ações nas interações, ocupa o cerne de seu pensamento.

Para a Sociologia da Infância, o conceito de socialização, tal como pensado por Durkheim, não daria conta de responder às questões da contemporaneidade, de modo que há autoras e autores ora repensando o conceito, ora propondo a utilização de outros, como, por exemplo, o de sociabilidade. Essa pesquisa foi o esforço de revisitar Durkheim e de iniciarmos-nos no pensamento de Simmel, pois entendemos que o segundo formulou conceitos que nos auxiliariam proveitosamente nas análises que levem em consideração o ser ativo em seus processos, quais sejam, os conceitos de sociação e de sociabilidade, elementos que vão ao encontro da proposta da Sociologia da Infância.

Tendo em vista a necessidade de se pensar conceitualmente os processos de socialização/sociação ou as formas de sociabilidade na contemporaneidade, este texto tentou ampliar um dos debates promovidos pela Sociologia da Infância. Algumas autoras e autores<sup>5</sup> têm revisitado, repensado e ampliado o conceito de socialização, ou, até mesmo, optado pela utilização de outros conceitos para analisar essa dinâmica entre sociedade e indivíduo; entre eles, encontramos o conceito de sociabilidade.

A justificativa encontrada até o momento é a seguinte: o conceito de socialização, no seu sentido clássico, já não seria suficiente para a análise dos complexos processos da vida contemporânea. Entendido com base em Durkheim, o processo de socialização se daria de modo a impor as regras sociais aos novos indivíduos e esses, por sua vez, interiorizá-las-iam

---

<sup>4</sup> Uma das traduções possíveis ao termo *Vergesellschaftung* (Socialização, sociação ou associação). Optamos pelo termo sociação para diferenciarmos a socialização em Durkheim da socialização em Simmel.

<sup>5</sup> (Mollo-bouvier, 2005; Prado, 2006; Belloni, 2007, 2009; Grigorowitschs, 2008; Sarmiento, 2008 Setton, 2011, entre outros)

passivamente, análise esta que privilegia as estruturas em detrimento dos indivíduos. Os indivíduos não socializados precisam ser inseridos nas regras sociais, humanizando-se. Além disso, a sociedade exerceria uma coerção de modo “irresistível”: o indivíduo perceberia vantagens em deixar-se submeter a esse processo. Essa perspectiva conceitual não nos ajuda quando temos como pressuposto um indivíduo ativo em seus processos que, simultaneamente, sofre a ação da estrutura em que está inserido e sobre ela age.

Segundo Sarmiento (2008), o conceito de socialização tem sofrido uma revisão na contemporaneidade. De acordo com ele, diversas autoras e autores<sup>6</sup> estão levando em consideração as crianças como atores no processo de socialização, não apenas destinatárias passivas de uma socialização adultocêntrica, examinando minuciosamente as relações complexas de interação tanto na comunicação dos saberes quanto dos valores sociais. Para o autor, isso levaria em consideração as variáveis sociais, que são complexas: “relações de classe, gênero, etnia se associam a características interindividuais que tornam o processo de transmissão e recepção dos saberes, normas e valores sociais muito mais complexo do que aquilo que a concepção tradicional de socialização propõe” (SARMENTO, 2008, p. 5).

Para a Sociologia da Infância, o conceito de socialização precisava ser revisto, até mesmo substituído por outro, para poder ser utilizado nas novas análises. Pesquisadoras e pesquisadores, buscando novos conceitos, têm utilizado o de sociabilidade<sup>7</sup>, sob cuja égide o papel ativo do ator social já estaria incorporado. Segundo Prado (2006), a sociabilidade não seria algo natural<sup>8</sup>, seria um produto cultural, que consistiria da elaboração tanto individual quanto coletiva “dos comportamentos e atitudes, uma mediação entre a expressão e o pertencimento” (PRADO, 2006, p. 42). A criança, segundo ela, teria a capacidade de causar transformações na cultura.

Ao encontro do que foi mencionado, Mollo-Bouvier (2005) escreveu que o conceito de socialização não deveria mais ser tomado no sentido durkheimiano, pois encerra, em seu cerne, o processo de assimilação dos indivíduos aos grupos sociais. Dever-se-ia privilegiar uma perspectiva mais interacionista, na medida em que evidenciaria a “dinâmica das interações na aquisição de *know-hows* e insiste no vínculo entre conhecimento de si e conhecimento do outro, construção de si e construção do outro”

---

<sup>6</sup> Waksler, 1991; Sirota, 1994; Corsaro, 1997; Plaisance, 2004; Mollo-Bouvier, 2005 (SARMENTO, 2008).

<sup>7</sup> Embora o conceito de sociação, em Simmel, seja o termo correto para se referir ao fenômeno de modo mais amplo. Sociabilidade é uma forma específica de sociação - é a sociação pela sociação.

<sup>8</sup> Indicamos que essa diferença entre natureza e cultura está defasada. Não seria uma coisa ou outra. A sociabilidade seria, simultaneamente, natural e social.

(MOLLO-BOUVIER, 2005, 392). Nessa perspectiva, o conceito de socialização, tal como definido por Durkheim, seria insuficiente, pois costuma “designar de modo aproximado a capacidade de cada um a integrar-se na vida coletiva, ou antes, como veremos mais adiante, em certas formas institucionalizadas de vida coletiva” (Ibidem, p. 393). Para a Sociologia da Infância, ficou o desafio de criar ferramentas analíticas para além do conceito de socialização tal como proposto por Durkheim, levando em consideração uma infinidade de fatores.

Conforme a autora, o movimento de dessocializações e ressocializações comporia a socialização, em etapas sucessivas e contínuas. Essa constituição da socialização é, para Mollo-Bouvier (2005), uma conquista que nunca é alcançada, pois a constante busca pelo equilíbrio, que é precário, garantiria o seu dinamismo. Para a socióloga francesa, tal noção de socialização implicaria em considerar a criança como um sujeito social, que “participa de sua própria socialização, assim como da reprodução e da transformação da sociedade. Essa perspectiva é totalmente inexplorada pelos sociólogos. A sociologia da infância ainda está por inventar” (Ibidem, p. 393).

Podemos nos questionar se as pesquisas do campo da Sociologia da Infância estão, ou não, conseguindo trabalhar com esse desafio apontado por Mollo-Bouvier (2005), qual seja: o de levar em consideração a criança como um sujeito social, ativo e co-criador da sociedade. É nesse ponto que enxergamos a possível contribuição dos conceitos de socialização e sociabilidade, conforme elaborados por Georg Simmel, para o campo da Sociologia da Infância, ponto que será melhor desenvolvido ao longo desta dissertação.

Segundo Setton (2011), há uma interdependência das instâncias de socialização e o indivíduo, sendo dividida entre a dimensão do indivíduo e da instituição nos processos socializadores que culminam no indivíduo socializado. Para a autora, haveria, na cultura contemporânea, novas formas de socialização, pois existiriam novas configurações da própria sociedade. Para a socióloga da educação, o “processo de socialização das sociedades atuais é um espaço plural de múltiplas referências identitárias” (SETTON, 2011, p. 713). Segundo ela, as instâncias socializadoras são: a família (camadas populares), a escola (cultura letrada) e a mídia (cultura de massa), com muitas matrizes de cultura – cultura escolar em confronto ou em convergência com a da família, por exemplo. No fator mídia, haveria, de acordo com a pesquisadora, tensões entre os valores tradicionais<sup>9</sup>, que emanam da família e da religião, e os

---

<sup>9</sup> Os valores tradicionais, representados pela família e religião, são marcados pela hierarquia, autoritarismo, criacionismo, machismo, conservadorismo e universalismo. Enquanto os valores modernos, representados pela mídia e escola, estariam marcados pela autonomia, igualdade, democracia, evolucionismo, progressismo e pelo multiculturalismo. No entendimento de Setton (2011), os processos de socialização

valores modernos, procedentes da escola e das mídias (SETTON, 2011). Desse modo, percebemos outros elementos nessa equação, uma vez que as mídias gerariam um complexo confronto entre as matrizes culturais.

Em *As regras do método sociológico*, Durkheim (2007) abriu um campo que ficou marcado pela oposição entre sociedade e indivíduo, uma vez que deu continuidade ao pensamento positivista, no âmbito do qual pesquisador e objeto de pesquisa deveriam manter certa distância. Sua sociologia é conhecida, principalmente nessa obra que consolidou a disciplina como um campo científico, por conceber que:

[...] o coletivo remeteria à noção de constrangimento do universo exterior que, impondo-se aos agentes, teria um domínio de validade, no espaço e no tempo, ultrapassando consciências individuais. Dessa forma, a objetividade do mundo social teria uma consistência independente dos indivíduos que o compõem (SETTON, 2011, p. 716).

O pensamento durkheimiano deu suporte para que o mundo social fosse entendido como um objeto, existente de forma independente das partes que o compõem e exterior aos indivíduos. Segundo a autora, a sociologia representada por Émile Durkheim, Talcott Parsons e, de certa forma, Norbert Elias, definiria o ator individual pela interiorização do social. Porém, para ela, “a ação dos indivíduos não pode ser unicamente definida em termos de hierarquias, status, sistema de ordem e de posição” (SETTON, 2011, p. 717).

De acordo com a socióloga da educação, haveria uma tentativa por parte de alguns autores e autoras no sentido de promover um debate sobre a teoria da socialização. Estariam “introduzindo novas abordagens acerca de um dos temas mais tradicionais da sociologia, como as relações dialéticas entre indivíduo e sociedade” (Ibidem, p. 715). Percebemos que o alcance e o limite do conceito de socialização estão em debate; há uma tentativa de atualizar o conceito de modo a expandi-lo para auxiliar na reflexão sobre a sociedade contemporânea, tema que é relevante e essencial para o campo da Sociologia da Infância.

Segundo Grigorowitschs (2008), as estudiosas e estudiosos<sup>10</sup> da infância estavam desenvolvendo um modo pelo qual poderiam considerar as crianças como atores sociais e também como produtoras de cultura; para isso, precisaram repensar o conceito de socialização, conforme mencionado. Revelando esforços complementares, “outros autores, no entanto, propuseram mudanças de nomenclatura que enfatizassem a não-passividade infantil em tais processos (Gilgenmann, 1986; Corsaro, 1997; James & Prout, 1997; Mayall, 2002;

---

contemporâneos possuem uma multiplicidade de matrizes culturais. Isso geraria conflito para aqueles que estão baseados em valores tradicionais, pois oporiam grande resistência ao convívio com a diversidade e as diferenças existentes na sociedade atual.

<sup>10</sup> Plaisance, 2004; Sirota, 2005; Javeau, 2005; Mollo-Bouvier, 2005; Setton, 2005 (GRIGOROWITSCHS, 2008, p. 34).

Sarmiento, 2005 etc.)” (GRIGOROWITSCHS, 2008, p. 34). Por isso, pensamos que a proposição de outro conceito é viável para que a Sociologia da Infância possa se desvincular do conceito de socialização durkheimiano e suas implicações. Ainda conforme a autora:

[...] o campo da sociologia da infância –, grande parte desses autores defendeu e ainda defende que o conceito socialização surgiu imbricado em teorias de reprodução e manutenção da ordem social – um incorporar de padrões de valores, normas de conduta moral com relação aos outros e a si mesmo –, com suas bases em concepções durkheimianas (GRIGOROWITSCHS, 2008, p. 34).

Visando a encontrar alternativas ao conceito tradicional, buscaram-se os sociólogos clássicos que desenvolveram análises sobre processos de socialização em suas pesquisas de formas distintas das de Durkheim (1922), como Simmel (1908) e Mead (1934). Encontrou-se “o conceito de socialização (*Vergesellschaftung*) em Simmel (1908, p. 284), para quem qualquer forma de interação entre seres humanos deve ser considerada uma forma de socialização” (Ibidem, p. 36). Segundo a autora, após Simmel, autores como Mead (1934), Parsons (1955), Piaget (1975), Habermas (1973) e Luhmann (1987) também repensaram o conceito de socialização (GRIGOROWITSCHS, 2008).

Nesse ponto, encontramos que Simmel é o autor que, contemporaneamente a Durkheim, desenvolveu outra perspectiva do que seria o processo de socialização. Para Grigorowitschs (2008), os autores supracitados refletiram sobre o conceito:

[...] como Simmel, que os processos de socialização constituem-se de interações e que os conceitos, valores, autoconceitos e estruturas individuais da personalidade se desenvolvem de maneira dinâmica nesses processos e seguem a lógica de uma transformação ligada a práticas sociais que ocorrem desde a infância (GRIGOROWITSCHS, 2008, p. 36-37).

Como exemplo de outro conceito proposto temos “Reprodução Interpretativa”, de William Corsaro (2009), que, conforme a autora, destacou-se ao propô-lo, e por meio do qual elucidou que “os processos de socialização infantil constituem-se de interações, no interagir com adultos as crianças não são socializadas, mas socializam-se” (GRIGOROWITSCHS, 2008, p. 42). Essa mudança de perspectiva foi fundamental ao campo da S.I., pois foi um primeiro esforço conceitual para que pudéssemos sair da concepção durkheimiana. De acordo com Grigorowitschs (2008):

Para que o campo da sociologia da infância se desenvolva em suas dimensões teóricas, tais tensões devem ser levadas em conta: as crianças são, simultaneamente, atores sociais que interagem com adultos e outras crianças, ao mesmo tempo em que pertencem a uma forma de distinção social singular, a infância, posicionada em lugar específico nas hierarquias de determinada sociedade; lugar esse não totalmente fixo, dado o caráter processual e fluido da socialização e, portanto, da própria sociedade (GRIGOROWITSCHS, 2008, p. 49-50).

Importante destacarmos que a expressão Sociologia da Infância já estava formulada em 1930 no texto *Três observações sobre a Sociologia da Infância*, de autoria de Marcel

Mauss. Nesse texto, Mauss (2010) fez oposição à perspectiva psicológica de sua época, dialogando principalmente com o psicólogo e pedagogo Jean Piaget, trazendo questões como: geração, grupo de pares, gênero, contexto social, entre outras, para a análise da criança e da infância. O autor assim enunciou as potencialidades desse incipiente campo sociológico de investigação: “a sociologia da infância pode servir ao campo da sociologia simplesmente, e também à teoria geral da educação e, mesmo, da promoção dos valores físicos da criança e, mais tarde, do homem” (MAUSS, 2010, p. 244).

Antes disso, no pensamento sociológico, na teoria de socialização em Durkheim, se encontrava a infância como a geração para a qual os adultos realizam a transmissão cultural e de socialização. Para Sarmiento (2008), a análise da infância em “si mesma” é muito recente e se criou o termo “Nova Sociologia da Infância” para fazer referência a esses estudos (SARMENTO, 2008).

Este campo, explicou Sarmiento (2008), foi progressivamente se dissociando dos campos da Sociologia da Educação e da Sociologia da Família. Este processo se deu, segundo o autor, “através da criação dos seus próprios conceitos, da formulação de teorias e abordagens distintas e de constituição de problemáticas autónomas” (SARMENTO, 2008, p. 3). E como eixo de desenvolvimento desse campo, ele escreveu que:

Considerando, simultaneamente, as dimensões estruturais e interactivas da infância, a Sociologia da Infância desenvolve-se contemporaneamente, em boa parte, por necessidade de compreensão do que é um dos mais importantes paradoxos actuais: nunca como hoje as crianças foram objecto de tantos cuidados e atenções e nunca como hoje a infância se apresentou como a geração onde se acumulam exponencialmente os indicadores de exclusão e de sofrimento (SARMENTO, 2008, p. 3).

A Sociologia da Infância incorporou em sua agenda teórica as condições actuais de vida das crianças, fazendo a construção de uma reflexão sobre a realidade social delas. O autor argumentou que estudar a infância não se limitaria à criança, mas se estenderia à totalidade da realidade social; essa sim, seria a ocupação da Sociologia da Infância (SARMENTO, 2008). Para os estudos da infância, estaria delegado:

O trabalho de construção científica do objecto social infância torna indispensável, por isso mesmo, desconstruir a produção pericial da infância pelas ciências do indivíduo, tarefa esta que não é feita sem escolhos teóricos e epistemológicos, mas que se torna tanto mais necessária quanto a promoção da infância a objecto sociológico e o entendimento das crianças como actores sociais é um trabalho reconfigurador do conhecimento com que as crianças têm sido tematizadas (SARMENTO, 2008, p. 4).

Durante muito tempo a infância e a criança não possuíam espaço nos debates do campo da sociologia, que estava muito ocupada com os jovens, a família, a educação e o trabalho. Timidamente, o subcampo da sociologia, atualmente denominado de Sociologia da

Infância, inserido no grupo denominado Estudos Sociais da Infância, foi crescendo, ganhando espaço na produção acadêmica em forma de artigos, dissertações e teses que utilizam o aporte teórico-metodológico da Sociologia da Infância em seus trabalhos.

Ao se estabelecer, esse novo campo desenvolveu e apresentou uma gama de conceitos novos para o exercício da reflexão sobre criança e infância, sendo esses dois conceitos muito disputados com outros campos como, por exemplo, o da medicina, da biologia, da psicologia, da pedagogia, entre outros.

Porém, na Sociologia da Infância há algumas vertentes que dialogam com outros campos e entre si. Percebemos a existência de uma pluralidade e que talvez, caso queiramos enunciar com maior acuidade o que se manifesta nesse campo de estudos, devêssemos falar em Sociologias da Infância, ou ainda, Sociologias das Infâncias. Elas são constituídas por diferentes visões e estão baseadas em autoras e autores dos campos da Antropologia, da Sociologia e da Filosofia. Segundo Tebet (2013), podemos indicar ao menos quatro vertentes:

- 1 – A Sociologia do Discurso da Criança e da Infância de James, Jenks e Prout fundamentada no pensamento pós-estrutural de Foucault, Deleuze, Guattari e Bataille.
- 2 – A Sociologia da Infância Estrutural que vem sendo defendida por Jens Qvortrup, a partir de um referencial marxista.
- 3 – A Sociologia das Crianças de William Corsaro respaldada na Sociologia de Goffman, Giddens e na Antropologia de Geertz.
- 4 – A Sociologia da Infância Relacional de Leena Alanen e de Berry Mayall, assente na teoria de Pierre Bourdieu (TEBET, 2013, p. 43).

A Sociologia da Infância não é um campo homogêneo; como podemos observar, ela é composta de referenciais teóricos, metodológicos e analíticos diversos, podendo ser complementares ou antagônicos. Alguns pontos em comum podem ser destacados: a infância como categoria de análise social; a infância como construção social, histórica e cultural; as crianças como sujeitos ativos e co-construtores da infância e da sociedade, porém sujeitas à ação das instituições e dos elementos macroestruturais (TEBET, 2013; NASCIMENTO, 2016).

Segundo Tebet (2013), no interior da perspectiva estrutural há a abordagem estrutural-categorial, representada por Qvortrup, e a abordagem estrutural relacional, representada pelas autoras Alanen e Mayall. Nessa segunda abordagem, as autoras, de acordo com Tebet (2013), focalizam as relações intergeracionais, “a partir das quais diversas infâncias são construídas cotidianamente” (TEBET, 2013, p. 67), e baseiam sua proposta nos escritos de Mannheim e Bourdieu (TEBET, 2013).

Alguns pontos dessa perspectiva merecem ser destacados. Segundo Tebet (2013), as produções de Alanen possuem como marca a crítica às pesquisas sobre crianças que têm

como foco a socialização e a família. Conforme a autora, tal crítica denuncia o fato de que ocorreria a “invisibilização das crianças e da infância, sempre estudadas no interior do triângulo conceitual ‘socialização/família/infância’” (Ibidem, p. 87).

De acordo com Tebet (2013), Alanen formulou críticas no sentido de superar o entendimento de que a socialização seria apenas um processo de internalização. Esse processo deveria considerar, segundo a autora, o papel ativo na construção da relação criança e sociedade; que a própria noção de família seria falha ao ser compreendida como uma unidade conceitual, ou seja, singular - uma vez que “diversos autores (tais como: Ariès, Donzelot, Foucault e Bourdieu) já vinham indicando que esse conceito era uma construção social múltipla e plural” (Ibidem).

Tebet (2013) explicou que Alanen e Mayall utilizaram o aporte teórico fornecido por Mannheim, destacando o uso dos conceitos de estruturação geracional e ordenamento geracional - que ocorreriam nas relações no interior da ordem ou estrutura, que utilizariam em suas construções os critérios geracionais. Conforme a autora:

O conceito de ‘Estruturação Geracional’ (‘generational structuring’ ou ‘generationing’) encontrado no início dos anos 2000 em textos de Alanen, e também nos de Mayall, deriva da transformação do substantivo ‘geração’ em um verbo “generationing”, traduzido como “estruturação geracional” e está relacionado à compreensão de que as estruturas geracionais são construídas nas relações sociais e se configuram, portanto, como ações que se desenvolvem em espaços distintos (TEBET, 2013, p. 90).

Segundo Tebet (2013), essa proposta do pensamento relacional seria desenvolvida buscando compreender tanto as relações externas quanto as internas da categoria infância. A autora argumentou que “em termos de relações externas, as definições de crianças são feitas a partir de um conjunto de similaridades observáveis e atributos compartilhados entre os indivíduos (tal como proposto por Qvortrup)” (TEBET, 2013, p. 93). Outro ponto que podemos destacar é:

Todavia, a abordagem relacional proposta por Alanen não se restringe às ideias de Mannheim e traz para o debate conceitos e ideias desenvolvidas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, para o qual as gerações não se definem apenas em termos de idade, mas dependem das relações. A partir de sua teoria dos campos e dos conceitos de habitus e capital, o autor argumenta que as gerações são definidas por relações e práticas que constituem os ‘habitus’ dessa geração e que foram compartilhados por um determinado grupo de indivíduos (TEBET, 2013, p. 93).

Com o auxílio de outro aporte teórico, segundo Tebet (2013), a proposta relacional de Alanen e Mayall também utilizou a noção de agência<sup>11</sup> (*agency*), compreendendo a infância como grupo minoritário, pois, de acordo com a autora:

[...] em relação aos adultos, as crianças são um grupo cujos direitos são sistematicamente “negados”, “negligenciados” e “rejeitados” (MAYALL, 2002, p. 21). Assim, o estudo da infância deve atentar para as relações entre adultos e crianças numa perspectiva geracional, e verificar em que medida tais relações potencializam ou restringem o desenvolvimento da agência das crianças (TEBET, 2013, p. 96-97).

Podemos destacar que o pensamento simmeliano representaria a proposta de uma Sociologia da Infância Relacional numa perspectiva não estrutural, concentrada nas partículas que formam as estruturas, mas mantendo o foco nas sociações, sociabilidades e interações. Repensar o conceito de socialização foi a chave para todo o pensamento que decorreu, e ainda decorrerá, das diversas perspectivas no interior do campo da Sociologia da Infância. Veremos que, com base em autoras e autores encontrados, iniciou-se um movimento no qual o conceito de sociabilidade<sup>12</sup>, tal como cunhado por Simmel, seria mais apropriado para as análises atuais.

Como vimos, em Simmel temos outra perspectiva sobre os processos de socialização, mais profícua à Sociologia da Infância. Seria em Simmel que deveríamos buscar a compreensão do que são os conceitos de sociação e o conceito de sociabilidade<sup>13</sup>, e com base nele fazermos a proposição do uso desses conceitos. Segundo Prado (2006), para Simmel, “a sociabilidade e a cultura possuem uma relação simbiótica, pois ambas se fundem em cada forma de interação, de comunicação social. É o que acontece nas relações que as crianças estabelecem nas brincadeiras” (PRADO, 2006, p. 42). A autora é um exemplo de como o pensamento simmeliano pode ser de grande auxílio nas análises de criança e infância numa perspectiva sociológica.

---

<sup>11</sup> A noção de agência humana, de acordo com o autor [Giddens], está relacionada à capacidade e à intencionalidade de exercer uma ação e, portanto, é diferente daquele conjunto de atos e situações que se desenvolvem pelos indivíduos de maneira não intencional. Para Giddens (2009, p. 9), “para que um item do comportamento seja considerado uma ação, é preciso que o realizador tenha a intenção de manifestá-lo, caso contrário, o comportamento em questão é apenas uma resposta reativa”. No entanto, a intencionalidade do ato não é a única característica que define a agência, estando esta última muito mais ligada à capacidade de realizar algo, do que à intenção em si (TEBET, 2013, p. 38).

<sup>12</sup> O conceito mais amplo é o de sociação. Sociabilidade é um conceito específico que abarca uma forma distinta da sociação - a sociação por si mesma. Porém, o conceito que foi encontrado em diversos textos fora o de sociabilidade.

<sup>13</sup> Entendemos a sociabilidade como uma forma pura e artificial de sociação (que é toda forma de interação entre o indivíduo e o todo). Ela é uma forma específica de sociação, noção que foi melhor desenvolvida ao longo deste texto.

Como a supracitada Setton (2011), que se propôs refletir sobre as complexidades da sociedade contemporânea e como isso afeta os processos de socialização, Prado (2006) argumentou que:

[...] o estudo da infância é concebido em sua diversidade cultural e participa da construção de identidades próprias e coletivas que emergem no contexto educativo para além da socialização, ou seja, ultrapassando o processo de capacitação às normas e regras da vida social adulta e produtiva, no sentido das sociabilidades (PRADO, 2006, p. 19).

Prado (2006) utilizou em seu texto a expressão “formas de sociabilidades”, o que demonstraria uma tentativa de alterar ou superar a expressão “processos de socialização”, deslocamento conceitual que se distingue por considerar as capacidades das crianças de “transformarem a natureza e, no interior das relações sociais, tecerem verdadeiras teias de criações humanas e de redes de sociabilidades” (Ibidem, p. 42).

Vimos nessa introdução um movimento que parte do conceito de socialização e finaliza com o conceito de sociabilidade<sup>14</sup>. Procurando seguir o mesmo sentido, esse texto é passível de ser dividido em duas partes: a primeira, que encerra o debate teórico sobre o conceito de socialização e sociabilidade; a segunda, dedicada à análise do material encontrado e selecionado no levantamento, apresentação desses dados encontrados e algumas considerações realizadas com base neles.

A primeira seção, Metodologia e procedimentos metodológicos, discorreu sobre a forma como a pesquisa foi planejada e desenvolvida. Além disso, descreveram-se os resultados obtidos em cada uma das buscas.

A segunda seção foi dedicada a Émile Durkheim. Apresentamos uma sucinta biografia do sociólogo, seu pensamento desenvolvido com base no positivismo comteano e o conceito de socialização ligado ao conceito de fato social, e seu entendimento sobre a função da educação, desenvolvendo algumas considerações sobre a relação indivíduo *versus* sociedade.

A terceira seção discorreu sobre Georg Simmel. Assim como na precedente, essa seção foi iniciada com uma breve biografia do autor alemão, seu pensamento desenvolvido com base nos escritos de Kant, Nietzsche, Bergson, Schopenhauer e os conceitos de socialização e sociabilidade, construto teórico por meio do qual refletiu sobre as formas puras de interação, desenvolvendo algumas considerações sobre a relação indivíduo e sociedade.

---

<sup>14</sup> Também podemos entender que se trata do conceito de socialização em dois sentidos: um em Durkheim e um em Simmel. Melhor dizendo, o mesmo conceito, socialização, apresenta, para ambos os autores, acepções e implicações distintas. O mesmo “rótulo” é adotado para ideias distintas.

Na quarta seção, discorreu-se sobre cada elemento que foi encontrado no *corpus* levantado pela pesquisa bibliográfica, realizou-se uma análise qualitativa com a qual procuramos demonstrar os elementos dos textos encontrados que indicaram a reconceitualização de socialização e, ainda, a possível adoção e a aderência ao conceito de sociabilidade entre os autores que têm a S. I. como aporte teórico-metodológico.

E, por último, algumas considerações sobre o que foi encontrado e suas implicações para as análises no campo da Sociologia da Infância.

## 1 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 1.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E A INSPIRAÇÃO GENEALÓGICA

A metodologia se pautou em um estudo de levantamento bibliográfico de abordagem qualitativa, com inspiração genealógica, sobre os conceitos de socialização e sociabilidade, assentado em autoras e autores que discutissem, conceituassem e aplicassem esses conceitos, sob abordagem do campo da Sociologia da Infância. Foram utilizados como universo para a construção de um *corpus* os artigos encontrados nas bases Scielo Br e as teses e dissertações encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Essas bases delimitaram nossa pesquisa às produções nacionais; desse modo, foi possível verificar esse debate na Sociologia da Infância do Brasil.

Sobre a inspiração genealógica, devido ao próprio tempo de duração para um mestrado, entendemos que é a ferramenta que melhor nos ajudaria a identificar e analisar as condições de emergência do conceito de sociabilidade no campo da Sociologia da Infância no Brasil. Esse método pode ser entendido como “uma sucessão de narrativas drásticas das emergências e das transformações das formas de subjetividade relacionadas às diferentes intersecções com o poder” (ANDRADE, 2016, p. 11), o que para nós evidenciaria o que está por trás de cada entendimento representado num conceito. Tal entendimento seria a base sobre a qual é construído o que se compreende como real, verdadeiro, universal, particular, ou seja, é uma questão epistemológica.

Foi Nietzsche quem desenvolveu essa metodologia. Ele introduziu o termo genealogia “não apenas como um novo instrumento especulativo dentre os demais acumulados havia séculos pela teoria, mas como um instrumento decisivo, capaz de fazer a crítica à metafísica, a história, a ciência e a moral” (Ibidem). Segundo Andrade (2016), como método de análise a genealogia buscaria a emergência e a proveniência de um objeto de estudo, por meio da qual o pesquisador procuraria “as condições de produção deste em meio ao devir de forças que travam entre si combates e movimentos diversos” (Ibidem, p. 12). Conforme o autor:

Etimologicamente, o termo genealogia diz respeito à escrita histórica dos antepassados. Para Nietzsche podemos considerar que o uso que ele faz do conceito ainda se fia por esse significado etimológico, mas torna-se mais complexo, pois a sua necessária crítica do valor dos valores utiliza-a para a análise das circunstâncias e condições a partir das quais os valores nasceram (ANDRADE, 2016, p. 11).

De acordo com Andrade (2016), Foucault se inspirou em Nietzsche; seu método genealógico, contudo, é distinto. No pensamento de Foucault (1979), podemos entender que a

genealogia é “cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária” (FOUCAULT, 1979, p. 15), o que é convergente com a proposta desse projeto, uma vez que faremos uma análise bibliográfica. Ainda ressaltou que essa proposta “trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” (Ibidem). Uma vez que os textos em forma de artigos, teses e dissertações sejam levantados e selecionados, teremos a chance de realizar a análise bibliográfica aos moldes genealógicos descritos. Também entendemos, com base no filósofo francês, que:

A história, genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam (FOUCAULT, 1979, p. 34-35).

Com o auxílio da metodologia desenvolvida por Foucault, entendemos que não encontraremos o início, uma raiz em que tudo se originou, mas apenas os indicativos das descontinuidades, os movimentos que demarcam o rompimento com o estabelecido e as condições para que isso ocorresse. Ao encontro disso, Fabricio (2020) destacou que:

Diferente da busca pela origem das coisas (*ursprung*), de uma essência constitutiva e indivisível, Foucault (2017) propõe uma busca pelo que ele chama de *proveniência*. Esse conceito pressupõe que existem diversos movimentos atuando sobre a história e nos corpos presentes nela e que o resultado dessa cadeia de movimentos são conteúdos e ações que emergem (FABRICIO, 2020, p. 55).

Desse modo, o que nos preocupou foram as condições de emergência, o modo pelo qual o conceito emergiu e seus porta-vozes. Também ressaltamos que, para o autor:

A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico (FOUCAULT, 1979, p. 172).

Nesse sentido, entendemos que, por meio do delineamento genealógico do conceito de sociabilidade, tal como tem aparecido nas publicações da S. I., tentaremos contribuir para que o campo da S. I. possa fazer oposição ao conceito clássico de socialização. Pois, conforme Foucault (1979), a genealogia estabeleceria “os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações” (Ibidem, p. 23). Observamos que a genealogia nos forneceria os meios pelos quais traçar a libertação do campo em relação ao uso de um conceito, socialização, carregado de significados e significantes que não condizem com as propostas da Sociologia da Infância. Entendemos que essa perspectiva é a que mais nos auxiliaria em nossa proposta.

## 1.2 Procedimentos Metodológicos e o levantamento realizado

A seleção obedeceu aos seguintes procedimentos: a) primeiro, foram selecionados os textos com os descritores: Socialização, Sociabilidade e Infância; b) em seguida, foi feita a seleção de artigos/teses/dissertação a começar pelo título e resumo, nas áreas de sociologia, educação e ciências sociais; c) depois de selecionados os textos, foram realizadas as leituras parciais (resumo, introdução, aporte teórico e capítulo dedicado ao tema) e, quando necessário, na íntegra; feitos os fichamentos, os resultados foram organizados em uma tabela (ver apêndice), na qual constam: nome do produto, autores, ano, revista, instituições de ensino superior.

Dos meses de janeiro a março de 2020, foram realizados os levantamentos, utilizando os descritores supracitados, nas bases: Scielo Brasil e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Utilizamos os seguintes critérios para a seleção dos artigos: estar inserido nas Ciências Humanas (com foco na Educação e Sociologia); áreas afins que utilizaram a S. I. como aporte teórico ou que mantiveram um diálogo com a S. I.; e, que contivessem os descritores escolhidos em suas palavras-chave ou resumo.

Após passarmos por cada página contendo os resultados obtidos, aplicamos os critérios, a começar pelos descritores nos títulos e resumos, a área de pertencimento do artigo, e, após a leitura, consideramos se a proposta adotava ou dialogava com a S. I.. Desses resultados, 56 produtos (artigos/teses/dissertações) foram selecionados para leitura e análise. Após eliminarmos os resultados reincidentes e textos que, após uma leitura mais criteriosa, não se mostraram alinhados com nosso recorte de pesquisa, ficamos com um total de 43 produtos.

Considerando um conjunto de 43 produtos (26 artigos, 9 dissertações e 8 teses), fizemos as seguintes constatações:

- Dos 26 artigos, 8 não definiram ou não utilizaram os conceitos de socialização e sociabilidade, não se inseriram no campo da S.I. ou não dialogaram com o campo. Os 18 artigos restantes dialogaram ou adotaram a S.I. como aporte teórico-metodológico.
- Das 9 dissertações, todas as 9 dialogaram ou adotaram a S.I. como aporte.
- Das 8 teses, apenas 2 não adotaram ou dialogaram com a S.I.. As 6 restantes adotaram ou dialogaram com a S.I..

Podemos indicar que, dos 43 produtos encontrados, apenas 10 produtos encontrados trabalharam com o conceito de socialização ou sociabilidade, sem defini-los ou não

debatiam/adotavam a S.I. como um referencial teórico-metodológico e suas implicações com a utilização de ambos os conceitos. Destaca-se que a S.I. tem sido incorporada nas produções acadêmicas seja como referencial teórico-metodológico adotado seja como um agente de interlocução com outras áreas, como a Sociologia da Educação, a Antropologia, entre outras. Os 33 produtos restantes podem ser separados em três grupos: os que utilizam os conceitos de socialização e sociabilidade como sinônimos e em seu sentido durkheimiano; os que tentam romper com o conceito em seu sentido clássico, mas apenas tentam utilizá-lo numa releitura, ampliando seus alcances; e, por último, aqueles que rompem com o sentido clássico e adotam outros conceitos como o de “Reprodução Interpretativa” e “Sociabilidade”, tais como entendidos por Corsaro e Simmel, respectivamente.

## 2 INICIANDO EM DURKHEIM

### 2.1 BREVE BIOGRAFIA DE ÉMILE DURKHEIM (1858-1917)

Émile Durkheim nasceu em 15 de abril de 1858 na cidade de Épinal, França. De família judia ortodoxa, ele renunciou a seguir os passos de seu pai, rabino-chefe, e, mesmo tendo frequentado a escola rabínica, tornou-se agnóstico. cursou o ensino secundário no Liceu Louis-le-Grand, em Paris. Em 1879, aos dezoito anos, foi admitido na *École Normale Supérieure*, Paris, onde conheceu Henri Bergson e Jean Jaurés, filósofo e líder socialista, respectivamente. Obteve a *agrégation en Philosophie* em 1881 na mesma instituição. No ano de 1886, foi à Alemanha com bolsa de estudos, passou por Leipzig, Berlim e Marburg; nessa ocasião, conheceu os trabalhos de Wilhelm Wundt na área de psicologia. Foi professor de filosofia no Liceu de Troyes, de 1886 a 1887. Neste último ano, foi nomeado *chargé du cours*, um professor iniciante, de pedagogia e ciências sociais na Faculdade de Letras (Universidade de Bordeaux) em 29 de julho, onde ficou até 1902 (CONSOLIM; OLIVEIRA; WEISS, 2017; GIDDENS, 1978).

No mês de dezembro de 1887, ele pronunciou o primeiro curso de ciência social em uma universidade francesa. Em 1893, publicou sua tese de doutorado em filosofia, intitulada “Sobre a Divisão do Trabalho Social”. No mesmo ano, publicou *Contribution de Montesquieu à la constitution de la science sociale*, sem tradução para o português. No ano de 1894-1895, publicou “As Regras do Método Sociológico”. Em 1897, publicou “O Suicídio”. O senador Ludovic Tardieu fundou a “Liga dos Direitos do Homem”, em que Durkheim atuou como secretário, em Bordeaux. No final de fevereiro do ano de 1898, foi impresso o primeiro número de *L'Année sociologique*, fundada por Durkheim e seus colaboradores. Em maio do mesmo ano, publicou o artigo “Representações Individuais e Representações Coletivas”; em 2 de julho, “O Individualismo e os Intelectuais” (CONSOLIM; OLIVEIRA; WEISS, 2017; GIDDENS, 1978).

Em 1902, foi nomeado professor assistente da cadeira de Ciência da Educação na Universidade Sorbonne, em Paris. Em 1904, publicou “A Elite Intelectual e a Democracia”, no qual retoma as ideias de “O Individualismo e os Intelectuais”. Em 1906, tornou-se professor titular da cadeira de Ciência da Educação. Em 1912, publicou “As Formas Elementares da Vida Religiosa”, seu último grande livro (CONSOLIM; OLIVEIRA; WEISS, 2017; GIDDENS, 1978).

No ano de 1913, a cadeira de Ciência da Educação foi renomeada para Ciência da Educação e Sociologia. Em janeiro de 1917, foi nomeado presidente da “Comissão histórica

de pesquisas de documentos sobre os israelitas da França durante a Guerra”. No dia 15 de novembro desse mesmo ano, Durkheim faleceu; foi enterrado no Cemitério de Montparnasse (CONSOLIM; OLIVEIRA; WEISS, 2017; GIDDENS, 1978).

## 2.2 Indivíduo X Sociedade - a tensão do dever ser

A relação entre indivíduo e sociedade sempre esteve no centro da discussão no campo da sociologia. Várias autoras e autores escreveram sobre como seria essa relação, ora privilegiando a sociedade, ora o indivíduo; entre eles, seguramente, Durkheim (1858-1917) foi o que mais se destacou, a ponto de ser considerado um dos pais fundadores da sociologia como disciplina e campo científico. Sua obra é amplamente citada e ainda utilizada nas pesquisas e exerce grande influência no pensamento contemporâneo. Outro aspecto notório desse autor é seu interesse pelas questões da pedagogia e o modo como deveríamos educar a nova geração, pois é justamente a educação que garantiria a ação da geração anterior sobre a ulterior, como veremos mais adiante.

Fora em seu livro *As Regras do Método Sociológico* que Durkheim traçou as bases para a consolidação da sociologia como disciplina, com as normas para o reconhecimento dos fatos sociais, por meio das quais os sociólogos se guiariam nesse novo campo de investigação, de modo a evitar que enveredassem por outras searas (QUEIROZ, 1995). É nesse livro que “o ser aparece subordinado ao dever ser. O fato social generaliza-se porque é constrangedor” (PAIS, 1996, p. 103). É justamente nessa tentativa de demonstrar a ação constrangedora que Durkheim tanto enfatizou a coerção como uma das características do fato social. Estava ele seguro, pois escrevera que:

É verdade que a palavra coerção, pela qual os definimos, pode vir a assustar os zelosos defensores de um individualismo absoluto. Como estes professam que o indivíduo é perfeitamente autônomo, julgam que o diminuímos sempre que mostramos que ele não depende apenas de si mesmo. Sendo hoje *incontestável*, porém, que a maior parte de *nossas idéias e de nossas tendências não é elaborada por nós, mas nos vem de fora*, elas só podem penetrar em nós *impondo-se*; eis tudo o que significa nossa definição. Sabe-se, aliás, que nem toda coerção social exclui necessariamente a personalidade individual (DURKHEIM, 2007, p. 4, grifos nossos).

Como podemos observar nesse excerto, o sociólogo francês argumentou que a maior parte de nossas ideias viriam de “fora”; outra característica do fato social, portanto, é sua exterioridade. Porém, o próprio indivíduo veria benefícios em se deixar coagir, isso incluiria a personalidade individual em alguns processos de coerção. Nas palavras do próprio autor, seu método não tinha nada de revolucionário: “Num certo sentido, é até essencialmente

conservador, pois considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, ainda que dócil e maleável, não é modificável à vontade” (DURKHEIM, 2007, p. XIII). É essa dureza do fato social como coisa, como algo objetivo da realidade, que fez com que seu pensamento, por um longo tempo, colocasse a primazia da sociedade sobre o indivíduo.

Durkheim enunciou as normas para que o fato social pudesse ser analisado sociologicamente. Seu postulado fundamental admitiria que o social possui uma especificidade, pois o grupo social constituiria uma realidade diferente, que não seria apenas uma justaposição de indivíduos; desse modo, a sociedade exerceria uma coerção sobre as partes - os grupos e o indivíduo. A ideia metodológica fundamental de Durkheim consistiria em verificar que o fato social possuiria uma realidade própria e que esta não seria reduzida à soma das partes (QUEIROZ, 1995).

Essa coerção, segundo Durkheim (2007), seria de fácil constatação quando se traduz por uma reação direta da sociedade, observável no direito, na moral, nas crenças, nos costumes, entre outros. Em contrapartida, “quando é apenas indireta, como a que exerce uma organização econômica, ela nem sempre se deixa perceber tão bem. A generalidade combinada com a objetividade podem então ser mais fáceis de estabelecer” (DURKHEIM, 2007, p. 10). Ainda sobre o fato social, o autor escreveu:

Um fato social se reconhece pelo poder de coerção externa que exerce ou é capaz de exercer sobre os indivíduos; e a presença desse poder se reconhece, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência que o fato opõe a toda tentativa individual de fazer-lhe violência (DURKHEIM, 2007, p. 10).

De acordo com Durkheim (2007), ao não nos submetemos às convenções, como, para mencionar um exemplo, quando nos vestimos sem levar em consideração os costumes da classe ou do país a que pertencemos, o riso e o afastamento resultantes seriam como efeitos de uma pena, mesmo que de modo atenuado. De acordo com ele, “Todavia, em realidade, por mais longe que se remonte na história, o fato da associação é o mais obrigatório de todos; pois ele é a fonte de todas as outras obrigações. Por meu nascimento, estou obrigatoriamente ligado a um povo determinado” (DURKHEIM, 2007, p. 106). E essa associação só se daria de modo satisfatório quando o indivíduo fosse iniciado pelo grupo. O autor destacou que:

Inclusive não está de todo provado que a tendência à sociabilidade tenha sido, desde a origem, um instinto congênito ao gênero humano. É muito mais natural ver nele um produto da vida social, que lentamente se organizou em nós; pois é um fato de observação que os animais são sociáveis ou não conforme as disposições de seus hábitos os obriguem à vida em comum ou dela os afastem (DURKHEIM, 2007, p. 109).

Há um outro destaque dado por Durkheim ao fato de podermos observar a coerção, do fato social, no modo pelo qual as crianças são educadas, conforme escrevera:

Quando se observam os fatos tais como são e tais como sempre foram, salta aos olhos que toda educação consiste num esforço contínuo para impor à criança maneiras de ver, de sentir e de agir às quais ela não teria chegado espontaneamente. Desde os primeiros momentos de sua vida, forçamo-las a comer, a beber, a dormir em horários regulares, forçamo-las à limpeza, à calma, à obediência; mais tarde, forçamo-las para que aprendam a levar em conta outrem, a respeitar os costumes, as conveniências, forçamo-las ao trabalho, etc., etc (DURKHEIM, 2007, p. 6).

Sermos forçados, desde o início de nossas vidas, nos tiraria de um estado “natural” do ser que pode se entregar aos impulsos da fome, do sono e da sede em qualquer momento, na medida em que esse processo de coerção - eventualmente naturalizado por meio da internalização de hábitos, e que culmina na observância a horários, costumes e regras determinados pelo meio em que vivemos - nos torna humanizados, seres sociais. O autor continuou:

Se, com o tempo, essa coerção cessa de ser sentida, é que pouco a pouco ela dá origem a hábitos, a tendências internas que a tornam inútil, mas que só a substituem pelo fato de derivarem dela. É verdade que, segundo Spencer, uma educação racional deveria reprovar tais procedimentos e deixar a criança proceder com toda a liberdade; mas como essa teoria pedagógica jamais foi praticada por qualquer povo conhecido, ela constitui apenas um desideratum pessoal, não um fato que se possa opor aos fatos que precedem. Ora, o que torna estes últimos particularmente instrutivos é que *a educação tem justamente por objeto produzir o ser social*; pode-se portanto ver nela, como que resumidamente, de que maneira esse ser constituiu-se na história. *Essa pressão de todos os instantes que sofre a criança é a pressão mesma do meio social que tende a modelá-la à sua imagem* e do qual os pais e os mestres não são senão os representantes e os intermediários (DURKHEIM, 2007, p. 6, grifos nossos).

O modo pelo qual a educação é definida pelo pensador nos preocupa, pois, ao escrever que tem como “objeto” produzir o ser social, passamos a imaginar que esse processo educacional finda quando esse ser está pronto<sup>15</sup>, como se fosse possível entregar algo perfeitamente acabado. Ao escrever que a pressão social quer modelar a criança “à sua imagem”, temos no mínimo duas possíveis visualizações: ou ela é um produto de uma produção em massa, mais um de uma série de bonecos iguais, tal como no videoclipe da música *Another Brick in the Wall* - Pink Floyd, ou ela é vitimada por um projeto impossível de ser concretizado. Segundo Totti (2018):

Ao definir a educação como processo de socialização das crianças, Durkheim está preocupado em superar as definições anteriores que se ocupavam, basicamente, com a descrição do que a educação deveria ser e não com o que seria realmente. Desse modo, a perspectiva durkheimiana assume o princípio de que o homem nasce egoísta e individualista e apenas a sociedade, por meio da educação, pode torná-lo solidário (TOTTI, 2018, s/p).

---

<sup>15</sup> Mesmo que esse “pronto” signifique apenas que o indivíduo estaria apto a viver em uma sociedade escolarizada, entendemos que há muitas questões que ficam em aberto, uma vez que cada grupo social recebe um tipo de educação escolar. Além disso, haveria elementos que fugiriam ao alcance da escolarização, tais como: desigualdade de renda, acesso aos livros clássicos, acesso à música erudita, acesso ao atendimento odontológico, formação política, domínio de idiomas estrangeiros, entre outros.

É como forma de manter a coesão social e de socialização que a educação deve ser entendida em Durkheim, uma vez que tem como objetivo ensinar, ou produzir, o indivíduo em vias de integrar organicamente a sociedade, de agir como membro do organismo social. Durkheim via no “trabalho de autoridade” o meio pelo qual seria combatido sistematicamente o individualismo estéril (TOTTI, 2018). Há um modo correto de associar os indivíduos, de acordo com Durkheim:

É preciso também que essas consciências estejam associadas, combinadas, e *combinadas de certa maneira*; é dessa combinação que resulta a vida social e, por conseguinte, é essa combinação que a explica. Ao se agregarem, ao se penetrarem, ao se fundirem, as almas individuais dão origem a um ser, psíquico se quiserem, mas que constitui uma individualidade psíquica de um gênero novo (DURKHEIM, 2007, p. 105, grifos nossos).

Devemos ter em mente que as preocupações sociais de Durkheim estão datadas, são baseadas em uma sociedade que passou por grandes transformações, em processos de consolidação do mundo capitalista e industrial. Estas transformações estão agora consolidadas, e passamos por um período de aceleração contínua da vida e de profunda mudança nas formas de nos relacionarmos com o trabalho. Podemos observar que no “mundo contemporâneo [há] cada vez mais o esgarçamento dos tecidos de sociabilidade, visto que a integração social e a socialização são fatores sociais de importância seminal na integração do indivíduo à sociedade” (TOTTI, 2018, s/p).

O que antes parecia estático, como, por exemplo, a estrutura de trabalho de uma fábrica e sua linha de montagem, agora se tornou intensamente dinâmico. À rígida especialização do trabalho fabril em estações de trabalho que demandavam pouca instrução e nas quais os operários realizavam mecanicamente os mesmos gestos, sobrevieram a procura por profissionais mais instruídos e aptos a assumirem, a qualquer tempo e sempre que necessário, outras funções que não sejam primariamente as suas. Desse modo, o impacto na forma pela qual entendemos a educação a muda totalmente: se as formas de trabalho mudam, as exigências para a educação também mudam, pois Durkheim nos advertira que a educação é um fator fundamental de socialização e integração social do indivíduo, uma vez que vivemos em sociedade (TOTTI, 2018).

Numa outra consideração sobre o fato social, Durkheim enfatizou novamente a preponderância da sociedade sobre o indivíduo que a ele se impõe por meio de mecanismos mais ou menos sutis de coerção, ao escrever que:

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais (DURKHEIM, 2007, p. 13).

Ao definir que “os fenômenos sociais são coisas e devem ser tratados como coisas” (DURKHEIM, 2007, p. 28), o sociólogo estabeleceu que as coisas da sociedade, uma vez que estão dadas e são a verdade, esmagariam qualquer vontade individual com o peso de sua coercitividade. Ao adotar o positivismo como substrato de seu labor teórico, Durkheim estabeleceu em seu método a necessária separação entre o cientista e o fato social observável, afirmando que seria “preciso portanto considerar os fenômenos sociais em si mesmos, separados dos sujeitos conscientes que os concebem; é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nessa qualidade que eles se apresentam a nós” (DURKHEIM, 2007, p. 28).

Durkheim postulou que a vida coletiva não derivaria da vida individual, porém afirmou que ambas estão intimamente relacionadas. Para ele, “se a segunda não pode explicar a primeira, ela pode, pelo menos, facilitar sua explicação” (DURKHEIM, 2007, p. 112-113). A sociologia, em Durkheim, tentaria observar a sociedade e como esta era traduzida na vida dos indivíduos (PAIS, 1996). Segundo Pais:

A sociologia durkheimiana repousa numa definição personificada do indivíduo, ou seja, o indivíduo é sempre um agente socializado e as “leis sociais” repousam numa “moralidade” que tende a adequar/subordinar o indivíduo ao corpo doutrinal da sociedade. As Regras do Método são regras de uma sociologia hipersocializada (PAIS, 1996, p. 96).

Se descartarmos o indivíduo restaria somente a sociedade; por isso, é na natureza da sociedade que devemos buscar explicar a vida social. Pois ao superar “infinitamente o indivíduo tanto no tempo como no espaço, concebe-se, com efeito, que seja capaz de impor-lhe as maneiras de agir e de pensar que consagrou por sua autoridade” (DURKHEIM, 2007, p. 104). A pressão exercida, que é uma distinção do fato social, seria aquela que o todo exerce sobre o um (DURKHEIM, 2007). De modo que, para Durkheim:

é na natureza dessa individualidade, não na das unidades componentes, que se devem buscar as causas próximas e determinantes dos fatos que nela se produzem. *O grupo pensa, sente e age de maneira bem diferente do que o fariam seus membros, se estivessem isolados. Assim, se partirmos desses últimos, nada poderemos compreender do que se passa no grupo.* Em uma palavra, há entre a psicologia e a sociologia a mesma solução de continuidade que entre a biologia e as ciências físico-químicas. Em conseqüência, toda vez que um fenômeno social é diretamente explicado por um fenômeno psíquico, pode-se ter a certeza de que a explicação é falsa (DURKHEIM, 2007, p. 105-106, grifos nossos).

A sociedade é perene, os indivíduos são passageiros. Podemos perceber no excerto acima que Durkheim afasta a psicologia das explicações sociais, fato importante também para a S. I. que realizou um esforço de resgatar a criança dos olhares perfurantes da psicologia e da biologia. Vimos então que na concepção durkheimiana, “a força coletiva se sobrepõe às consciências individuais” (MARTINS; GUERRA, 2013, p. 193). Segundo Cohn (1999),

Durkheim privilegiou a “visão de sociedade que independe e é auto-suficiente dos indivíduos. Para Durkheim, o objetivo da sociologia seria conhecer a totalidade da vida social, concebendo a sociedade enquanto um conjunto de funções” (COHN, 1999, p. 306).

Para ser coletivo, um fenômeno deve ser comum a todos ou à maior parte de nós, membros da sociedade que somos; ou seja, impõe-se às consciências individuais de que o todo social é composto. No que concerne à generalidade de um fenômeno social, aspecto de que emana sua coercitividade, deve-se ter em conta o seguinte: é devida ao fato de estar no todo, nessa existência supraindividual a que o sociólogo francês atribui ampla autonomia. Porque, para Durkheim, esse fenômeno seria “um estado do grupo, que se repete nos indivíduos porque se impõe a eles. Ele está em cada parte porque está no todo, o que é diferente de estar no todo por estar nas partes” (DURKHEIM, 2007, p. 9). O todo, segundo o autor, seria uma outra entidade com características que lhe são próprias, por isso é diferente e não poderia ser entendido por meio das partes. Desse modo, Durkheim argumentou que:

Certamente, fazemos da coerção a característica de todo fato social. Só que essa coerção não resulta de uma maquinaria mais ou menos engenhosa, destinada a mascarar aos homens as armadilhas nas quais eles próprios se pegaram. *Ela simplesmente se deve ao fato de o homem estar em presença de uma força que o domina e diante da qual se curva; mas essa força é natural.* Ela não deriva de um arranjo convencional que a vontade humana acrescentou completamente ao real; ela provém das entranhas mesmas da realidade; é o produto necessário de causas dadas. Assim, *para fazer o indivíduo submeter-se a ela de boa vontade, não é preciso recorrer a nenhum artifício; basta fazê-lo tomar consciência de seu estado de dependência e de inferioridade naturais* - quer ele faça disso uma representação sensível e simbólica pela religião, quer chegue a formar uma noção adequada e definida pela ciência (DURKHEIM, 2007, p. 124, grifos nossos).

Novamente, podemos observar que sua aproximação com as ciências da natureza, por meio do pensamento positivista, fez com que Durkheim enxergasse a força coercitiva da sociedade como algo natural; além disso, também viu como natural a inferioridade do indivíduo perante essa força. Todo o caminho percorrido até aqui demonstrou que o aspecto prevalente no pensamento durkheimiano durante boa parte de sua vida foi a primazia da sociedade. Porém, mais ao final de sua vida, com seu sobrinho Marcel Mauss, Durkheim começara a repensar o indivíduo nessa dinâmica. Esse novo modo de conceber o indivíduo indicou que a “categoria indivíduo – e não apenas o individualismo moral – é elevada a um status mais honroso na última fase de Durkheim. Inicialmente concebido de forma passiva, o indivíduo torna-se cada vez mais a origem de seu pensamento” (MARTINS; GUERRA, 2013, p. 200).

De acordo com Martins e Guerra (2013), Durkheim caminhará para uma concepção mais próxima do pragmatismo de Pierce e do interacionismo simbólico. Aproxima-se daquele

ao sustentar que “a representação é obra coletiva, pois, diz, é o pensamento que cria o real, e o papel eminente das representações coletivas é o de ‘realizar’ essa realidade superior que é a própria sociedade” (MARTINS; GUERRA, 2013, p. 200). De fato, uma grande mudança ocorrera em seu pensamento. Ainda conforme Martins e Guerra:

Ao ser cativado pelos novos diálogos das fronteiras da psicologia e semiologia, por exemplo, *Mauss superou a visão dualista do seu tio*, para explorar de perto não apenas o que se representa, mas aquilo que se apresenta dinamicamente a cada momento pelos rituais, pelos gestos e pelos presentes solenemente dados e recebidos, como lembra A. Caillé (1998). Nesse esforço de entender as razões não econômicas das trocas sociais, *Mauss afastou-se progressivamente da abordagem positiva inicial de Durkheim – a representação como estando separada da realidade – para introduzir o tema da mediação simbólica da totalidade*, pela qual a representação está dentro da realidade, o que constitui um salto teórico que somente é completamente elucidado no diálogo entre Durkheim e Mauss (MARTINS; GUERRA, 2013, p. 205-206, grifos nossos).

Como alguém que caminhou ao lado de Durkheim, Mauss demonstrou, ao avançar com o pensamento do tio, que a análise positivista não respondia à complexidade da realidade social; era necessário superar a dualidade.

Segundo Martins e Guerra (2013), Durkheim considerava a obrigação como característica distintiva do fato social. Na teoria de Mauss, este se converteu em um fenômeno essencialmente simbólico, denominado como fato social total. Mauss considerou os fatos sociais como símbolos, não mais como coisas; ele “superou Durkheim, radicalizando a ideia de que a sociedade é uma totalidade ligada por símbolos” (MARTINS; GUERRA, 2013, p. 206-207). Conforme os autores, “a superação do pensamento causalista e positivista de Durkheim permitiu a Mauss elaborar um pensamento de tradução que o coloca em ressonância com autores como Weber e Simmel, pois a dádiva<sup>16</sup> é eminentemente um símbolo de mediação” (MARTINS; GUERRA, 2013, p. 207).

A despeito de toda a solidez aparentemente monolítica de seu pensamento, não devemos enxergar em Durkheim considerações teóricas imutáveis, um pensamento rígido ou algo do gênero. É interessante notarmos a proximidade dessa “flexibilização” do pensamento de Durkheim ao final de sua vida e o que fora desenvolvido por Mauss com o pensamento de Simmel. O mesmo pensador que iniciou a construção de toda sua linha de pensamento positivista foi quem escreveu que “A liberdade de pensar que desfrutamos atualmente jamais poderia ter sido proclamada se as regras que a proibiam não tivessem sido violadas antes de

---

<sup>16</sup> Exemplo deste raciocínio francês se encontra no texto de autoria de A. Caillé, intitulado *Nem holismo, nem individualismo metodológico*, Marcel Mauss e o paradigma da dádiva (Caillé, 1998), no qual o autor busca demonstrar que a dádiva constitui um paradigma relacional que inclui o todo (o sistema da dádiva formado por três movimentos conexos: dar, receber, retribuir) e as partes (cada um dos três movimentos vistos na singularidade) (MARTINS; GUERRA, 2013, p. 189).

serem solenemente abolidas” (DURKHEIM, 2007, p. 72). Tenhamos isso em mente e avancemos.

### 3 APROXIMANDO-NOS DE GEORG SIMMEL

#### 3.1 BREVE BIOGRAFIA DE GEORG SIMMEL (1858 - 1918)

Georg Simmel nasceu em 1º de março de 1858 na cidade de Berlim, Alemanha. De família de judeus, originários de Breslau - Silésia, naturalizados berlinenses, Simmel foi o último de sete filhos de Edward Simmel e Flora Boldstein. Simmel é a forma abreviada de Samuel, codinome de seu avô Isaac Israel. Depois do falecimento de seu pai, quando Simmel tinha dezesseis anos, ele passou a ser criado pelo seu pai adotivo Julius Friedländer, dono de uma editora de publicações musicais, junto com sua mãe Flora. Após a morte de seu pai adotivo, Simmel recebeu parte de sua fortuna, fato que permitiu que ele vivesse confortavelmente por quinze anos, período no qual fora apenas um professor associado na Universidade de Berlim, cargo não efetivo e de pouca remuneração (VANDENBERGHE, 2018).

Simmel estudou História e Filosofia na Universidade de Humboldt, em Berlim. Em 1881, defendeu sua tese de doutorado em filosofia sobre a natureza da matéria na monadologia física de Kant, na qual refutou cada uma das teses de Kant. Em 1883, defendeu a tese de habilitação sobre a Teoria do Espaço e do Tempo em Kant. Em 1885, tornou-se *Privatdozent* na Universidade de Berlim, um tipo de professor sem salário e que depende das contribuições dos estudantes; mas isso não era problema, pois, como mencionado anteriormente, ele vivia com a herança que recebera do pai adotivo. Nesse período, ele ministrou cursos sobre história da filosofia, filosofia da história, filosofia da arte e da religião, lógica e ética, sociologia, psicologia política e social, além disso, cursos sobre Kant, Fichte, Lotze, Schopenhauer, Nietzsche e Darwin (VANDENBERGHE, 2018).

O Sociólogo alemão foi vítima de antissemitismo por parte de Heidelberg. Fora recusado na academia por Dilthey que desacreditava da legitimidade da sociologia. Somente aos 56 anos de idade ele conseguiria ser nomeado como professor de filosofia na Universidade de Estrasburgo, na periferia do império alemão. Apenas quatro anos depois, ele faleceu devido a um câncer no fígado, no dia 28 de setembro de 1918 (VANDENBERGHE, 2018).

Segundo Stecher (1995), baseando-se em Jung (1990), a obra de Simmel poderia ser dividida em três fases: uma influenciada pelo pragmatismo (Spencer) e a teoria da evolução (Darwin); uma com fortes referências em Kant e um Simmel atraído pela sociologia; e, por último, uma influenciada pela filosofia da vida e um enfoque a uma nova metafísica

(STECHEER, 1995). Vários autores<sup>17</sup> estudaram as obras de Simmel e deram continuidade ao seu pensamento. De acordo com Garcia (2007), podemos destacar alguns como: Husserl - manteve correspondência com Simmel; Jaspers, Heidegger, Ortega y Gasset - aluno de Simmel, retomou as intuições de Simmel no texto *Meditação sobre a técnica*; Blumenberg, na filosofia; Horkheimer, Adorno e Marcuse - na teoria social da Escola de Frankfurt (GARCIA, 2007). De acordo com Stecher:

W. Benjamin caracterizou Simmel, em um artigo para uma enciclopédia sobre filósofos judeus, da seguinte forma: "A sua dialética característica está a serviço da filosofia da vida. Ela procura um impressionismo psicológico, que, adversário de sistemas, se dedica à compreensão profunda de manifestações e tendências espirituais particulares... A filosofia de Georg Simmel já antecipa a passagem de uma filosofia formal e catedrática para uma outra, poética e ensaística" (STECHEER, 1995, p. 187).

Simmel nasceu no mesmo ano que Durkheim (1858) e era um pouco mais velho que Weber (1864), sua influência ulterior, contudo, foi ensombrecida pela desses dois outros pensadores. Antes da Primeira Guerra Mundial, Simmel teve um papel importante no estabelecimento da sociologia como disciplina, além de contribuir para o pensamento filosófico e sociológico de forma extraordinária. Simmel obteve enorme alcance na sociologia alemã: ministrou os primeiros cursos dessa disciplina, em Berlim, entre os anos 1890 e 1918, "altura em que finalmente foram institucionalizadas as cadeiras de sociologia na universidade germânica" (GARCIA, 2007, p. 293).

No Brasil, a recepção de Simmel pode ser situada, segundo Waizbort (2007), nos meados de 1980. Segundo ele, "a herança de Simmel não é algo morto e sem vida, indiferente e indiferenciador, mas que a seu modo vive e pulsa nas ciências sociais do Brasil, desde que elas se pretenderam ciência" (WAIZBORT, 2007, p. 41), fato que pode ser facilmente observado com a retomada de Simmel no campo da Sociologia.

### 3.2 Indivíduo e Sociedade - as múltiplas formas de interação

Veremos agora um autor que propôs uma abordagem sociológica diametralmente oposta à de Durkheim; discorreremos a seguir sobre a sociologia formal de Georg Simmel. No final do ano de 1910, conforme indicou Waizbort (2007), Simmel era uma leitura instigante,

---

<sup>17</sup> Aron (1981 [1935]), Levine (1980 [1957]), Weingartner (1962), Oakes (1980, 1984), Freund (1981), Frisby (1992 [1981], 2002 [1984]), Léger (1989), Watier (1986, 2000), Liebersohn (1988), Weinstein & Weinstein (1993), Vandenberghe (1997, 2002), Waizbort (2006 [2000]) e Leck (2002) - (GARCIA, 2007).

estimulante e obrigatória para quem não conseguia se afinar com a doxa durkheimiana (WAIZBORT, 2007).

Segundo Sanchis (2011), a concepção de sociedade de Simmel privilegiou o “devir”, o acontecer, em vez de dar ênfase às injunções sociais, tal como o fez Durkheim. É por isso que Simmel pensou sobre sociação<sup>18</sup>, uma forma pura de interação entre os indivíduos, não sobre socialização tal como o sociólogo francês - que pressuporia uma formação com base em determinações sociais inescapáveis para o indivíduo. Para o autor, a sociologia de Simmel, “em certo sentido, é oposta à pretensão de Durkheim de determinar leis empíricas e universais para o mundo social” (SANCHIS, 2011, p. 858).

A missão a que Simmel se dedicou consistia em poder “captar no momento mesmo da sua emergência os processos de sociação, aqueles em que os fluxos da experiência vivida ganham forma e persistem para além dos conteúdos íntimos originais” (COHN, 1998, s/p). Segundo Maia (2015), seria isso porque, para Simmel, o objeto de estudo que seria próprio da Sociologia, e que faria dela uma ciência autônoma, é o modo pelo qual podemos apreender as formas de sociação, juntamente aos processos interativos entre os indivíduos; ambos são marcados por múltiplas e infinitas situações. Simmel propôs que a sociedade fosse “uma composição destas múltiplas formas de associação e que o objeto primeiro do cientista social deve ser a investigação das interações sociais” (MAIA, 2015, s/p).

Segundo Salturi (2017), Simmel entendia a sociologia como um constructo intelectual que teria como base a relação sujeito-objeto, o que significa que para entendermos um fenômeno temos de submetê-lo ao processo de redução a um elemento mais simples e isolá-lo. Para o pensador alemão, segundo o autor, existiriam “constructos complexos, que constituem realidades últimas e que podem ser consideradas sínteses, pois existem como unidade somente na nossa consciência” (SALTURI, 2017, p. 169-170).

Pensando a sociedade, Simmel entendia que os indivíduos se relacionariam reciprocamente de múltiplas formas; que esse conceito, o de sociedade, é abstrato, mais próximo de algo que o indivíduo faria e sofreria simultaneamente, um “acontecer”. Para ele, sociedade é a interação que ocorre entre os indivíduos no âmbito psíquico, e a sociologia, o estudo das formas de sociação (SALTURI, 2017). Nas palavras de Simmel, “a própria

---

<sup>18</sup> Em Simmel, sociação e socialização são duas formas possíveis de traduzir *Vergesellschaftung*. Optamos pela utilização do termo sociação como tradução com o objetivo de evitar uma confusão com o termo socialização no sentido durkheimiano.

sociedade, em geral, significa a interação entre indivíduos” (SIMMEL, 2006, p. 59). Segundo Simmel:

Essa interação surge sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades. Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros (SIMMEL, 2006, p. 60).

Para o sociólogo alemão, a ação social é sempre entendida como relação com reciprocidade, em que o indivíduo exerce um “efeito sobre os demais e também sofre efeito por parte deles. Essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade - mais exatamente, uma ‘sociedade’” (SIMMEL, 2006, p. 60). Simmel definiu o conteúdo/matéria da sociação como:

[...] tudo o que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda a realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento nos indivíduos – tudo o que está presente nele de modo a engendrar ou mediatizar os efeitos sobre os outros, ou a receber esses efeitos dos outros (SIMMEL, 2006, p. 60).

De acordo com Salturi (2017), Simmel pensou sobre a autonomia dos objetos criados pelo homem - autonomização dos conteúdos - sejam eles realidades concretas ou abstratas. Nas palavras daquele, “Não só os conteúdos, mas também as formas sociais adquirem vida própria. Simmel define esse fenômeno como sociabilidade, que é a sociação em sua forma mais pura, ou seja, aquela que acontece entre iguais” (SALTURI, 2017, p. 171). A sociabilidade é a forma pura e estilizada de interação entre os indivíduos, definida por Simmel como um mundo sociologicamente ideal ou artificial (SIMMEL, 2006). Se nossa perspectiva educacional, na educação infantil, tivesse como pressuposto essa proposta, não seria interessante? Pois todos os envolvidos estariam em iguais condições de direitos e importância. Conforme o sociólogo alemão:

[...] a sociação é a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base das sociedades humanas (SIMMEL, 1983, p. 166).

Para Waizbort (2015)<sup>19</sup>, a obra de Simmel é marcada por ser profundamente relacional. Por considerar que a verdade é uma relação entre proposições, Simmel defendeu uma epistemologia relacional, desenvolveu uma ontologia relacional na qual percebeu o real em termos de relações, por considerar tanto a sociedade quanto o social também em termos de

---

<sup>19</sup> Texto baseado na entrevista de Waizbort com o estudioso de Simmel, o finlandês Olli Pyyhtinen - professor de sociologia na Universidade de Tampere - Finlândia.

interatividade, que ocorreria de modo contínuo, entre os indivíduos; sua sociologia é uma sociologia relacional. Segundo o autor, não importaria “sobre o que Simmel escreva, ele nunca trata seus objetos como substâncias monolíticas ou isoladas, mas sempre os dissolve em relações” (WAIZBORT, 2015, p. 16). Conforme escreveu:

A noção da *Wechselwirkung* [interação, interação recíproca] aparece já em Kant, Hegel, Schleiermacher e Dilthey, mas Simmel é o primeiro a aplicá-la à sociologia e a atualizar seu rico potencial para a sociologia. Em sua obra, as relações de *Wechselwirkung* ocupam o centro da sociologia (WAIZBORT, 2015, p. 16-17).

Segundo Waizbort (2015), em Simmel não podemos encontrar nada visto como absoluto, ou que teria existência em si e por si só, uma vez que as coisas seriam constituídas em relações. Para o autor, Simmel enxergaria a sociedade “em termos de reciprocidade viva, como processo de associação que se dobra, desdobra e volta a se dobrar constantemente” (WAIZBORT, 2015, p. 16). Porém, de acordo com o estudioso de Simmel, essas relações não esgotariam o real em sua totalidade, pois Simmel insistiu em que nossa essência seria determinada “pelo fato de existirmos em conjunto com outras pessoas, ele destaca também que cada indivíduo não é apenas parte da sociedade, mas também algo além disto” (Ibidem, p. 17). Segundo o autor:

Em sua sociologia, o indivíduo aparece muitas vezes como a menor unidade de análise, mas ele não vê os indivíduos como elementos últimos invisíveis e atômicos; antes, defende que os indivíduos são compostos ou confederações. Para ele, a individualidade é produzida e preservada por meio de um conjunto de relações que todo indivíduo possui. O indivíduo é, portanto, apenas um “dado” arbitrário do estudo; o processo de dissolver entidades em suas relações poderia, a princípio, ser continuado *ad infinitum* (WAIZBORT, 2015, p. 19).

Em Simmel, de acordo com Waizbort (2015), a existência e persistência das entidades dependem do ambiente e das circunstâncias, e estão em relações contínuas umas com as outras. A identidade das coisas estaria na dependência das relações, num movimento que as permite permanecer iguais somente enquanto perdurar e permanecer o mesmo emaranhado de relações. Segundo o pesquisador, as entidades seriam “instituídas em e por meio de relações e práticas, ou seja, elas vêm a ser e desaparecem juntamente com as práticas que as produzem” (WAIZBORT, 2015, p. 19).

Percebemos o quão complexo é o pensamento de Simmel, e como sua sociologia trouxe uma dimensão totalmente diferente da proposta de Durkheim. Ao pensar sobre as relações, o sociólogo alemão incorporou tantos elementos quantos foram possíveis, a ponto de exceder as próprias relações e as pessoas. Waizbort (2015) compreendeu que, para Simmel, as pessoas “não vivem apenas entre si, mas intimamente entrelaçadas com as coisas e os fluxos

materiais. Isso nos obriga a refletir de modo diferente sobre o que constitui a subjetividade humana, ou seja, sobre o que significa ser humano” (WAIZBORT, 2015, p. 24).

Diante das profundas mudanças vivenciadas pela sociedade na qual Simmel viveu, revelam coerência suas preocupações em analisar o que era a modernidade e suas implicações na subjetividade dos indivíduos. Simmel se preocupava com esse indivíduo e suas reações frente ao novo mundo urbano, ao novo modo de vida, por isso ele estudou as formas específicas de interação, como, por exemplo, as que envolvem o estrangeiro, o metropolitano, o pobre, entre várias outras (SANCHIS, 2011). De acordo com Simmel:

Os problemas mais profundos da vida moderna brotam da pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida — a última reconfiguração da luta com a natureza que o homem primitivo levou a cabo em favor de sua existência corporal (SIMMEL, 2005, p. 577).

Segundo Stecher (1995), ao se dedicar aos fenômenos particulares, Simmel conseguiu retratar tanto a complexidade da vida moderna quanto situar esses mesmos fenômenos no centro de um pensamento aberto, por ser processual; com isso, evitou predeterminações. Para o autor, Simmel possibilitou, com o conceito de ação recíproca, a captura de vários elementos que constituem a realidade; estabeleceu, desse modo, os elementos moleculares e as formas relacionais (STECHEER, 1995). Simmel elencou que:

Primeiramente, pela ação recíproca e justaposta dos indivíduos, ação que produz dentro de cada um o que, a partir dele, não se explica; em segundo lugar, pela sucessão das gerações cujas heranças e tradições se fundem solidamente com as aquisições peculiares do indivíduo, fazendo com que o homem social, ao contrário de qualquer vida subumana, não seja apenas um descendente, mas propriamente um herdeiro (SIMMEL, 1983, p. 85).

De acordo com Maia (2015), a sociologia formal de Simmel está baseada na suposição de que a ação com sentido poderia se originar nos indivíduos. Haveria, no pensamento simmeliano, espontaneidade nas interações individuais, de modo que “nenhuma regulamentação normativa, institucional, organizada, pode substituir inteiramente os sentimentos que nascem livremente nos homens em suas aproximações e afastamentos recíprocos” (MAIA, 2015, s/p). Porém, conforme destacou Cohn (1998), isso “resolve por si mesmo o problema que Simmel detecta na ação puramente racional-calculadora e na mera imposição de imperativos legais” (COHN, 1998, s/p).

Segundo Maia (2015), Simmel se recusou a iniciar tanto estudos quanto análises sobre a sociedade sob um ponto de vista que privilegiasse apenas o todo, pois entendia que, para termos alguma compreensão da vida, apenas uma perspectiva não totalizada a garantiria. Ressaltou que os elementos são fragmentações, dispersões e migrações, que isso ocorreria nos

âmbitos do microcosmos da vida social e nas formas de sociação. Para a autora, Simmel buscou “captar a maneira pela qual as experiências se exprimem nas formas sociais que as condicionam, quanto ao modo pelo qual as formas sociais e culturais assimilam a diversidade das experiências que encampam” (MAIA, 2015, s/p).

Simmel teve grandes influências; Goethe, Bergson e Nietzsche foram profundamente estudados por ele, pois discutiam, como tema, a vida. Entretanto, vale ressaltar que inicialmente ele estudou Darwin, chegou a ministrar aulas sobre sua teoria, e fora por meio do pensamento darwiniano que ele explorou, em um recurso à referida analogia de método, vários conceitos da biologia, em especial, o conceito de interação (BÁRBARA, 2012). Outro pensamento desenvolvido por Simmel com base nos escritos de Darwin foi a imagem de teia de relações. Segundo Bárbara:

A imagem de uma teia de relações em que de algum modo as mais diversas formas se unem de maneira dinâmica está no coração de suas discussões sobre as formas de socialização – e ainda que tal imagem de modo algum seja original de Darwin, encontra, nele, um de seus suportes mais firmes no domínio da biologia moderna (BÁRBARA, 2012, p. 56).

De acordo com Bárbara (2012), Simmel entendeu o mundo social como uma teia de relações, infinitamente complicada; essa analogia seria similar ao modo que falamos em vida social. O autor destacou também que “convém deixar claro que aquela imagem – a da teia de relações – aparece uma única vez em *On the Origin of Species*, sendo ali na verdade apenas isso: uma imagem” (BÁRBARA, 2012, p. 57). Ao trabalhar sobre o método de Simmel, o autor destacou que:

Detectar analogias, coincidências, semelhanças, e isso de modo a considerá-las como produtos de um processo de ajustes ou influências recíprocas – esse foi um dos principais recursos mobilizados por Simmel para coordenar as diversas formas concretas de socialização que ele tinha em vista de modo a extrair, delas, “sociologia” (BÁRBARA, 2012, p. 58).

A analogia de método era um recurso comum em outras ciências, sendo aceito no ambiente intelectual, inclusive “entre autores ‘positivistas’ como Comte e Spencer” (BÁRBARA, 2012, p. 196). Simmel se utilizou de analogia com campos da geometria, biologia, mecânica, entre outros. Em especial a geometria, entendida no sentido kantiano, foi responsável pela “distinção propedêutica entre a forma e o conteúdo da socialização que permitiu a Simmel circunscrever pela primeira vez com maior exatidão o problema da sociologia e, portanto, tentar inscrevê-la na série das ciências” (Ibidem, p. 206). Conforme Bárbara informou:

Como a vida na natureza e a vida na sociedade eram consideradas como se fossem coisas semelhantes, bastava ao Simmel de 1890 aplicar o conceito de interação ou influência recíproca, que parecia funcionar na biologia, aos problemas da sociologia.

Mais tarde (quando já dispunha, para pôr em perspectiva a noção de interação, o conceito mais refinado de socialização [*Vergesellschaftung*]), Simmel exploraria novos aspectos dessa mesma analogia fundamental, alguns dos quais a converteriam em uma analogia de método (i.e.: numa analogia que, como a geométrica, permitisse ilustrar o modo “exclusivamente” sociológico de proceder) (BÁRBARA, 2012, p. 226).

Segundo Bárbara (2012), foi justamente o conceito de *Vergesellschaftung* - traduzido como sociação, associação ou socialização - uma ferramenta com a qual Simmel tentaria localizar o que na sociedade seria a “sociedade pura”, incumbência específica da sociologia, pois só ela seria capaz de sondar esse espectro da realidade. Para o autor, ao que haveria de “puramente social na sociedade, Simmel dará o nome de formas de socialização: o objeto da sociologia cujos limites exatos ele pretende demarcar” (BÁRBARA, 2012, p. 214). Outros autores e autoras vão evitar a tradução de *Vergesellschaftung* como socialização, justamente para se afastarem da noção de socialização da proposta durkheimiana. Ainda segundo Bárbara:

Simmel concebia a “unidade” do que é propriamente social como algo infinitamente complexo e plural, inassimilável por meio de um único conceito; a sociedade não era, para ele, algo uniforme, o que o conduziu à conclusão de que a ciência que pretendesse investigá-la não poderia concebê-la como algo do gênero. A solução que Simmel tinha a fornecer para esse impasse pode, a esta altura, ser acessada considerando que o que ele tinha a oferecer à sociologia era uma série de investigações sobre as formas de socialização – algo a que só podemos nos referir de modo adequado empregando o plural (BÁRBARA, 2012, p. 227).

Conforme Bárbara (2012), Simmel afirmou somente em 1908 que as formas mais voláteis de socialização possuiriam importância para a reprodução da vida social, e a “subsequente necessidade imposta ao sociólogo de ao menos tentar de algum modo apreendê-las conceitualmente” (BÁRBARA, 2012, p. 235). Esse aspecto fez com que a sociologia de Simmel também fosse denominada como uma microsociologia. Segundo o autor:

A referência aos *processos microscópico-moleculares* assim como ocorrem no organismo permitiu a Simmel *exprimir algo que ele, por assim dizer, enxergava quando dirigia o olhar para a sociedade, mas de que, até então e conforme lhe parecia, ninguém havia falado*, a saber: que aquelas *formas de socialização aparentemente insignificantes – a troca de olhares, o perguntar ao outro pelo caminho, o adornar-se para os outros, etc.* – cumprem, ainda que de um modo “enigmático” ou difícil de assimilar em conceitos, uma função na reprodução do mundo social. Eis o papel da analogia de método com a biologia, quando formulada nos termos de uma microscopia: chamar a atenção para essas formas de socialização (BÁRBARA, 2012, p. 240, grifos nossos).

De acordo com Santos (2014), baseado em Kracauer, no núcleo do pensamento simmeliano haveria um corte feito transversalmente, de modo que estando as expressões da vida espiritual “em inomináveis outras relações umas com as outras, nenhuma é separável dos nexos em que se encontram umas com as outras” (SANTOS, 2014, p. 34). E conforme

indicou Stecher (1995), outra característica da metodologia de abertura radical de Simmel é o convívio com a contradição, de não se tomar decisão, de demonstrar como as ações se desenvolveriam sempre num processo que é recíproco, dentro de um vai e vem e, por fim, destacando a circularidade desse movimento. Outro ponto destacado pelo autor foi o fato de que no pensamento simmeliano as categorias limitantes não se sujeitariam de antemão às formas empíricas da vida, por isso, “Simmel consegue, com grande sensibilidade, vislumbrar os fenômenos que surgem, no seu lugar preferido; na cidade grande, na passagem para a modernidade, como fenômenos de uma sociedade de massas” (STECHEER, 1995, p. 190). O método e o estilo de Simmel operam, segundo Maia (2015), como:

[...] um mecanismo de elucidação de formas de-totalizadas, no sentido de que: (a) nenhuma forma é uma forma “mestra” das demais; (b) elas não podem ser organizadas coerentemente em um sistema lógico de formas; e (c) a própria forma freqüentemente contém uma oposição interna em sua própria descrição (MAIA, 2015, s/p).

Segundo Maia (2015), há dois sentidos no conceito de forma utilizado por Simmel: um sentido concerne às construções mentais que são entendidas como modelos que permitem ao cientista social realizar seu trabalho de categorizar, organizar e analisar a realidade da sociedade; outro sentido se refere às construções que são os produtos das interações sociais, estruturas que sublinhariam os conteúdos, pois estes são sempre mutantes das interações sociais. Para a autora, Simmel reconheceu que “as constelações de indivíduos interagindo uns com os outros geram fenômenos supra-individuais que são condensados ou cristalizados em formas distintas” (MAIA, 2015, s/p). Conforme destacou:

[...] o relacionismo de Simmel evidencia que a vida social implica uma formalização da realidade social pelos próprios atores, já que a ação de modelização não está presente apenas do lado do observador exterior, mas, também, na do ator. Apesar de suas especificidades, Simmel, tal como Weber, parte sempre do princípio de que uma análise sociológica deve remontar às ações e reações dos indivíduos na situação em que se encontram (MAIA, 2015, s/p).

Nesse ponto, destacamos a oposição ao pensamento desenvolvido por Durkheim. Ao considerar os indivíduos e suas ações e reações, Simmel atentou para as dinâmicas do micro e macro, enquanto o sociólogo francês priorizava o macro. É importante destacarmos que os conceitos de forma e conteúdo, advindos de Kant, foram fundamentais para a abordagem de Simmel sobre as interações, que são os elementos que constituiriam a sociação em suas mais variadas formas. Em Simmel, entendemos que há algo que transcende as estruturas, que foge ao controle, às regras, pois “a dinâmica mesmo de tais interações, na rede simbólica dentro da qual os indivíduos interagem, sempre produz novos sentidos, que escapam ao controle

administrativo do Estado, da regulamentação normativa ou da tutela de subsistemas funcionais” (MAIA, 2015, s/p).

Outro elemento destacado por Maia (2015) é o entendimento de que o processo de cristalização das formas objetivas, quando elas confrontariam os indivíduos como entes estranhos, levaria ao esgotamento dessas formas, porquanto os indivíduos já não mais se reconheceriam nelas. Conforme mencionado, há um movimento contínuo, fato indicado por Simmel como uma “possibilidade de um conjunto sempre renovado de formas de ‘sociação’” (MAIA, 2015, s/p). Para a autora, Simmel fez notar que as interações “simples e informais do mundo cotidiano, apesar de ingênuas, efêmeras e ‘muitas vezes negligenciadas’, podem ser vistas como uma fonte espontânea de regeneração e reformulação dos sentidos socialmente estabelecidos e dos padrões culturais de pensamento” (Ibidem, s/p).

Segundo Maia (2015), o quadro analítico desenvolvido por Simmel fez com que vissemos que todo processo de integração social seria simultaneamente um processo de sociação para os indivíduos que nele são formados, e que eles, por sua vez, renovariam e estabilizariam “as dimensões da vida social como constelações ordenadas de relações interpessoais” (Ibidem, s/p). Porém, esse conjunto de formas sociais não seria modificado simplesmente pela vontade de um único indivíduo: esses “novos sentidos, frutos da interpretação e da criatividade individual, só podem ter efeitos supra-individuais na ordem social ou na cultura através de novas relações interpessoais” (Ibidem, s/p). Há, segundo a autora, uma tensão entre as interações diárias simples e suas manifestações na ordem social e na cultura, e, por fim, que a “coordenação ou interação recíproca entre vida e forma, e entre cultura subjetiva e objetiva, é raramente tornada perfeita” (Ibidem, s/p).

Esse movimento entre cultura objetiva e subjetiva também é importante para compreendermos o pensamento de Simmel, uma vez que a tensão entre as duas formas de cultura está no centro do que seria a modernidade. A cultura, de acordo com Salturi (2017, p.172) é “uma síntese, mas a síntese não é a única forma de unidade, uma vez que ela sempre pressupõe a separação dos referidos elementos como etapa anterior”. Segundo o autor:

Fazem parte desse processo a cultura objetiva e a cultura subjetiva. *Cultura objetiva* são as instituições, os conhecimentos, as atitudes que os homens desenvolvem ao longo da história, são as coisas em que a elaboração e o crescimento conduzem a alma humana à sua consumação própria e que representam trechos do caminho que o indivíduo particular ou a globalidade recorrem sem interrupção até uma existência mais elevada. *Cultura subjetiva* é a apropriação de toda cultura objetiva, anterior e exterior ao indivíduo, ela é a medida de desenvolvimento que os indivíduos alcançam (SALTURI, 2017, p. 172, grifos nossos).

Com a modernidade, ocorreu uma intensificação das culturas denominadas como objetiva e subjetiva; além disso, ocorreu um distanciamento maior entre ambas. Segundo

Garcia (2017), esse movimento impactou o ideal pedagógico do século XVIII, cuja orientação era a formação do ser humano e que visava a um valor pessoal e interior, sendo substituído pelo conceito de “educação” no século XIX, no sentido “de um corpo de conhecimentos objetivos e padrões de comportamento. Esta discrepância parece estar continuamente a ampliar-se” (GARCIA, 2007, p. 304). Segundo o autor:

Este exagerado crescimento da cultura objetiva tem-se revelado cada vez menos benéfico para o indivíduo. Talvez por estar menos consciente do que ativo, enredado pelo obscuro complexo dos seus sentimentos, o indivíduo vê-se reduzido à condição de desprezível expressão numérica. Torna-se um mero elemento da engrenagem dominado pela implacável organização material e por forças que, gradualmente, o privam de tudo o que tenha a ver com progresso, espiritualidade e virtude (GARCIA, 2007, p. 311).

De certo modo, talvez essa fosse a preocupação de Simmel ao imergir na filosofia da vida. Reduzir o indivíduo a uma expressão numérica, a uma engrenagem, ou a vida reduzida na economia, não fazia e ainda não faz sentido. Segundo Rammstedt (2015), sob “a categoria do ‘novo’, Simmel acreditava poder introduzir em seus interesses científicos questões artístico-filosóficas, estéticas, de crítica social, positivistas, de evolucionismo darwinista, sociológicas e da psicologia dos povos, até então incompatíveis” (RAMMSTEDT, 2015, p. 57). Elementos que ficaram expressos na metodologia simmeliana, segundo Bárbara (2014), o “método e exposição estão tão imbricados que, na prática, a separação analítica entre ambos perde sentido. Pois, se as analogias são formas de expor, o que Simmel expõe com elas não deixa de ser conhecimento, e, nesse ato, o meio de expor torna-se um meio para conhecer” (BÁRBARA, 2014, p. 93).

Simmel se interessava por muitas áreas do conhecimento, de fato, e tentou fazer com que essas diversas áreas se relacionassem, característica típica de seu sistema de pensamento, o que, segundo Maia (2015), revelava que Simmel era ciente “de que nenhuma sociologia, com as relações típicas que descreve, pode exaurir a complexidade da realidade histórica” (MAIA, 2015, s/p). Porém, ainda conforme a autora, ele insistia em que as formas de sociação fossem consideradas em sua realização concreta, “não em generalidades através das quais os conteúdos se manifestam” (Ibidem, s/p). Ainda ressaltou que:

Simmel reconhece, vale insistir, a persistência das formas no tempo e no espaço. Admite que a persistência das formas é superior à existência dos indivíduos, uma vez que os indivíduos têm uma existência limitada, eles vêm e vão, e as formas permanecem. Os fundamentos da “sociação” ou dos processos pelos quais nos tornamos membros da sociedade possuem uma localização espaço-temporal. No entanto, o autor recusa a explicar as interações apenas como derivações de um sistema funcional, através do qual os papéis, as regras e as normas sociais, adquiridos através do processo de socialização, passam a operar nos indivíduos, ou que tais interações sejam reforçadas através de recompensas e sanções sociais (MAIA, 2015, s/p).

Simmel se mostrou muito lúcido ao não compactuar com um tipo de pensamento determinista e coercitivo; ele percebeu que havia mais elementos nessa equação, elementos outros que constituem os indivíduos e a própria vida. A teia de relações possui tantos fios quantos possíveis e a pretensão de enxergar a totalidade não passaria disso: uma pretensão. Cabe aqui o que Rammstedt (2015) destacou ao escrever que:

Para passar da parte ao todo de modo justificado não é necessário determinar a significância e a validade, dado que tudo está em ligação com tudo (interação). Para Simmel, cada “partícula do mundo é igualmente significante” (Simmel, 2000 [1898]:409) e a sonda pode ser lançada nas profundezas a partir de qualquer uma delas (RAMMSTEDT, 2015, p. 62).

Todavia, cabe fazer uma ressalva: Simmel não anulava a importância da sociedade, apenas compreendia que o indivíduo estava no centro do processo de socialização (COSTA, 1999). Isso altera a forma de apreender a mudança social, por exemplo. Segundo Costa (1999), sob a ótica aderida por Simmel “ainda há alguma chance de o indivíduo transformar a sociedade, talvez através de uma saída individual - no plano do pensamento, na opção por uma moda ou no refúgio de uma sociedade secreta” (COSTA, 1999, p. 306). Conforme Cohn (1998):

Certamente se encontrará em Simmel uma crítica aguda a qualquer reducionismo econômico. A última coisa que se poderá buscar nele é algo que lembre o esquema da escolha racional. Nada de individualismo metodológico, mas também nada de holismo. Simmel persegue incansavelmente as mil formas (e aqui já temos um termo carregado) que assume a aproximação sempre assintótica da totalidade, seja no conjunto social, seja nos seus componentes singulares (COHN, 1998, s/p).

Segundo Cohn (1998), Simmel entendia a vida como um fluxo das experiências, como uma fonte de energia que alimentaria as relações recíprocas dos elementos. O movimento de um conjunto de aproximações e afastamentos, sempre contínuos, configuraria a sociedade. O traço que marca esse modelo é a reciprocidade dos efeitos. Para o autor, o pensamento de Simmel “retira seu timbre da ênfase na tensão entre fluxos energéticos e processos de imposição de formas (na mais exata acepção de informação) em ambientes significativos dados” (COHN, 1998, s/p).

Para Cohn (1998), o elemento que teceria o laço da reciprocidade, em Simmel, é a gratidão, também trabalhado por Mauss (MARTINS; GUERRA, 2013), não podendo reduzir à simples troca o ato de dar e receber na vida social. Outro aspecto a ser destacado é a questão das formas: “determinados padrões de interação destacam-se dos conteúdos (sentimentos, impulsos etc.) que de certo modo lhes davam vida e passam a operar por sua própria conta, como receptáculos para relações que se ajustem a eles” (COHN, 1998, s/p). Segundo Cohn, para Simmel:

[...] a entrada em relações sociais sempre desencadeia um processo de determinação de fronteiras. Mas as fronteiras que Simmel tem em mente não separam o sistema social do seu ambiente. Elas recortam o objeto conforme a seguinte diferença: minha esfera de influência/sua esfera de influência; meus direitos/seus direitos; o lado que posso ver/o lado que você pode ver. Desse modo a interação se dá sobre uma fronteira, como num jogo de tênis (COHN, 1998, s/p).

Devido à teoria multicolor de Simmel, Cohn o considerou “a figura mais acabada do observador atento e inquieto das vibrações da vida social” (COHN, 1998, s/p). As contribuições de Simmel foram inúmeras. Podemos destacar que sua grande contribuição para as ciências sociais “assenta-se na elaboração de um estilo de pensar o par dicotômico indivíduo/sociedade em bases, por assim dizer, menos dicotômicas e mais interativas” (COSTA, 2017, p. 293).

Segundo Costa (2017), seria possível construir, para Simmel, um conhecimento do mundo histórico-social apenas se esse conhecimento for fragmentado. De modo que, de acordo com o autor, seria impossível, no pensamento de Simmel, formular uma grande teoria ou mesmo um quadro totalizador. Escreveu que:

Simmel filia-se à tradição do pensamento alemão que só vê viabilidade e coerência em estudos que entendam que a realidade é multifacetada e que cada pesquisador só poderá conhecer algumas ou uma dessas faces. Não há espaço para pensar na criação de verdades absolutas, mas sim na composição de um conjunto de argumentos que explique determinados fenômenos sociais (COSTA, 2017, p. 295).

De acordo com Costa (2017), a concepção simmeliana de sociedade, assim como a de outros autores alemães, prezava pelo desejo de liberdade humana. Nessa abordagem, haveria “uma valorização dos indivíduos fazendo sociedade e há também uma ênfase muito grande nas teias de relações e nas interações que criam a sociedade” (COSTA, 2017, p. 296). A liberdade ao ser humano não se deslocaria de uma postura ética do pesquisador, nem mesmo do próprio conhecimento, pois Simmel rejeitaria qualquer “postura colonizadora do sociólogo, propondo que a sociologia, se se pretende ciência, não pode almejar abarcar tudo o que se passa na sociedade, precisando ater-se a um modo específico de abstração” (BÁRBARA, 2014, p. 95). Como já mencionado, qualquer ciência que queira apreender o todo seria, para Simmel, impossível. Isso teria a ver com o método sociológico de Simmel, segundo Bárbara (2014), pois essa metodologia proporcionaria uma imagem da realidade histórico-cultural. De acordo com Alves e Maciel (2017):

A tendência para o crescimento da individualidade não consiste em se abolir o laço social, mas tornar um fator de liberdade o processo de escolha a quem ou ao que o indivíduo se vincula. Diferentemente dos laços compulsórios que se estabelecem sem a participação do sujeito, o autor acreditava que as associações modernas se sustentam nos interesses e desejos dos próprios indivíduos (ALVES; MACIEL, 2017, p. 272).

Segundo Alves e Maciel (2017), Simmel desenvolveu uma concepção de individualidade que está baseada em dois pontos: o primeiro estaria associado à libertação dos indivíduos das formas de vida comunitárias, que limitariam a liberdade individual; o segundo seria a autodeterminação, ligado ao crescimento do processo de singularização dos indivíduos, o que seria “potencializado por determinados fenômenos característicos da modernidade. Simmel se debruça sobre as mudanças no padrão de relações sociais que permitiram o surgimento dessa individualidade” (ALVES; MACIEL, 2017, p. 269).

Simmel fora, entre os autores clássicos, o que mais se preocupou em edificar uma teoria sociológica do individualismo, uma teoria que operou com concepções ideológicas sobre os tipos de individualismo que a modernidade proporcionou, isso em relação com fenômenos do tipo: economia monetária, divisão social do trabalho, ampliação e cruzamento dos círculos sociais e a própria individualidade (ALVES; MACIEL, 2017). Ainda segundo os autores:

Simmel foi um dos primeiros sociólogos a adotar uma perspectiva relacional do social – buscando superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade –, o que lhe permitiu pensar a individualidade como um fenômeno, ligado às mudanças no padrão de relações sociais, que caracteriza a modernização da sociedade (ALVES; MACIEL, 2017, p. 261).

Simmel tentou superar a dicotomia clássica porque percebeu que havia mais elementos em um e outro termos dessa relação, uma vez que as teias ou fragmentos são infinitos. A sociedade, para Simmel, “é um processo extremamente dinâmico de emergência, decadência e reemergência das formas de sociação, a exemplo da competição, da cooperação, da refeição, da sociabilidade, da moda, entre inúmeras outras” (ALVES; MACIEL, 2017, p. 264). Simmel ainda é tido como um precursor de uma sociologia do indivíduo, pois tentou integrar tanto as análises das transformações sociais, quanto as compreensões das condições psicológicas que a modernidade estabeleceu (ALVES; MACIEL, 2017).

Parece-nos que Simmel, ao propor que víssemos o micro, possibilitou que tivéssemos um vislumbre mais amplo do todo, pois evidenciou mais dimensões da vida do que aquelas que vinham sendo desnudadas pelo pensamento positivista, por exemplo. Conforme Cohn (1998), temos em Simmel a vida “como referência última, como fluxo ilimitado de experiências possíveis” (COHN, 1998, s/p). Definir a vida como referência última, como um fluxo ilimitado de experiências, desperta, em nós, vários sentimentos e nos leva a concluir que a vida não é uma regra, uma norma, uma estrutura, ou qualquer outro termo correlato; ela vai sempre além.

Em uma breve síntese, o conceito de sociabilidade, como as formas puras de interação derivadas dos processos de sociação, permitiria a realização de análises nas quais o indivíduo seja atuante ao mesmo tempo em que sofre a atuação de outros. Enquanto o conceito de socialização no sentido durkheimiano previa uma integração do indivíduo ao todo de modo passivo e sob coerções, o que diverge da proposta de Simmel. Este privilegiou o devir e o acontecimento, e, uma vez que a verdade seria relacional, não haveria uma única verdade - nem imutável, nem universal. Sua sociologia estava preocupada em captar os processos de emergência dos fenômenos de sociação, que, por sua vez, são entendidos como interações marcadas por múltiplas e infinitas situações que se reconfiguram continuamente. Nesse ponto, temos o que era compreendido como a espontaneidade das interações entre os indivíduos. Simmel entendeu que essa espontaneidade garantiria que nenhuma regulamentação, normativa ou institucional organizada, poderia bloquear ou substituir aqueles sentimentos que nascem sempre livremente.

### 3.3 Sociabilidade - as formas puras de interação

No livro intitulado *Questões fundamentais da sociologia*, de Georg Simmel (2006), podemos encontrar alguns pontos centrais - sua definição de sociologia, elementos constituintes de seu pensamento, a relação indivíduo e grupo, forma e conteúdo, formas de interação, entre outros -, particularmente no capítulo 3, *A sociabilidade (exemplo de forma pura e formal)*; nele, encontramos a elaboração teórica que aproxima esse trabalho com a proposta desse autor.

Segundo Simmel (2006), os conceitos de forma e conteúdo estabelecem uma boa mediação entre os elementos que constituem a sociedade, que seria entendida como “a interação entre os indivíduos” (SIMMEL, 2006, p. 59). A busca por determinados fins e a satisfação de impulsos são o que, conforme o autor, gerariam as interações:

Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. Isso quer dizer que ele exerce efeito sobre os demais e também sofre efeitos por parte deles. Essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade – mais exatamente, uma “sociedade”(SIMMEL, 2006, p. 59-60, grifos nossos).

Para Simmel (2006), o conteúdo e a matéria da sociação são definidos como tudo aquilo que existiria tanto nos indivíduos quanto nos lugares concretos, são observados “como impulsos, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento nos

indivíduos – tudo o que está presente nele de modo a engendrar ou mediatizar os efeitos sobre os outros, ou a receber esses efeitos dos outros (SIMMEL, 2006, p. 60). Segundo o autor, podemos entender que:

Em si e para si, essas matérias com as quais a vida se preenche, essas motivações que a impulsionam, não têm natureza social. A fome, o amor, o trabalho, a religiosidade, a técnica, as funções ou os resultados da inteligência não são, em seu sentido imediato, por si sós, sociais. São fatores da sociação apenas quando transformam a mera agregação isolada dos indivíduos em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro que pertencem ao conceito geral de interação. *A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados -, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam.* Esses interesses, sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, causais ou teleológicos, *formam a base da sociedade humana* (SIMMEL, 2006, p. 60-61, grifos nossos).

É a unidade de convergência de interesses variados que formaria o fenômeno da sociação para Simmel. Notamos que há um elemento orgânico (não social) nesse modo de entendimento dos processos de interação, múltiplos e variados. Essa característica dificulta sua apreensão pelas normas, costumes, hierarquias, currículos, entre outros.

No subtítulo denominado *A autonomização dos conteúdos*, Simmel (2006) expôs o modo pelo qual nós apreendemos o mundo. Para o autor:

Com base nas condições e nas necessidades práticas, nossa inteligência, vontade, criatividade e os movimentos afetivos, elaboramos o material que tomamos do mundo. De acordo com nossos propósitos, damos a esses materiais determinadas formas, e apenas com tais formas esse material é usado como elemento de nossas vidas. Mas essas forças e esses interesses se liberam, de um modo peculiar, do serviço à vida que havia gerado e aos quais estavam originalmente presos. Tornam-se autônomos, no sentido de que não se podem mais separar do objeto que formaram exclusivamente para seu próprio funcionamento e realização (SIMMEL, 2006, p. 61)<sup>20</sup>.

Um exemplo dessa autonomização é o dinheiro<sup>21</sup>: utilizado para substituir objetos de troca, tornou-se algo por si só valioso. Além de cumprir a elaboração humana de um material que facilite as trocas de produtos, também é agora o próprio objeto a ser alcançado; o valor do

---

<sup>20</sup> Conforme indicado durante a banca de defesa pelo professor Lenin Bicudo Bárbara, nesse fragmento encontramos um problema de tradução. Segundo o sociólogo, a tradução seria algo como: “Ocorre uma autonomização de certas energias, de tal modo que elas deixam de estar atreladas aos objetos que as formaram e, com isso, de se sujeitar aos objetivos da vida; em vez disso, é como se tais formas passassem a se mover [se desenrolar] livremente, por conta própria, e então o criassem ou apanhassem um material na medida em que este se preste à sua própria atividade e realização”.

<sup>21</sup> O dinheiro foi um dos temas mais importantes e profundamente estudados por Simmel. Para uma introdução ao assunto, indicamos os artigos *Simmel e o dinheiro: primeiros ensaios*, de Natacha Simeí Leal, e *Sociologia, modernidade e individualismo em Georg Simmel – Um estudo a partir da Filosofia do Dinheiro*, de Iago Vinicius Inacio. Disponíveis respectivamente em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/7728> e <https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/16380/14668>.

dinheiro se tornou autônomo. Em outro exemplo, temos o que fora indicado pelo próprio Simmel:

Por exemplo, todo conhecimento parece ter um sentido na luta pela existência. Saber o verdadeiro comportamento das coisas tem uma utilidade inestimável para a preservação e o aprimoramento da vida. Mas o conhecimento não é mais usado a serviço dos propósitos práticos: a ciência tornou-se um valor em si mesma. Ela escolhe seus objetos por si mesma, modela-os com base em suas necessidades internas, e nada questiona para além de sua própria realização (SIMMEL, 2006, p. 61).

Nesse exemplo, podemos perceber que o autor valoriza a autonomização do campo. Ao se fechar em seu próprio mundo<sup>22</sup>, o campo tem autonomia para trabalhar suas próprias questões. Hoje a vemos capturada pelo interesse de mercado<sup>23</sup>, das indústrias e grandes corporações; não se faz mais ciência para facilitar e melhorar a vida, se faz para obter lucro. Em mais um exemplo, temos:

Outro exemplo é a interpretação de realidades, concretas ou abstratas, segundo unidades espaciais, rítmicas ou sonoras, de acordo com seu significado ou organização, que seguramente surgiu das exigências de nossa prática. Contudo, essas interpretações tornam-se fins em si mesmas e exercem seu efeito por sua própria força e sua própria lei, seletivas e criativas, independentemente de seu emaranhado com a vida prática, e não por causa dela. Aí está a origem da arte, totalmente separada da vida e retirando dela só o que lhe serve. A arte cria a si mesma, simultaneamente, pela segunda vez. E no entanto as formas por meio das quais ela cria e nas quais ela consiste se criaram nas exigências e na dinâmica da vida (SIMMEL, 2006, p. 61-62).

Os exemplos dados, da ciência e da arte, clarificam nossa visão sobre o fenômeno de como algo se fecha em si mesmo e passa a responder às suas próprias demandas, autonomizando-se. Segundo Simmel (2006), essa “dialética determina o direito em sua essência. A partir das exigências impostas pela existência da sociedade, firmam-se certos modos de conduta individuais que, nesse estágio, são válidos e ocorrem exclusivamente por essas imposições práticas” (SIMMEL, 2006, p. 62). Para exemplificar mais uma vez o que ocorre quando algo se desconecta do mundo, o autor escreveu que:

À medida que o “direito” já surgiu, este não é mais o sentido de sua realização. As condutas somente devem ocorrer porque são “legais”, indiferentes à vida que originalmente as produziu e as dominou até o *fiat justitia, pereat mundus* (“que se faça justiça, mesmo que o mundo pereça”). Por mais que o comportamento relativo ao direito tenha suas raízes nas finalidades sociais da vida, o direito propriamente dito não tem qualquer “finalidade”, justamente porque ele não é mais meio. Ele se determina a partir de si mesmo, e não em função da legitimação de uma outra instância superior e extrínseca que ditaria como se deve formar a matéria da vida (SIMMEL, 2006, p. 62).

O movimento de fechar-se *em si mesmo* de um campo teria ocorrido, para Simmel (2006), “da determinação das formas pelas matérias da vida para a determinação de suas

<sup>22</sup> Num sentido de autonomia do campo, como, por exemplo, a autonomia da universidade.

<sup>23</sup> Justamente por esse motivo, Simmel defendia a autonomia.

matérias pelas formas que se tornam valores definitivos” (SIMMEL, 2006, p. 62). Essa alteração poderia ser percebida ao operar de modo mais amplo no que denominamos como *jogo*. Para o autor, essas formas seriam produzidas pelas forças, carências e impulsos cuja origem estariam na própria vida real; são elas que determinariam nosso comportamento no jogo de modo desejável. Conforme o autor:

Essas formas, contudo, se tornam autônomas dos conteúdos e estímulos autônomos dentro do próprio jogo, ou melhor, *como* jogo. Caçar, conquistar, comprovar forças físicas e espirituais, competir, pôr-se à mercê do acaso e do capricho de poderes sobre os quais não se tem qualquer influência – tudo isso que antes aderiria à vida em sua seriedade agora se subtrai a seu fluxo, à sua matéria, desapega-se da vida. Autonomamente, escolhe ou cria os objetos nos quais irá se testar e representar-se em sua pureza. Isso confere ao jogo tanto sua alegria quanto seu significado simbólico, tornando-o diferente do puro divertimento (SIMMEL, 2006, p. 62-63).

Para Simmel (2006), haveria uma relação análoga entre a arte e o jogo, pois, tanto “na arte como no jogo, as formas que se desenvolveram a partir da realidade da vida criaram seu domínio autônomo com relação à realidade” (SIMMEL, 2006, p. 63). Podemos entender que esse “descolamento” da realidade seria a forma pela qual o campo se autonomizaria. Segundo o autor:

É de sua origem – que as mantêm atreladas à vida – que tiram sua força e sua profundidade. Sempre que arte e jogo se esvaziam de vida, tornam-se artifício e mero entretenimento [*Spielerei*]. Assim, seu significado e sua essência se encontram justamente nessa mudança fundamental pela qual as formas criadas pelas finalidades e pelas matérias da vida se desprendem dela e se tornam finalidade e matéria de sua própria existência. Assimilam das realidades da vida somente o que pode se conformar à sua própria natureza e ser absorvido em sua existência autônoma (SIMMEL, 2006, p. 63).

É justamente esse movimento de autonomização que proporcionará um modo específico de entendimento do processo de socialização, denominado por Simmel (2006) como sociabilidade e compreendida como “forma autônoma ou forma lúdica da socialização” (SIMMEL, 2006, p. 63). Conforme o autor, tal processo operaria a separação do que denominou forma e conteúdo da existência social. Segundo escreveu:

O que é autenticamente “social” nessa existência é aquele ser com, para e contra os quais os conteúdos ou interesses materiais experimentam uma forma ou um fomento por meio de impulsos ou finalidades. Essas formas adquirem então, puramente por si mesmas e por esse estímulo que delas irradia a partir dessa liberação, uma vida própria, um exercício livre de todos os conteúdos materiais; esse é justamente o fenômeno da sociabilidade (SIMMEL, 2006, p. 63-64).

Segundo Simmel (2006), os interesses específicos e as necessidades seriam resultados observados quando há a formação de grupos humanos em reuniões econômicas, uma irmandade de sangue, uma comunidade de culto e até mesmo um bando de assaltantes. Para o autor, além de conteúdos específicos, essas “formas de socialização são acompanhadas por

um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal” (SIMMEL, 2006, p. 64). De acordo com o sociólogo alemão:

Esse impulso leva a essa forma de existência e que por vezes invoca os conteúdos reais que carregam consigo a socição em particular. Assim como aquilo que se pode chamar de impulso artístico retira as formas da totalidade de coisas que lhe aparecem, configurando-as em uma imagem específica e correspondente a esse impulso, o “impulso de sociabilidade”, em sua pura efetividade, se desvincula das realidades da vida social e do mero processo de socição como valor e como felicidade, e constitui assim o que chamamos de “sociabilidade” [*Geselligkeit*] em sentido rigoroso (SIMMEL, 2006, p. 64).

Podemos compreender que a sociabilidade seria, no pensamento simmeliano, a constituição de uma forma dos processos de socição, uma forma pura e autônoma de socição como escrevera o autor. Entendemos que quando falamos em sociabilidade, indicamos que seja um processo que já não teria mais vínculo com a realidade social ou com o ordinário processo de socição; seria um impulso (de sociabilidade). Segundo Simmel:

Não é por mero acidente do uso da linguagem o fato de que a sociabilidade, mesmo a mais primitiva, quando assume qualquer sentido e consistência, dê grande valor à *forma*, à “forma correta”. Pois a forma é a mútua determinação e interação dos elementos pelos quais se constrói uma unidade. Posto que, para a sociabilidade, se colocam de lado as motivações concretas ligadas à delimitação de finalidades da vida, a forma pura, a inter-relação interativa dos indivíduos, precisa ser acentuada com o máximo de força e eficácia (SIMMEL, 2006, p. 64-65).

Ao colocar de lado as motivações concretas, sendo forma pura, percebemos o porquê da característica lúdica da sociabilidade. Eleva-se ao máximo, tanto em força quanto em eficácia, a inter-relação interativa dos indivíduos. Segundo Simmel (2006), por ser uma relação formal, a sociabilidade se pouparia de atritos. Para o autor, mais realidade e substância são adquiridas quanto mais perfeita, ou puramente formal, for a sociabilidade, e também serviria para as pessoas mais profundas como “um papel simbólico que preenche suas vidas e lhes fornece um significado que o racionalismo superficial busca somente nos *conteúdos concretos*” (SIMMEL, 2006, p. 65). Indo além, escrevera que:

Por isso, como não os encontra ali, esse racionalismo sabe apenas desmerecer a sociabilidade como se ela fosse um conjunto vazio. Mas não é desprovido de significado o fato de que, em muitas – talvez em todas – línguas europeias, “sociedade” signifique exatamente “convivência sociável”. Uma sociedade mantida por alguma finalidade consciente, seja ela estatal ou econômica, é “sociedade” no sentido amplo do termo. Mas somente o sociável é exatamente uma “sociedade”, sem qualquer outro atributo, porque representa uma forma pura, acima de todo conteúdo específico de todas as “sociedades” unilateralmente caracterizadas. Isso nos fornece uma imagem abstrata, na qual todos os conteúdos se dissolvem em um mero jogo formal (SIMMEL, 2006, p. 65).

Ao tomar como base as categorias sociológicas, Simmel (2006) definiu a sociabilidade como “a *forma lúdica de socição*, e – *mutatis mutandis* – algo cuja concretude determinada se comporta da mesma maneira como a obra de arte se relaciona com a

realidade” (SIMMEL, 2006, p. 65). Ao indagar sobre qual seria o peso e o significado de um indivíduo na e diante da circunstância social, o autor afirmou que somente a sociabilidade chegaria a uma possível solução. Segundo ele:

Na medida em que a sociabilidade, em suas configurações puras, não tem qualquer finalidade objetiva, qualquer conteúdo ou qualquer resultado que estivesse, por assim dizer, fora do instante sociável, se apoiaria totalmente nas personalidades. Nada se deve buscar além da satisfação desse instante – quando muito, de sua lembrança. Assim, o processo permanece exclusivamente limitado aos seus portadores, tanto em seus condicionantes quanto em seus efeitos (SIMMEL, 2006, p. 66).

Segundo Simmel (2006), especificamente nas relações de sociabilidade puras, tais elementos - amabilidade, educação, cordialidade, carisma, entre outras - se tornam decisivos. Porém, “justamente por esse motivo, porque tudo aqui se apoia nas personalidades, elas não devem ser enfatizadas de modo tão individual” (SIMMEL, 2006, p. 66). Conforme escrevera:

Quando os interesses reais, em cooperação ou colisão, determinam a forma social, eles mesmos já cuidam para que o indivíduo não apresente sua especificidade e singularidade de modo tão ilimitado e autônomo. Mas onde essa condição não ocorre, é necessário que o refreamento se dê apenas a partir da comunhão com os outros, outra maneira de redução da primazia e da relevância da personalidade individual (SIMMEL, 2006, p. 66).

Outra forma de delimitação do indivíduo ocorreria, segundo Simmel (2006), em razão do sentido do tato, pois ele levaria “à autorregulação do indivíduo em sua relação com os outros, e num nível em que nenhum interesse egoísta, externo ou imediato, possa assumir a função reguladora” (SIMMEL, 2006, p. 66). Para o autor, essa ação ímpar do tato é que marcaria limites aos impulsos do indivíduo; adicionalmente, limitaria a ênfase no eu e as ambições espirituais e externas, considerando como “a ação específica que sustente a legitimidade do outro” (Ibidem). Surgiria, de acordo com ele, uma peculiar estrutura sociológica:

Na sociabilidade não entram o que as personalidades possuem em termos de significações objetivas, significações que têm seu centro fora do círculo de ação; riqueza, posição social, erudição, fama, capacidades excepcionais e méritos individuais não desempenham qualquer papel na sociabilidade. Quando o fazem, não passam de uma leve nuance daquela imaterialidade com a qual apenas à realidade é permitido penetrar o artifício social da sociabilidade (SIMMEL, 2006, p. 66-67).

Segundo Simmel (2006), o aspecto objetivo que rodeia a personalidade necessitaria se afastar de sua “função como elemento da sociabilidade” (SIMMEL, 2006, p. 67). Para o autor, isso também ocorreria no que “há de mais puro e profundo na personalidade: tudo o que representa de mais pessoal na vida, no caráter, no humor, no destino, não tem qualquer lugar nos limites da sociabilidade” (Ibidem). Conforme escrevera:

É uma falta de tato – porque contradiz os momentos aqui exclusivamente dominantes de efeitos *mútuos* – levar para a sociabilidade bons e maus humores meramente pessoais, excitações e depressões, a luz e a obscuridade da vida profunda. Mesmo no que há de mais superficial ocorre essa exclusão da personalidade (SIMMEL, 2006, p. 67).

Haveria um limiar para a sociabilidade? Como temos visto, nos parece que há esse limite toda vez que elementos objetivos invadem essa área, que seria puramente sociável. Para Simmel (2006), em sua totalidade, o ser humano seria um “complexo ainda informe de conteúdos, formas e possibilidades” (SIMMEL, 2006, p. 67), fazendo-o configurar-se em “uma imagem diferente e delimitada” (Ibidem) conforme cambiassem suas relações e motivações. Segundo o autor, esse ser é uma construção *ad hoc* que é diferenciado como: ser econômico; ser político; ser membro de família; ser representante de uma profissão, entre outros. No entendimento de Simmel, podemos perceber que:

Seu material de vida é determinado, a cada vez, por uma ideia específica, convertida em uma forma específica, cuja vida relativamente autônoma é alimentada por uma fonte de força do eu comum, imediata porém indefinível. Nesse sentido, o homem é, como ser sociável, uma figura muito singular, que em nenhuma outra relação mostra-se tão perfeita. Por um lado ele se livra de todos os significados materiais da personalidade e entra na forma sociável apenas com as capacidades, os estímulos e interesses de sua humanidade pura. Por outro lado, essa figura depara com tudo o que é objetivo e puramente individual na personalidade (SIMMEL, 2006, p. 68).

Segundo Simmel (2006), a discrição perante o outro seria a primeira condição necessária para o estabelecimento da sociabilidade; além disso, também seria “imprescindível com relação a si mesmo, porque sua infração faria com que, em ambos os casos, a forma sociológica artificial da sociabilidade degenerasse em um naturalismo sociológico” (SIMMEL, 2006, p. 68). Para o autor, poderíamos perceber uma *onda de sociabilidade*, que pode ser superior ou inferior, nos indivíduos. Conforme escrevera:

Tanto no momento em que o estar junto se apoia em um conteúdo e em uma finalidade objetivas, como no momento em que o fator absolutamente pessoal e subjetivo do indivíduo aparece sem qualquer reserva, a sociabilidade não é mais o elemento central e formador, mas, no máximo, continua a ser o princípio mais formalista superficial e mediador (SIMMEL, 2006, p. 68).

Quando falamos em sociabilidade, podemos destacar dois aspectos: ela é o impulso sociável e possui uma natureza democrática. Segundo Simmel (2006), as fronteiras e os limiares determinariam o “motivo formal positivo da sociabilidade que corresponde à sua determinação negativa” (SIMMEL, 2006, p. 68). De acordo com o autor, foi Kant quem estabeleceu que cada um deveria medir sua liberdade com base na coexistência com os outros - que também a possuiriam. Conforme destacou:

Quando nos atemos ao impulso sociável como fonte ou também como substância da sociabilidade, vemos que o princípio segundo o qual ela se constitui é: cada qual deve satisfazer esse impulso na medida que for compatível com a satisfação do

mesmo impulso nos outros. Expressando esse princípio a partir do êxito, e não do impulso, torna-se possível formular da seguinte maneira o princípio da sociabilidade: cada indivíduo deve *garantir* ao outro aquele máximo de valores sociáveis (alegria, liberação, vivacidade) compatível com o máximo de valores *recebidos* por esse indivíduo (SIMMEL, 2006, p. 69, grifos do autor).

Para Simmel (2006), encontramos na lei kantiana um princípio democrático que demonstraria que haveria uma estrutura democrática em toda e qualquer forma de sociabilidade. Segundo o autor, esse aspecto democrático somente poderia acontecer “no interior de um estrato social – já que, muitas vezes, uma sociabilidade entre membros de diferentes estratos sociais se torna algo contraditório e constrangedor” (SIMMEL, 2006, p. 69). Porém, para ele, a igualdade seria o resultado da eliminação “do que é inteiramente pessoal, e por outro lado, do que é inteiramente material, ou seja, daquilo que a sociação encontra previamente como seu material e do qual se despe em sua condição de sociabilidade” (Ibidem). Conforme o autor escreveu:

A democracia da sociabilidade, mesmo entre aqueles socialmente iguais, é *um jogo de cena*. A sociabilidade cria, caso se queira, um mundo sociologicamente ideal: nela, a alegria do indivíduo está totalmente ligada à felicidade dos outros. Aqui, ninguém pode em princípio encontrar sua satisfação à custa de sentimentos alheios totalmente opostos aos seus. Essa possibilidade é excluída por várias outras formas sociais que não a sociabilidade. Em todas elas, contudo, essa exclusão se dá por imperativos éticos superimpostos. Somente na sociabilidade ela é dada por princípios intrínsecos da própria forma social (SIMMEL, 2006, p. 69-70).

Ao escrever que a sociabilidade criaria um mundo sociologicamente ideal, Simmel (2006) compreendeu que se tratava de um mundo artificial, pois ele seria desenvolvido na interação entre os indivíduos, na qual o jogo acontece. Para o autor, seria esse mundo “o único em que é possível haver uma democracia sem atritos entre iguais, é um mundo *artificial*, construído a partir de seres que desejam produzir exclusivamente entre si mesmos essa interação pura que não seja desequilibrada por nenhuma tensão material” (SIMMEL, 2006, p. 70).

Segundo Simmel (2006), não seria correto pensarmos que ao entrar na sociabilidade o faríamos como seres puramente humanos, com o que seríamos de fato, ou como se pudéssemos deixar nossas atribuições, excessos, carências, idas e vindas de lado - “com os quais a vida real deforma a pureza de nossa imagem” (SIMMEL, 2006, p. 70). Para o autor, essa deformação é devida ao fato de que a vida moderna é uma saturação tanto de conteúdos objetivos quanto de exigências práticas. Conforme indicou:

Uma vez que nos desfazemos deles no círculo sociável, acreditamos retornar à existência natural de pessoa. Mas com isso esquecemos que o homem sociável é constituído por esse aspecto pessoal, não em seu caráter específico e em sua plenitude natural, mas somente a partir de uma certa reserva e de uma estilização (SIMMEL, 2006, p. 70).

O autor continuou ao considerar que:

Em tempos remotos, quando esse ser humano ainda não precisava obter vantagens de conteúdos materiais e objetivos, sua forma emergia mais plena e distintamente em contraste com sua existência pessoal. Por esse motivo, o comportamento pessoal na sociabilidade era, em tempos remotos, muito mais cerimonioso, acanhado e supraindividualmente regulamentado e rigoroso do que hoje. Essa redução do caráter pessoal à interação homogênea com os outros impõe ao indivíduo mover-se para o polo oposto: um comportamento específico da sociabilidade é a cortesia, com a qual o forte e o extraordinário não somente se igualam aos mais fracos, como também agem como se o fraco fosse o mais valoroso e superior (SIMMEL, 2006, p. 70-71).

Simmel (2006) definiu o caso de forma de interação mais pura como “aquele que ocorre entre iguais, assim como simetria e equilíbrio são os elementos mais visíveis e ilustrativos das formas artísticas de estilização” (SIMMEL, 2006, p. 71). Segundo o autor, analogamente à sociação que se estabelece no âmbito do jogo ou da arte, teremos, como exigência para que ocorra a sociabilidade de tipo mais puro, que ela se dê entre iguais, tornando-se, desse modo, uma interação clara e atraente. De acordo com ele:

Pela sua natureza, ela precisa criar seres humanos que se desapegam de seus conteúdos objetivos e que, assim, modificam seu significado interno e externo para se tornarem socialmente iguais. Cada qual só pode obter para si os valores de sociabilidade se os outros com quem interage também os obtenham. É o jogo do “faz de conta”, faz de conta que todos são iguais, e, ao mesmo tempo, *faz de conta que cada um é especialmente honrado* (SIMMEL, 2006, p. 71, grifos do autor).

Para Simmel (2006), esse fazer de conta não significa que não seja de verdade, como também não o é na arte ou no jogo, ambos com seus artifícios que desviam a realidade. Segundo o autor, o jogo somente se tornaria mentiroso “quando a ação sociável e o discurso se tornam simples instrumentos de intenções e dos acontecimentos da realidade prática – assim como a pintura se torna mentirosa quando pretende simular panoramicamente a realidade” (SIMMEL, 2006, p. 71). Ainda conforme o autor:

O que é correto e ordenado somente dentro do caráter da vida autônoma da sociabilidade, com seu jogo imanente de formas, passa a ser mentira decepcionante quando o fenômeno é guiado por objetivos não sociáveis, ou tem por finalidade disfarçar tais objetivos; algo que o emaranhado na prática da sociabilidade pode facilmente seduzir com os eventos da vida real (SIMMEL, 2006, p. 71).

No pensamento simmeliano, temos a sociabilidade compreendida como uma forma lúdica dos problemas éticos e de suas possíveis formas de serem solucionados; seria uma “forma lúdica das forças éticas da sociedade concreta” (SIMMEL, 2006, p. 77). Para o autor, essas forças enfrentam grandes problemas, quais sejam:

[...] o fato de que o indivíduo tenha de se adequar a um contexto comum e viver para ele; mas também que os valores e aspectos relevantes devem refluir para o indivíduo justamente a partir desse contexto; o fato de que a vida do indivíduo seja um desvio com relação aos fins do conjunto; mas que a vida do conjunto, por sua vez, também seja um desvio para os fins do indivíduo (SIMMEL, 2006, p. 77-78).

Para Simmel (2006), tais exigências seriam transferidas para o plano do jogo simbólico quando se dá a sociabilidade, de modo a configurar um reino das sombras, conforme o autor, “no qual não há atritos, justamente porque as sombras não podem colidir umas com as outras” (SIMMEL, 2006, p. 78). Consideramos como ponto central o que Simmel afirmou quando escreveu que:

Se, além disso, a tarefa ética da socialização é fazer com que a junção e a separação dos indivíduos, embora essas relações sejam espontaneamente determinadas pela vida em sua totalidade, então, *na sociabilidade, a liberdade para formar relações e a adequação de outra expressão não obedecem a qualquer condicionamento concreto e de conteúdo mais profundo* (SIMMEL, 2006, p. 78, grifos nossos).

Segundo Simmel (2006), a reunião social, formada seja pelo impulso ou pela oportunidade, forneceria “uma miniatura do ideal de sociedade que se poderia chamar de liberdade de associação” (SIMMEL, 2006, p. 78). De acordo com o autor:

Se todas as convergências e divergências devem ser fenômenos rigorosamente proporcionais a realidades internas, numa “reunião social” elas existem sem tais realidades, e nada resta além de um fenômeno que obedece às próprias leis formais de um jogo cuja graça, fechada em si mesma, revela *esteticamente* a mesma proporção que a seriedade da realidade exige em termos *éticos* (SIMMEL, 2006, p. 78).

Por último, mas longe de esgotar o tema, destacamos o que Simmel (2006) escrevera como certa característica da sociabilidade: “a superficialidade”. Segundo o autor, foi no Antigo Regime que a sociabilidade obteve uma expressão soberana, embora tenha se tornado simultaneamente caricatural. Para o autor, estaria na essência da sociabilidade a ação de “eliminar a realidade das interações concretas entre seres humanos e erigir um reino no ar de acordo com as leis formais dessas relações que se movimentam em si mesmas, sem reconhecer nenhuma finalidade que esteja fora delas” (SIMMEL, 2006, p. 79-80). De acordo com o sociólogo alemão, seriam a vivacidade, o sentimento, a atração, os impulsos e convicções do indivíduo as fontes de que esse reino se alimentaria, não das “formas que determinam a si mesmas” (Ibidem). Explicando um pouco mais, o autor escrevera que:

Toda sociabilidade é um *símbolo* da vida quando esta surge no fluxo de um jogo prazeroso e fácil. Porém, é justamente um símbolo da *vida* cuja imagem se modifica até o ponto em que a distância em relação à vida o exige. Da mesma maneira, para não se mostrar vazia e mentirosa, a arte mais livre, fantástica e distante da cópia de qualquer realidade se nutre de uma relação profunda e fiel com a realidade. Ainda que a arte se ponha *acima* da vida, ela se situa acima da *vida*. Caso a sociabilidade corte totalmente os laços que a unem com a realidade da vida – a partir da qual ela entrelaça uma teia totalmente estilizada e diferente –, ela deixa de ser um jogo (*Spiel*), e passa a ser uma frívola brincadeira (*Spielerei*), com formas vazias, em um esquematismo sem vida e orgulhoso disso (SIMMEL, 2006, p. 80, grifos do autor).

Para Simmel (2006), é nesse âmbito que a superficialidade das relações pode ser observada, sendo motivo de reclamação das pessoas. Segundo o autor:

Certamente um dos fatos mais importantes da existência espiritual é que, quando retiramos qualquer elemento da totalidade do eu e os fechamos em um reino à parte organizado com base em suas próprias leis, e não nas leis do todo, esse reino, apesar de toda a sua perfeição interna, pode mostrar um caráter vazio e suspenso no ar, exatamente por sua distância de toda realidade imediata (SIMMEL, 2006, p. 80).

De acordo com Simmel (2006), se alterarmos alguns desses elementos, alguns não apreciáveis, “esse reino pode mostrar a essência mais profunda da vida, da maneira a mais completa, coerente e homogênea que qualquer tentativa de apreendê-la realisticamente e sem distanciamento” (SIMMEL, 2006, p. 80-81). Segundo o autor, a despeito de quaisquer sentimentos, a vida transcorreria sob suas próprias normas e a sociabilidade teria oferecido os elementos de aspectos superficiais da interação social. A sociabilidade, nesse aspecto, seria “para nós algo formalista, desprovido de vida e significado – ou um jogo simbólico, em cujo encanto estético está reunida toda a dinâmica mais requintada e sublime da existência social e de sua riqueza” (Ibidem, p. 81).

Segundo Simmel (2006), os indivíduos sentiriam a todo instante a pressão e a profundidade da vida, por isso, “a sociabilidade não poderia ter essa alegria libertadora e redentora se ela fosse somente a fuga desta vida, ou uma suspensão meramente momentânea de sua seriedade” (SIMMEL, 2006, p. 82). Para o autor, a sociabilidade poderia, de várias formas, se tornar um elemento negativo, mero convencionalismo ou uma troca estéril de formas que ocorreria internamente. De acordo com ele, seria provável que “tenha ocorrido com frequência no Antigo Regime, em que o medo vago de uma realidade ameaçadora levou os homens àquela cegueira prosaica, àquele afastamento das forças da vida real” (Ibidem). Conforme o autor:

É exatamente o homem mais sério que colhe da sociabilidade um sentimento de libertação e alívio. Porque ele desfruta, como numa representação teatral, de uma concentração e de uma troca de efeitos que representam, sublimadas, todas as tarefas e toda a seriedade da vida. A um só tempo, também, as dissolve, porque as forças da realidade carregadas de conteúdos soam como que ao longe, deixando desvanecer seu peso e convertendo-se em estímulo (SIMMEL, 2006, p. 82).

Podemos observar que a sociabilidade é a forma conceitual de um fenômeno complexo. Ela pode ser uma experiência de liberdade ou se tornar um puro ato convencional. Vimos nessa proposta uma chance para a Sociologia da Infância se desenvolver teoricamente e, além disso, desvincular-se do conceito de socialização e de sua carga funcionalista. Devemos trabalhar arduamente para o desenvolvimento de uma sociabilidade que vise e proporcione a liberdade de associação em sua melhor acepção. Esse é o desafio cujo primeiro passo estamos dando com essa pesquisa.

## 4 A EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE SOCIABILIDADE PARA A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

Nesta seção, apresentamos os fragmentos encontrados em artigos, teses e dissertações que, após a leitura integral, foram destacados por indicarem, corroborarem ou divergirem sobre o uso e o entendimento do conceito de sociabilidade e socialização dentro do *corpus* selecionado.

### 4.1 DESAFIOS AO TRABALHAR COM CONCEITOS

O conceito de socialização não pode ser confundido com o de sociabilidade (PLAISANCE, 2004). Entendemos que, com isso, Plaisance, já no ano de 2004, indicava a importância de definirmos o conceito, pois ele necessita ser explicado para que possamos demarcar o lugar no qual estamos inscritos ou com o qual dialogamos. Conforme o Dicionário de Filosofia, Abbagnano (2007), definiu o termo conceito como:

Em geral, todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis. Assim entendido, esse termo tem significado generalíssimo e pode incluir qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico, seja qual for o objeto a que se refere, abstrato ou concreto, próximo ou distante, universal ou individual, etc (ABBAGNANO, 2007, p. 164).

Em outro dicionário de filosofia, Mautner (2010), registrou-se a seguinte definição para o mesmo termo:

**conceito** s. Os conceitos podem ser expressos por termos simples ou compostos. A relação entre conceitos e termos é análoga à relação entre proposições e frases. Em cada relação, o primeiro elemento é uma entidade abstrata, o segundo uma parte da linguagem. Quando se faz uma tradução, o mesmo conceito pode ser expresso por termos diferentes [...] É importante notar que <<verdadeiro>> e <<falso>> não se aplicam a conceitos ou termos. São as frases, asserções, proposições, crenças, teorias, doutrinas que se pode dizer serem verdadeiras ou falsas (MAUTNER, 2010, p. 157).

Com base nesses dois excertos podemos perceber a complexidade de se trabalhar com conceitos em qualquer campo de conhecimento. No campo das ciências humanas, muitos trabalhos são de cunho teórico e possuem como característica intrínseca o exercício da reflexão e da escrita por meio da articulação e do desenvolvimento de conceitos. Os termos e conceitos são essenciais, sem os quais não poderíamos desenvolver teorias e análises. As situações humanas são complexas e podem ser abstratas, e, por meio da linguagem, tentamos dar forma e sentido a esse conteúdo.

Ao admitirmos um conceito como ferramenta analítica apreendemos um fragmento da realidade observada, descrevendo-o, classificando-o e generalizando-o. Temos como pressuposto que o conceito deva ser estabelecido, desenvolvido e apresentado de tal modo que diminuam as chances de sermos mal compreendidos ou mal interpretados. Tentamos fazer isso com os conceitos de sociabilidade e socialização identificados nos textos selecionados. Como destacado no segundo verbete, percebemos outro ponto que poderia ser motivo de equívocos conceituais: o caso da tradução do conceito.

No que tange a esse trabalho, nos preocupamos em destacar a diferença entre *Vergesellschaftung* (VANDENBERGHE, 2018), traduzido como socialização, e *Geselligkeit* (SIMMEL, 2008), traduzido como sociabilidade. Importa destacar como essas definições são centrais na distinção da proposta de Simmel comparando-a com a de Durkheim<sup>24</sup>. Conforme Vandenbergue:

Como ciência autônoma, a sociologia pura não se distingue das outras ciências especializadas apenas pela abstração específica das formas que ela efetua, mas também por seu conceito fundamental de *Vergesellschaftung*, que designa literalmente o “fazer sociedade” como tal e que traduziremos, seguindo Durkheim, por “associação” (VANDENBERGUE, 2018, p. 90-91).

Simmel lançou mão de termos próprios, e distintos dos utilizados por Durkheim, para denominar esses processos. Corroborando nosso entendimento de que necessitamos, ao utilizá-los em nossos textos, distinguir os conceitos de modo a não deixar interpretações dúbias, Vandenbergue (2018) indicou que:

Por “associação” Simmel entende os processos de interação (*Wechselwirkung*) microssociológicos que são o cadinho da sociedade. Para constituir uma associação, não basta interagir, é preciso ainda que os indivíduos em interação “uns com, para e contra os outros” (SE, p. 121; GSG 11, p. 18) formem, de alguma maneira, uma “unidade”, uma “sociedade” e estejam conscientes disso. É preciso que o indivíduo saiba que, agindo com os outros, ele determina tanto suas ações quanto é determinado por elas e que esteja consciente de que forma, com eles, uma unidade de ordem social (VANDENBERGUE, 2018, p. 91).

Devido às especificidades de cada proposta teórica, na primeira parte, apresentamos os dados encontrados nos artigos e, na segunda, os dados das dissertações e teses, seguindo, para tanto, a ordem cronológica de publicação. Além disso, indicamos alguns pontos que evidenciam os estados no entendimento e uso dos termos, como: que uso sobre o conceito de socialização foi posto em discussão, mas mantido; se o entendimento acerca do conceito foi ampliado ou objeto de reformulação conceitual, mas também mantido; ou se fora proposto outro termo, embora aqui, por vezes, o conceito proposto como alternativa ainda venha

---

<sup>24</sup> Durkheim não operou com um termo que tenha o sentido de *Vergesellschaftung*.

acompanhado por termos como “processos de socialização”<sup>25</sup>, o que, no nosso entendimento, acabaria remetendo ao conceito em seu sentido clássico.

Preservamos, nos excertos selecionados, as citações das autoras e autores utilizados nos produtos, pois entendemos que, desse modo, ficaria mais visível o debate em desenvolvimento, com quem debatiam ou em quem se ancoravam, e os rastros que poderiam indicar os momentos de emergência dos conceitos alternativos ao de socialização.

#### 4.1.1 Considerações sobre os fragmentos destacados nos Artigos

Plaisance (2004) propôs distinguirmos a noção de socialização em três níveis distintos para que possamos utilizá-la em nossas análises. No primeiro nível, temos a distinção entre socialização e sociabilidade. Nesse nível, a socialização “designa então o processo geral que abrange toda a vida humana, ou seja, que constitui os seres humanos como seres sociais” (PLAISANCE, 2004, p. 224). No segundo nível, temos o modelo vertical de socialização proposto por Durkheim, entendido como sinônimo de educação: “ultrapassar o ser individual e constituir o ser social em cada um de nós é o fim da educação” (Ibidem, p. 224-225). E, por último, no terceiro nível temos a socialização do modelo interativo, com o qual as análises contemporâneas do processo de socialização “insistem, pelo contrário, na construção do ser social por meio de múltiplas negociações com seus próximos e, ao mesmo tempo, na construção da identidade do sujeito” (PLAISANCE, 2004, p. 225).

Plaisance (2004) fez um interessante trabalho com o conceito de socialização. Desenvolveu e traçou três níveis de interpretações possíveis. Fez a defesa de que não se entenda a socialização como sinônimo de escolarização precoce. O autor insere-se no campo de estudos denominado Pedagogia da Infância com articulação com a S.I.. Apenas em um momento ele utilizou o termo sociabilidade, no qual destacou que esse é distinto de socialização, mas não o conceituou. Entretanto, no *corpus* de produtos levantados, esse autor foi o primeiro a utilizar o termo sociabilidade e indicar o modelo interativo como uma proposta alternativa.

Apesar de não utilizar os termos socialização ou sociabilidade, Prado (2005) apresentou em seu texto elementos que permitem compreender os processos de interação entre os indivíduos de modo similar à proposta do conceito de sociabilidade. Utilizou-se de

---

<sup>25</sup> Embora Simmel falasse com frequência em *Vergesellschaftungprozess* e também em *Sozialisierungsprozess* (processos de socialização/sociação/associação), optamos por nos ater à tradução como processos de sociação/associação para diferenciarmos da proposta de socialização de Durkheim.

termos como: interações sociais, processos sociais, interesses, valores, relações diversas na diversidade, convívio coletivo, interações, relações, corpo curioso e ativo, e que a relação pedagógica deveria ser um acontecimento de mão dupla. Enxergamos nesses elementos aspectos que levam ao entendimento de formas de sociabilidade tal como proposto por Simmel, como vimos nas seções anteriores. Apesar de não apresentar os conceitos nominalmente, podemos vislumbrar nuances conceituais que se avizinham do conceito de sociabilidade.

Sirota (2005) também apresentou em seu texto elementos que ampliam o entendimento sobre o fenômeno da interação, tais como: rede social, múltiplas negociações, normas e valores da infância, ritual coletivo, rede de sociabilidade e círculo de sociabilidade. A autora não fez um aprofundamento teórico do que compreendia por sociabilidade, e utilizou o conceito de socialização em sua acepção mais ampla, prescindindo de sua definição.

Mollo-Bouvier (2005) destacou que a socialização “compõe-se de dessocializações e ressocializações sucessivas. Ela é a conquista nunca alcançada de um equilíbrio cuja precariedade garante o dinamismo” (MOLLO-BOUVIER, 2005, p. 393). A autora apresentou um entendimento mais amplo do conceito de socialização, na perspectiva interacionista. Trouxe elementos, tais como: processo de interações constantes, noção dialética e vínculos estabelecidos, que levam a um entendimento próximo ao de Simmel, pois escreveu que a socialização é constituída por um processo constante de dessocializações e ressocializações sucessivas. Esse processo buscaria o equilíbrio a todo momento, um processo que nunca terminaria (MOLLO-BOUVIER, 2005). Outro ponto interessante destacado pela socióloga francesa é o fato de que apesar de a teoria trazer essa mudança no entendimento do processo de interação, a prática “parece enclausurar-se numa definição mais autoritária e determinista” (MOLLO-BOUVIER, 2005, p. 394-395). Ainda segundo Mollo-Bouvier:

Em contrapartida, essa concepção interacionista da noção de socialização implica que se leve em conta a criança como sujeito social, que participa de sua própria socialização, assim como da reprodução e da transformação da sociedade. Essa perspectiva é totalmente inexplorada pelos sociólogos. A sociologia da infância ainda está por inventar (MOLLO-BOUVIER, 2005, p. 393).

Nesse ponto, de acordo com a autora, seria a tarefa da S.I. explorar uma abordagem teórico-metodológica que adote como pressuposto a condição dialética de um indivíduo que age ao mesmo tempo que sofre ações. Identificamos no conceito simmeliano de sociação uma opção para resolver esse desafio.

Para Correia *et al.* (2007), o processo de inserção e participação da criança na sociedade está no centro das preocupações da S.I.. O campo buscaria “apreender tanto as

estratégias e os processos infantis de interpretação do mundo, quanto as produções culturais deles decorrentes” (CORREIA *et al.*, 2007, p. 146). As autoras destacaram que pensar os processos de socialização na contemporaneidade está no cerne do pensamento dos sociólogos e sociólogas da infância. Segundo elas, ao refletirem sobre os processos socializatórios, as pesquisadoras e pesquisadores assumiriam o processo em seu sentido dinâmico, “superando uma perspectiva sociológica funcionalista que apreende a socialização apenas como a entrada das novas gerações numa ordem instituída” (Ibidem, p. 146-147).

As autoras utilizaram o termo sociabilidade em vários momentos do artigo, indicando um sentido mais próximo do que compreendemos em Simmel. Ao escreverem que a “produção da criança dá-se pelas interações com os pares” (Ibidem, p. 149), podemos observar o uso do termo interação de pares com o qual enfatizam que o “caráter coletivo da produção infantil também se expressará numa sociabilidade<sup>26</sup> própria – os grupos de pares” (Ibidem). E ainda afirmaram que existiria não apenas “uma especificidade da ação infantil na busca de compreensão do mundo, mas também sociabilidade e estratégias de aprendizagem diferenciadas, a serem melhor compreendidas” (Ibidem).

Embora utilizem os termos socialização e sociabilidade, aparentemente uma tentativa de superar a visão clássica de socialização<sup>27</sup>, em alguns momentos demonstraram o uso do conceito em seu sentido clássico. Não utilizaram Simmel como aporte teórico para conceituar o que entendiam por sociabilidade e interação, utilizaram apenas o conceito de Reprodução Interpretativa tal como cunhado por Corsaro. Nesse artigo, apareceram os três conceitos: sociabilidade, socialização e Reprodução Interpretativa. Entretanto, destacamos que já havia indícios para a adoção do termo de sociabilidade.

Barbosa (2007) apresentou a discussão sobre o conceito de socialização: iniciou com o conceito em seu sentido clássico, passou para as críticas realizadas pelos autores da S.I. a esse sentido e apresentou o conceito de Reprodução Interpretativa de Corsaro. Segundo a autora:

A revisão das teorias de socialização abre a possibilidade de observar os seres humanos como sujeitos plurais, sendo permanentemente construídos e atualizados, vivendo um processo não unívoco, mas extremamente diferenciado de influências e de interpretações destas influências, que configuram um núcleo duro mas que experienciam com significativas transformações ao longo das ressocializações permanentes (BARBOSA, 2007, p. 1064).

---

<sup>26</sup> Que seria melhor entendida como sociação.

<sup>27</sup> Embora seja insuficiente em nossa proposta, isso não quer dizer que perca totalmente sua capacidade explicativa.

A autora assumiu como premissa que a socialização seria “um processo contínuo de inserção cultural, e a cultura será compreendida como a construção de significados, partilhados por outros ou não, sustentados em práticas da vida individual e social” (BARBOSA, 2007, p. 1064). Ao adotar o conceito de reprodução interpretativa, Barbosa (2007) entendeu que a socialização seria algo que se “faz junto, é a forma com que os seres humanos praticam as suas ações, vivem suas vidas, evidenciam seus valores, constroem e defendem suas idéias” (Ibidem). Há indícios em seu texto, como os aqui brevemente destacados, que nos levariam ao conceito de sociabilidade, apesar de a autora não utilizar o termo.

Gomes (2008) realizou um debate sobre o conceito de socialização com base em dois campos em diálogo: a Sociologia da Educação e a Sociologia da Infância. A autora está ancorada numa perspectiva que procura ampliar o entendimento do que é socialização, sem abandoná-lo. Indicou apenas que os processos de socialização ocorreriam em espaços plurais, com diferentes referências e relações, nas diversas instâncias socializadoras, que estariam centradas na Família, na Religião, na Escola e, mais recentemente, na mídia (GOMES, 2008). Sua perspectiva não apresentou um termo alternativo ao de socialização.

Muller (2008) desenvolveu uma apresentação do conceito de socialização começando com seu sentido clássico, apresentou a crítica a essa visão funcionalista realizada pela Sociologia da Infância para, em seguida, discorrer sobre o conceito de Reprodução Interpretativa desenvolvido por Corsaro, como um conceito alternativo ao de socialização e com o qual a participação das crianças estaria na raiz de seu entendimento. Segundo a autora:

Preocupado em *reconstruir o conceito de socialização* na perspectiva sociológica, Corsaro (1997) afirma que não se trata unicamente de um problema de adaptação e internalização, mas de um processo de apropriação e reinvenção. A partir de uma visão que considerou a importância do coletivo, de como as crianças negociam, compartilham e criam culturas com os adultos e com seus pares, o autor apresenta o *conceito de reprodução interpretativa*. Através do termo “reprodução”, Corsaro (1997, p. 18) explica que crianças *são constrangidas pela estrutura social* que impõe a internalização das regras sociais, mas, *ao mesmo tempo, estão ativamente contribuindo para a produção e mudança cultural*. Enquanto “interpretativa”, captura os aspectos inovadores e criativos da participação da criança na sociedade. O conceito de “reprodução interpretativa”, logo, compreende que *as crianças contribuem para a preservação, assim como para a transformação da sociedade* (MULLER, 2008, p. 126, grifos nossos).

Interessa notar que, para a autora, Corsaro tentou reconstruir o conceito de socialização, o que subentenderia a manutenção do termo já tornado clássico e evitado de uma perspectiva funcionalista. Mas não seria o caso de Corsaro, pois ele apresentou um outro termo; temos visto, contudo, termos com ligação ao conceito de socialização sendo utilizados nos textos que adotam o conceito de Reprodução Interpretativa. Ou seja, nos parece que a

proposta desse autor não conseguiu se desvencilhar totalmente da proposta clássica. Além de apresentar o conceito desenvolvido por Corsaro, a autora também utilizou em seu texto o termo sociabilidade, ao escrever que:

A pesquisa de Cruz e Carvalho (2006) sobre as relações das crianças durante o recreio na escola mostrou que os conflitos são *modos possíveis de sociabilidade* entre meninos e meninas. Mas[SIC] do que isso, as autoras (2006, p. 121) conceituam como “*sociabilidade do conflito*” o duplo movimento de distanciamento, durante os períodos amistosos, e, aproximação, através de ações conflituosas entre meninos e meninas, o que representa a garantia de estar junto (MULLER, 2008, p. 136-137, grifos nossos).

Apesar de utilizar os termos, não há um aprofundamento do que seria entendido por sociabilidade; também não foi apresentado como uma alternativa ao conceito de socialização.

Martins Filho (2008) fez um mapeamento do conceito de socialização em suas releituras possíveis, ampliando e modificando o conceito em sua visão tradicional. Ancorado no debate da S.I., o autor observou, na creche em que realizou sua pesquisa, que a “capacidade das crianças em reconduzir alguns dos processos de socialização leva-as a superar relações que algumas vezes são travadas com muita rigidez, opacidade, distanciamento e dureza” (MARTINS FILHO, 2008, p. 106). O autor também observou que:

Seguindo este pensamento e tomando como referência o nosso estudo sobre as dimensões dos processos de socialização na creche estudada, é possível compreendermos que *os meninos e as meninas não se deixam ser objetos de “inculcação” pura e simples dos valores sociais transmitidos pelos adultos*, pois constatamos que *a transgressão e a subversão* são características presentes nos mundos sociais e culturais da infância (MARTINS FILHO, 2008, p. 110, grifos nossos).

Temos aqui, nesse excerto, um exemplo que confirma a necessidade de se utilizar uma visão ampliada do conceito de socialização ou mesmo de sua substituição por um termo que contenha em si o pressuposto da atividade e participação do indivíduo. As observações desse pesquisador indicaram a transgressão e a subversão como características de uma certa atividade da criança em meio às negociações possíveis. Além disso, em outra passagem de seu texto, destacou que:

Portanto, *interagindo e relacionando-se*, as crianças *criam e negociam* regras, *assumem e atribuem* a si e a seus pares papéis sociais e culturais nos processos de socialização. Consideramos que tal ação em conjunto é um processo de constante recriação da cultura e é o fundamento da própria dinâmica dos processos de socialização das crianças com seus pares. Neste caso, *a socialização não se limita somente a um efeito das relações adulto-criança, mas é também um efeito das relações entre as próprias crianças* (MARTINS FILHO, 2008, p. 110, grifos nossos).

São vários elementos que ultrapassam o entendimento de socialização em seu sentido clássico. Esses elementos, além de ampliar a observação sobre o fenômeno, indicam a importância das relações entre pares. Esse último aspecto não estaria incorporado ao

entendimento da versão tradicional. Apesar de denunciar as limitações que esta visão encerra e indicar vários elementos que precisariam ser incorporados ao conceito para que esse o ajudasse em sua leitura da realidade, o autor não propõe o uso de um termo alternativo.

Grigorowitschs (2008) fez um dos mais amplos estudos encontrados, até o momento em que nossa pesquisa foi realizada, sobre o conceito de socialização, apresentando seu sentido clássico, a crítica já realizada e a proposição de sua reconceitualização com base em autores como Simmel e Mead. Encontramos no texto dessa pesquisadora uma série de elementos interessantes. De acordo com ela:

Outros autores, no entanto, *propuseram mudanças de nomenclatura* que enfatizassem a não-passividade infantil em tais processos (Gilgenmann, 1986; Corsaro, 1997; James & Prout, 1997; Mayall, 2002; Sarmiento, 2005 etc.). Como justificativa para o desuso do conceito socialização e com o *objetivo de construir um novo campo específico – o campo da sociologia da infância –*, grande parte desses autores defendeu e ainda defende que *o conceito socialização surgiu imbricado em teorias de reprodução e manutenção da ordem social – um incorporar de padrões de valores, normas de conduta moral com relação aos outros e a si mesmo –*, com suas bases em concepções durkheimianas. *O conceito careceria de uma renomeação*, na medida em que, na perspectiva de Durkheim (1922, 1950), abordar a socialização na infância significaria conceber crianças socializadas por adultos, crianças em processo de integração passiva em sociedade (GRIGOROWITSCHS, 2008, p. 34-35, grifos nossos).

No excerto acima, Grigorowitschs (2008) afirmou haver uma série de autores que propõem o uso de outro termo para, além de romper com a visão tradicional, constituir o campo da S.I., com os quais concordamos. A autora propôs retomar as obras de outros sociólogos clássicos que também desenvolveram o conceito para entender as interações entre indivíduo e sociedade: Simmel e Mead poderiam enriquecer o entendimento sobre o conceito e auxiliar nas reflexões sobre a infância na contemporaneidade (GRIGOROWITSCHS, 2008).

A autora escrevera que:

Em Simmel (1900) e Weber (1905-1920) *a autonomia individual passa a ser considerada um valor cultural*, uma modalidade moderna de condução da vida de forma racional e motivada internamente (Veith, 2002). Essa maneira de conceber as *relações entre indivíduo e sociedade subsidiou o desenvolvimento do conceito de socialização (Vergesellschaftung) em Simmel (1908, p. 284)*, para quem *qualquer forma de interação entre seres humanos deve ser considerada uma forma de socialização*. Nesse sentido, em Simmel, o ser humano como um todo é visto como um complexo de conteúdos, forças e possibilidades sem forma; com base nas suas motivações e interações do seu “estar-no-mundo mutante”, *modela a si mesmo* como uma forma diferenciada e com fronteiras definidas (Simmel, 1917, p. 55) e, ao mesmo tempo, socializa-se (GRIGOROWITSCHS, 2008, p. 36, grifos nossos).

É interessante notarmos esse resgate realizado pela autora, pois percebemos que uma visão mais ampla do conceito de socialização já estava sendo pensada na mesma época em que Durkheim estabelecia as regras de seu método sociológico. Entretanto, a autora não optou pela tradução do termo alemão como sociação (SIMMEL, 2008), mas como socialização -

que, em nosso entendimento, contribuiria para a confusão entre os sentidos. Em outro parágrafo, ela assumiu seu entendimento de socialização como:

Já o caráter processual do conceito de socialização foi explorado principalmente por Leopold von Wiese (1931, 1933) e Norbert Elias (1939, 1970), com base na concepção simmeliana de *Vergesellschaftung* (processos de socialização) (Waizbort, 2000, p. 91). “Processos de socialização”, no plural, e não no singular, e nem simplesmente “socialização”, é uma concepção extraída de Simmel que deriva do seu entendimento de processos sociais, que, pensados no plural, enfatizam o caráter de mobilidade e dinâmica das interações sociais. Esse conceito de extração simmeliana irá subsidiar, num segundo momento, a definição daquilo que considero processos de socialização infantil (GRIGOROWITSCHS, 2008, p. 37).

A autora retomou do pensamento simmeliano uma nova leitura do que seria e como aconteceria tal processo. Apesar de encontrarmos na teoria simmeliana termos como: interação, sociação<sup>28</sup>, sociabilidade e formas de sociabilidade, a autora parece adotar apenas o conceito de socialização, compreendido no âmbito dessa perspectiva sociológica (diferente, portanto, da concepção durkheimiana), no lugar de outros termos.

No entendimento da autora, “socializar-se implica sempre transformação, pois se trata de processos que são móveis e dinâmicos, não-fixos; são transformações tanto estruturais, como processuais e individuais” (GRIGOROWITSCHS, 2008, p. 38). A defesa da autora é evidenciada no seguinte parágrafo:

[...] no desenvolvimento do campo da “Sociologia da Infância”, diversos autores procuraram uma terceira forma de nomear esses processos que, em seu próprio nome, congregassem aspectos divergentes, como Corsaro, que propõe o termo reprodução interpretativa, afirmando que da maneira como foi tratado na sociologia, *socialização não é um bom termo*, pois carrega consigo o pressuposto de que as crianças são socializadas por outros ou por outras instâncias, e não são consideradas ativas nesses processos. Porém, *não se trata apenas de uma questão de nomenclatura, mas sim de atribuição de significados*; dessa forma, processos de socialização também pode ser considerado um bom termo, *basta redefini-lo como Simmel*, há um século, o fez (GRIGOROWITSCHS, 2008, p. 40, grifos nossos).

Concordamos com o entendimento de Corsaro, pois apenas uma nova atribuição de significado não parece ter sido capaz de eliminar alguns equívocos conceituais em alguns dos trabalhos encontrados em nosso levantamento. Apesar de não considerar necessário um outro termo, a autora demonstrou vários pontos que corroborariam a adoção de outro conceito para substituir socialização. Grigorowitschs (2008) também destacou que para a S.I. desenvolver suas dimensões teóricas, ela deveria levar em contas algumas tensões, como:

[...] as crianças são, simultaneamente, atores sociais que interagem com adultos e outras crianças, ao mesmo tempo em que pertencem a uma forma de distinção social singular, a infância, posicionada em lugar específico nas hierarquias de determinada sociedade; lugar esse não totalmente fixo, dado o caráter processual e fluido da socialização e, portanto, da própria sociedade (GRIGOROWITSCHS, 2008, p. 49-50).

---

<sup>28</sup> Sociação como a tradução de *Vergesellschaftung*, termo que também pode ser traduzido como socialização.

Parece-nos que, mesmo indicando a necessidade de o campo da S.I. desenvolver-se teoricamente, a autora não compreendeu que a adoção de um novo termo poderia contribuir com a ampliação conceitual do campo. Em outro artigo, Grigorowitschs (2010) utilizou o conceito de socialização em seu sentido mais amplo e reconceituado, mas novamente não apresentou um termo alternativo. Embora o conceito de *Vergesellschaftung* também possa ser traduzido por socialização, acreditamos que, para evitar uma confusão conceitual, os termos sociação ou associação seriam melhores traduções para o campo da S.I. ao se apropriar do pensamento simmeliano.

Prado (2012) inseriu o conceito de sociabilidade em seu texto, adotando a perspectiva teórica desenvolvida por Simmel. A autora propôs “a reflexão sobre a construção social das idades da infância no capitalismo, em contraponto com as capacidades de sociabilidade e de construção das culturas infantis pelas meninas e meninos, menores e maiores no coletivo educativo” (PRADO, 2012, p. 82). Em termos de sociabilidade, ela descreveu que, em Simmel, “a sociabilidade e a cultura possuem uma relação simbiótica, pois ambas se fundem em cada forma de interação, de comunicação social. É o que acontece nas relações que as crianças pequenas estabelecem nas brincadeiras” (PRADO, 2012, p. 88). Ainda segundo a autora:

Como coloca Simmel (1983), a vida moderna marcada pela diferenciação social abandona uma hierarquia precedente e coloca os seres humanos na interseção de esferas sociais excêntricas, nas quais, muitas vezes, participam voluntariamente. É através das *múltiplas relações* que a temporalidade da infância pode ser compreendida e investigada, pensando na *capacidade de sociabilidade das crianças*, numa *elaboração e transformação da realidade da vida*, assim como finda a história dos três porquinhos (PRADO, 2012, p. 88, grifos nossos).

Prado (2012), além de apresentar o pensamento do sociólogo alemão, parece adotar sua perspectiva de entendimento sobre as formas de sociabilidade. Ao desenvolver isso, a autora abriu caminho para a adoção e uso de um novo termo, com o qual a S.I. poderia ampliar seu repertório teórico, de modo a poder valer-se de conceitos que, já em sua constituição, integrariam os pressupostos de atividade do indivíduo, de horizontalidade e maleabilidade dos processos, entre outros aspectos obscurecidos pelo funcionalismo durkheimiano. No conceito de sociação simmeliano estariam incorporados elementos relacionais. Destacamos o seguinte parágrafo:

A sociabilidade não é dada pela natureza, ela é um produto da cultura, uma elaboração individual e coletiva dos comportamentos e atitudes, uma mediação entre a expressão e o pertencimento, pois ao mesmo tempo em que se manifestam culturalmente, as crianças também constroem seu pertencimento e incorporam valores de seu posicionamento na hierarquia social, se identificam e se diferenciam

em relação aos outros (que podem ser seus semelhantes, diferentes, iguais ou desiguais) (PRADO, 2012, p. 88).

Embora não faça uma defesa do uso do conceito de sociabilidade em seus trabalhos, notamos indícios da aderência ao conceito. Podemos observar um movimento de transição que permite entrever as contribuições que resultariam do abandono do conceito de socialização e seus termos correlatos, para o uso de sociabilidade e seus correlatos. Prado (2005; 2012) apresentou o conceito de sociabilidade tal como cunhado por Simmel, destacando elementos que se afastam dos termos relacionados à socialização clássica, tais como: relações sociais, forma de interação, relação simbiótica, relação e redes de sociabilidade.

Senkevics e Carvalho (2015) adotaram a S.I. como referencial teórico em seu artigo. O autor e a autora utilizaram os termos socialização e sociabilidade e procuraram ancorar-se na Sociologia da Infância, tendo em vista um novo modo de entender o conceito de socialização. Mas não apresentaram a fundamentação do que entendiam por sociabilidade e, no que respeita ao conceito de socialização, avizinham-se do entendimento tal como proposto por Lahire em sua releitura do conceito de *habitus* de Bourdieu, resultando em mistura dos conceitos como se fossem sinônimos ou procurando em autores de outras áreas a fundamentação teórica ao conceito de socialização em sentido revisto.

Ao discutirem a socialização e a questão de gênero, extraímos, como exemplo, dois excertos que evidenciam o que nos parece um mal entendido conceitual, sendo o primeiro: “Outro aspecto concernente à relação entre socialização familiar e escolarização das crianças diz respeito aos distintos significados que a instituição escolar adquiria para meninos e meninas de setores populares urbanos em função de seu cotidiano fora da escola” (SENKEVICS, CARVALHO, 2015, p. 965). Nesse excerto, a análise foi realizada, como em diversas passagens no texto, em termos de socialização com foco na instituição familiar. No segundo trecho selecionado, constante da mesma página, pode-se ler: “Não é difícil notar que o leque de atividades encontradas pelas meninas em seus lares recorrentemente as afastava de alternativas de lazer e sociabilidade” (SENKEVICS, CARVALHO, 2015, p. 965). Encontramos, em diversos textos, a utilização dos dois conceitos desse modo, ora utilizando um termo ora outro. Identificamos aqui uma certa confusão entre os conceitos, e o entendimento sobre o processo de interação entre indivíduo e sociedade ficou nebuloso.

Neves *et al.* (2015) utilizaram o termo socialização em diversas passagens do texto, porém em sentido revisto. Adotaram a proposta de Corsaro, na qual os processos de socialização são entendidos da seguinte forma:

Para Corsaro (1992), a atuação ativa, seletiva e criativa das crianças reproduz e, simultaneamente, provoca mudanças na cultura da qual se tornam membros. Além disso, esse autor enfatiza o papel central ocupado pela linguagem e pelas rotinas culturais nos processos de socialização das crianças, uma vez que é por meio da linguagem e das rotinas culturais que as crianças passam a compreender diferentes elementos do mundo em que vivem, apropriam-se e negociam entre si e com os adultos os significados que atribuem a esses elementos (por exemplo, a escrita) (NEVES *et al.*, 2015, p. 219).

Entendemos que mesmo quando se adere ao conceito de reprodução interpretativa, o uso contínuo de termos<sup>29</sup> como socialização e processos de socialização poderia induzir a outros entendimentos não condizentes com a proposta da S.I.. Parece-nos que ao utilizar o conceito proposto por Corsaro, as pesquisadoras e os pesquisadores não rompem totalmente com o que pretendem romper. Em outro excerto, pode-se ler:

A cultura de pares é entendida como as atividades, as rotinas, os artefatos, os valores e interesses construídos e compartilhados pelo grupo geracional na interação social (Corsaro, 2005). Evidencia-se, assim, o protagonismo nas ações das crianças no espaço da sala de aula ao negociarem com as professoras o processo de socialização e de aprendizagem (NEVES *et al.*, 2015, p. 219).

As autoras mencionam o termo interação social e, em seguida, utilizam o termo processo de socialização. Mesmo desenvolvendo o modo como entendem esse processo, pensamos que seria mais eficiente a adoção do termo formas de sociabilidade para que, em outros momentos do texto, não haja margens para entendimentos vagos e confusos. Em mais um exemplo, temos:

O principal objetivo do trabalho da professora Paula, segundo seu depoimento em entrevistas e nossa análise do cotidiano, centrava-se no desenvolvimento das habilidades de socialização das crianças, tais como autonomia, negociação de conflitos, ajuda mútua, construção da história do grupo e sua coesão (NEVES *et al.*, 2015, p. 221).

Nesse excerto, as autoras escreveram “habilidades de socialização”, numa compreensão proposta por Corsaro; porém, entendemos que romper com esses termos proporcionaria maior coerência conceitual ao texto. Apesar de apresentarem o conceito desenvolvido por Corsaro como alternativa, utilizaram os termos socialização e processos de socialização em várias passagens do texto.

Castro e Grisolia (2016) utilizaram os termos socialização, sociabilidade e subjetivação em seu texto. A autora e o autor objetivavam discutir a socialização política das crianças. Iniciaram o texto conceituando a visão tradicional de socialização. Em seguida, apresentaram a crítica realizada pela S.I., como se pode ler no seguinte transcrito:

Essa crítica às noções de desenvolvimento e de socialização também é feita pelo que hoje é chamado de os “novos estudos da infância”. Diversos são os autores que

---

<sup>29</sup> Contudo, se a definição do termo fosse bem explicada no início do artigo, dissertação ou tese, os equívocos identificados poderiam ser amenizados.

problematizam o conceito de socialização que posiciona a criança como ser incapaz ou incompleto (ALANEN, 1988; JAMES; PROUT, 1997; MAYALL, 2013; SARMENTO, 2005). Em contraposição a esse entendimento, os autores enfatizam que as crianças são indivíduos que, pela sua agência, constroem tanto a si mesmos quanto o mundo que as cercam, mesmo que se imponham restrições à sua ação por fatores como a ordem geracional, a classe, a etnia e o gênero (CASTRO, GRISOLIA, 2016, p. 973).

Avançaram no debate sobre socialização sem apresentar outros conceitos como alternativa. Entretanto, utilizaram termos como “vetores de subjetivação” e “redes virtuais de sociabilidade”, ainda que não tenham esclarecido o que compreendiam sobre eles. Escreveram que:

A disciplina, o esforço pessoal, a interpelação aos deveres e às responsabilidades são, hoje, ressignificados e re-hierarquizados diante da importância de outros vetores de subjetivação da criança na escola, tais como a convivência com os pares e o pertencimento a redes virtuais de sociabilidade e informação, diante dos quais a vida escolar deve ganhar novas porosidades (CASTRO, GRISOLIA, 2016, p. 975-976).

Nesse caso, entendemos que seria interessante a proposta de se utilizar o conceito de subjetivação como alternativa ao conceito de socialização. Mas como não era o objetivo do artigo, indicaram apenas que o “destino da socialização política visou à preparação de crianças e jovens para o exercício de seus direitos políticos ulteriores, e cujas participações estavam previstas no âmbito dos procedimentos formais estabelecidos nos regimes democráticos representativos” (CASTRO, GRISOLIA, 2016, p. 983). Desse modo, a autora e o autor não apresentaram conceitos que substituíssem o de socialização, apesar de utilizarem outros termos e ampliarem o debate sobre esses processos.

Ferreira e Wiggers (2019) adotaram a S.I. como referencial teórico, pois entendem que se deve considerar a participação das crianças nos processos que integram. Utilizaram termos como socialização e sociabilidade para compreender as interações das crianças nos parques infantis. Como exemplo, extraímos dois fragmentos. No primeiro, as autoras indicaram que os parques infantis “foram implantados na década de 1930, em São Paulo, visando a promover a socialização de crianças em seu tempo livre, oferecendo especialmente atividades recreativas, artísticas e culturais” (FERREIRA, WIGGERS, 2019, p. 3). Em outro momento, elas escreveram que eles foram compreendidos “como um espaço e um tempo de sociabilidades entre as crianças, bem como de encontros e desencontros entre as culturas produzidas no universo infantil e as culturas do mundo adulto” (FERREIRA, WIGGERS, 2019, p. 12). Podemos observar que a falta de um conceito que integre em si todos esses elementos faz com que se utilize ora um ora outro, sem definições precisas, o que poderia levar o leitor a interpretações equivocadas ou, inclusive, reaproximá-lo do conceito de socialização em seu sentido clássico.

#### 4.1.2 Considerações sobre os fragmentos destacados nas Dissertações

A partir desse ponto, iniciaremos a exposição e apresentaremos considerações a propósito do que encontramos nas dissertações e teses. Destacamos que, devido ao tamanho de textos dessa natureza e ao tempo que demanda sua escrita, ao compará-los com artigos, entendemos que tanto as dissertações quanto as teses deveriam dedicar-se a definir, e aprofundar, os conceitos utilizados como base de suas análises. Iniciamos com as dissertações.

Saraiva (2009) fez uma pesquisa na qual apresentou a visão de crianças moradoras de condomínios fechados de luxo sobre a cidade. A autora fez amplo uso do aporte teórico da S.I., de modo a apresentar vários autores desse campo. Desenvolveu o conceito de socialização e utilizou o termo sociabilidade ao longo do texto. Citou o próprio Simmel, mas não conceituou o que entendia por sociabilidade, apesar de realizar todo o debate que o precede.

Ao analisar o fenômeno do viver em um condomínio fechado, Saraiva (2009) indicou que “essas pessoas procuram morar em um lugar onde possam estabelecer uma sociabilidade com o vizinho, que, sendo ‘um dos seus’, é um ‘outro confiável’” (SARAIVA, 2009, p. 44). A autora destacou que nesse ambiente as pessoas acreditam que não haveria chances de ter um vizinho criminoso, por exemplo. De acordo com ela:

[...] essa certeza é pautada pela relação de confiança que se constitui neste vínculo de “sociabilidades abstratas”, que não se estabelecem nas relações sociais de fato, mas por via de um imaginário coletivo. Ou seja, a relação de confiança é um entendimento consensual onde não há, de forma direta, uma relação de sociabilidade, isto é, uma troca de experiências marcada pelo estar junto de fato, por laços e redes de interação (SARAIVA, 2009, p. 45).

Percebemos que o uso do conceito de sociabilidade não se limita ao próprio termo: ela utilizou o termo “sociabilidade abstrata”, por se tratar de essencialmente imaginária a situação na qual esses moradores se veem. Para a autora, a rede de sociabilidade, nesse caso, não ocorreria de modo direto, pois a relação de confiança se daria apenas de forma imaginária e não adviria de um convívio pessoal diário e duradouro. Apesar de utilizar o termo sociabilidade, a autora fez um amplo debate sobre socialização, como podemos observar no fragmento abaixo:

A socialização é o desenvolvimento da consciência coletiva, é o processo pelo qual o indivíduo aprende os sistemas de idéias, sentimentos e hábitos de uma determinada sociedade ou grupo social com a finalidade de funcionar dentro dela. Esse processo se funda a partir da interiorização da cultura na qual a criança cresce, essa

interiorização assume forma a partir da educação, instrumento fundamental para reforçar a unidade social (SARAIVA, 2009, p. 59).

Após desenvolver o entendimento de socialização na perspectiva durkheimiana, a autora trouxe elementos da contemporaneidade diante dos quais esse modo de pensar se revelaria insuficiente, o que evidenciou sua não adesão ao conceito nessa perspectiva. Segundo a autora:

Refletir sobre processos de socialização é também compreender o conjunto de fatores que compõem os mecanismos de construção de uma “identidade” social do indivíduo na atualidade. A contemporaneidade traz novos elementos para compreendê-la por conta do “surgimento de outras instâncias que compartilham a responsabilidade na formação da subjetividade e das representações dos indivíduos” (SETTON, 2003: 335). Ou seja, além da família e da escola, instituições clássicas nos estudos que abordam a temática da socialização, insere-se atualmente o papel dos meios de comunicação na socialização das crianças bem como dos instrumentos tecnológicos como a Internet, rede virtual de interação social que tem um papel cada vez mais significativo na socialização, e sociabilidade, das gerações atuais (SARAIVA, 2009, p. 60).

Nesse ponto, percebemos a tentativa empreendida pela autora no sentido de ampliar o entendimento do processo de socialização pela perspectiva da Sociologia da Educação. Notamos também o uso de socialização e sociabilidade de modo a entendê-los como distintos. Em seguida, a autora desenvolveu suas aproximações com a S.I., apresentando o entendimento de Corsaro sobre como se daria esse processo, em outra perspectiva. Podemos observar no próximo fragmento:

Esse outro olhar sobre a problemática da socialização, apresenta a capacidade (re)criadora e participativa da criança através de “suas culturas de pares singulares por meio da apropriação de informações do mundo adulto de forma a atender aos seus interesses próprios enquanto crianças” (CORSARO, 2007: 01), incorporando a essa idéia o fato das crianças estarem inseridas em um contexto de reprodução cultural, ou seja, “as crianças e as infâncias são afetadas pelas sociedades e culturas das quais são membros” (Ibid., p. 03). Ou seja, trata-se de pensar um processo de socialização que é marcado pelos elementos socioculturais que afetam a criança, caracterizando a sua condição de indivíduo que integra uma sociedade específica, assim como, essa mesma sociedade é afetada em seus aspectos sociais e culturais através da capacidade interpretativa da criança, que não só reproduz como também produz e adiciona novos elementos à sociedade na qual está inserida (SARAIVA, 2009, p. 61).

Esse foi o entendimento adotado por Saraiva (2009) para sua análise de crianças que vivem em condomínios fechados. A autora também utilizou os escritos de Sarmiento, Sirota e Montandon ao longo de sua dissertação, marca que evidenciou sua adesão ao campo da S.I.. Destacamos mais dois fragmentos de seu texto. No primeiro, ela indicou que a S.I. anunciaria a “possibilidade de pensar a infância para além do papel das instituições socializadoras, ou seja, concentra a análise na criança, a partir da construção de seus próprios espaços de sociabilidade e de uma rede familiar (re)composta a partir de sua vivência na rua”

(SARAIVA, 2009, p. 66-67). Nesse ponto, ultrapassou o entendimento advindo da Sociologia da Educação, que se caracteriza por uma perspectiva centrada na instituição. Em um segundo fragmento, registrou a observação de que os espaços do clube seriam um ponto atrativo para as crianças, pois, segundo a autora, seria “nele que a sociabilidade infantil no condomínio se desenrola com uma força maior. O brincar é a principal expressão dessa sociabilidade” (Ibidem, p. 126).

Podemos indicar que, não obstante a adoção do entendimento de Corsaro em sua análise, Saraiva (2009) manteve o termo processo de socialização, de um lado, e utilizou o termo sociabilidade, de outro. Apesar de utilizar o termo sociabilidade, a autora não desenvolveu o conceito; além disso, Simmel apareceu apenas em suas referências bibliográficas.

Lessa (2011) realizou uma pesquisa que buscou entender o espaço de alimentação como um espaço privilegiado de socialização das crianças. A autora, baseada em Valsiner, considerava a hora da alimentação dos bebês como um facilitador e estimulador dos processos de socialização. A autora caracterizou “a alimentação como o primeiro alvo para a regulação cultural, de fundamental importância no processo de socialização da infância” (LESSA, 2011, p. 29). Esse é um ponto interessante que não havia aparecido em nossa pesquisa. Articulando as perspectivas de John Dewey e de Pierre Bourdieu, Lessa (2011) argumentou, “segundo essas perspectivas, que — os hábitos alimentares (desde a escolha e seleção dos alimentos, passando pela manipulação e preparo até o consumo e a comensalidade) serão produtos de um processo de socialização” (LESSA, 2011, p. 35). Ao discorrer sobre o conceito de socialização, a autora apoiou-se inicialmente na perspectiva de Durkheim, indicando que:

Estes dois conceitos - integração e regulação social - estão na base de uma socialização de abordagem durkheimiana. Ao que tudo indica, os dados analisados nos permitiram constatar que há, durante as práticas cotidianas de alimentação na creche, uma relação vertical entre adultos e crianças baseada na conformação às normas. Tal relação se inicia por um processo de inculcação das regras estabelecidas no espaço do refeitório. Pudemos observar que as crianças tendem a interiorizar as normas pelas práticas regulares de disciplina, associadas a técnicas de penalidade escolar, representadas ora por consentimentos e elogios, ora por constrangimentos (LESSA, 2011, p. 98).

Segundo a autora, haveria, na Educação Infantil, momentos em que esse conceito se mostraria adequado, pois se percebe que, por parte de alguns adultos, a imposição das normas alimentares ocorreria frequentemente. Em outro fragmento, a autora apresentou a perspectiva da S.I., como podemos observar em:

Segundo Plaisance e Vergnaud (2003, p. 132) e Sirota (2001), é a partir de uma releitura crítica do conceito de socialização desenvolvido por Durkheim - — interiorização de valores e de normas sociais que leva o indivíduo a assumir funções

previamente definidas - e para negar passividade à criança que a sociologia da infância resgata a noção de criança como ator social. Tomando a sério esses participantes da investigação, podem-se identificar as competências das crianças em suas maneiras de construir o social. Segundo Plaisance e Vergnaud, — esse procedimento orienta para o que pode ser definido como uma nova especialidade, a sociologia da infância, necessitando compreender diretamente o ponto de vista das crianças (LESSA, 2011, p. 178).

Lessa (2001) utilizou esses autores e autora para apresentar um outro entendimento sobre os processos de socialização. Em suas observações, constatou que, “nas relações entre as crianças, evidencia-se uma transmissão horizontal de um tipo de aptidão familiar a preservar e a respeitar nas relações sociais – a sociabilidade –, conhecimento oculto ao currículo e às aprendizagens formais da instituição” (LESSA, 2011, p. 194). Nesse ponto, ela utilizou o termo sociabilidade, aparentemente, para denominar essa aptidão de que fala muito vagamente, o que, em nosso entendimento, não elucida suficientemente o conceito. Para a autora, “o estudo das relações sociais na rotina alimentar da educação infantil permitiu aprofundar nossa reflexão sobre os processos educativos e os espaços diversificados de socialização e transmissão cultural no primeiro nível da educação básica brasileira” (LESSA, 2011, p. 194).

A todo momento, a autora recorreu alternadamente aos termos socialização e sociabilidade. Ao mesmo tempo que tentava avançar, ela retomava alguns aspectos da socialização pertinentes à visão tradicional, como pode ser visto no seguinte fragmento: “Em síntese, as cartas são jogadas muito cedo, esclarecia Bourdieu (1998, p. 52). Na abordagem construída por este autor, a socialização é mais que integrar-se a um grupo social; é, também, a incorporação de certos habitus” (LESSA, 2011, p. 196). Logo em seguida, acrescentou:

Por outro lado, nas relações horizontalizadas, pudemos observar a fabricação de um ofício de aluno, por uma criança-ator que, nas relações com outras crianças, desenvolve novas formas de sociabilidade, em oposição àquelas estabelecidas verticalmente. Assim, por uma margem de operação, num instante de espaço de liberdade, as crianças elaboram e socializam com seus pares manobras táticas que lhes permitem recriar as regras e prescrições do espaço alimentar (LESSA, 2011, p. 196-197).

Essa alternância parece evidenciar que a autora observava, ou tentava enquadrar na teoria, situações que poderiam ser lidas e interpretadas ora por uma perspectiva ora por outra. Em sua finalização, a autora indicou que:

O peso que a *socialização horizontal* no refeitório exerce sobre as crianças demonstra que estes tipos de relações desempenham um *papel primordial* nas suas disposições para determinados tipos de alimentos. No refeitório, foi possível observar como *certas crianças enquadram suas preferências alimentares e suas rejeições, em conformidade com os valores do grupo de pares, para não correrem o risco de ser rejeitadas*. Na socialização horizontal, pudemos perceber a construção de um *saber oculto ao olhar institucional*, quando se reúnem à mesa no refeitório,

sem a presença de adultos, por exemplo, momento em que evidenciam a transmissão de um conhecimento não institucionalizado (LESSA, 2011, p. 197, grifos nossos).

É interessante esse apontamento, pois, conforme registrado pela autora, a socialização que se estabelece horizontalmente seria o tipo que ocorre entre os pares e o que teria maior peso nas decisões das próprias crianças. Compreendemos também que essa horizontalização do processo de socialização seria facilmente compreendida como uma forma de sociabilidade. Apesar de dialogar com a S.I., a autora parece adotar uma perspectiva da Sociologia da Educação, com forte adesão à proposta de Bourdieu.

Cunha (2011) adotou a perspectiva da S.I. em articulação com a Sociologia da Adolescência. Após uma explanação sobre as contribuições de Durkheim ao debate sobre socialização, o autor avançou com as propostas da S.I.. Baseando-se nos escritos de Montandon e Sirota, o autor escreveu que:

As autoras observam que o ressurgimento do interesse sociológico na infância ocasionou uma revisão crítica da concepção clássica de socialização. Essa concepção, conforme mostramos anteriormente, diz respeito ao modelo unilateral e coercitivo de socialização proposto por Durkheim, em que as crianças assimilam, de forma passiva e por meio das instituições e agentes sociais (os adultos), os elementos necessários para se viver em sociedade (CUNHA, 2011, p. 149-150).

Apesar de apresentar as limitações da visão durkheimiana, o autor também elencou alguns pontos positivos, tais como: a visão republicana e laica de educação; o aspecto intergeracional do processo de socialização; entre outros. Porém, o autor, ainda baseado nas autoras, indicou que:

Para romper com essa visão limitada e inerte de socialização foi preciso considerar as crianças não mais apenas como objetos de socialização dos adultos, mas, também como sujeitos ativos desse processo. E para que isso fosse possível, seria necessário estudá-las fora dos muros das instituições e longe da vigília dos adultos (CUNHA, 2011, p. 150).

Nesse ponto, a contribuição da S.I. é fundamental, pois, até então, as crianças figuravam sob o jugo da família ou da escola nas análises sociológicas. No fragmento abaixo, o termo sociabilidade foi utilizado:

No contexto francês, Sirota (2001) destaca a noção de “economia das trocas simbólicas e materiais” em relação às crianças e os temas relacionados a este tópico, tais como: a guarda remunerada; os elos intergeracionais e; as redes de sociabilidade criadas e mantidas em torno das crianças (CUNHA, 2011, p. 150-151).

Nesse excerto, Sirota, autora que também apareceu em nossa pesquisa, parece ser uma das pioneiras no uso do termo rede de sociabilidade, já como uma possível alternativa ao termo socialização. Na tentativa de ampliar o entendimento sobre o conceito de socialização, o autor também se baseou no escrito de Prout ao mencionar que:

Uma das condições que possibilitaram o surgimento da Sociologia da Infância e da adolescência, conforme Prout (2010) diz respeito à dualidade teórica presente entre os conceitos de “estrutura” e “ação”. Ao considerarem a infância como um elemento permanente na estrutura social, as teorias estruturalistas proporcionaram o estabelecimento das crianças como objeto sociológico. Por seu turno, as teorias interacionistas consideravam as crianças enquanto sujeitos ativos, ao contrário daquelas demasiadamente passivas no desenrolar da socialização (CUNHA, 2011, p. 157).

Notamos que, segundo Cunha (2011), as teorias estruturalistas e interacionistas implicam, respectivamente, o entendimento das crianças como objeto sociológico passível de ser classificado em determinado estrato constitutivo da estrutura social, a infância, e o pressuposto de que participam ativamente de sua própria socialização. O autor, agora baseado em Plaisance, discorreu sobre outro ponto interessante:

[...] a socialização designa um “processo geral que abrange toda vida humana” e que “constitui os seres humanos como seres sociais”. Justamente por englobar a vida humana como um todo, o processo de socialização também deve assimilar a socialização entre as crianças e seus pares, isto é, enquanto sujeitos que constroem suas identidades por meio de “múltiplas negociações com seus próximos” (PLAISANCE, 2004, p.223 e 225). Por isso, não se trata de negar a teoria durkheimiana sobre socialização, pelo ao contrário [SIC], trata-se de fazer dela parte integrante da Sociologia da Infância e da adolescência, pois conforme visto, desde tenra idade a vida dos indivíduos perpassa pelas instituições. O que pretendemos mostrar com isso é que, afirmar que é preciso desinstitucionalizar a socialização de crianças e adolescentes não significa o mesmo que ignorar ou desconsiderar o papel das instituições durante esse processo, seja ele em relação aos bebês, às crianças, aos adolescentes, aos adultos e até mesmo aos idosos. Em poucas palavras, é necessário não limitar-se às instituições quando o assunto é socialização (CUNHA, 2011, p. 156).

Parece-nos que o autor entendeu, com base na proposta de Plaisance, que o conceito de socialização tal como proposto por Durkheim não deveria ser negado; logo, não haveria necessidade de superá-lo, mas de integrá-lo à S.I.. Segundo Cunha (2011), assim que os elementos sociais que são apreendidos no âmbito doméstico correspondessem aos presentes no âmbito social, teríamos a socialização bem sucedida. Nesse sentido, “quando a realidade individual e subjetiva, formada ainda na infância, é condizente com a realidade social e objetiva que os indivíduos compartilham e, desde a infância, nela circulam” (CUNHA, 2011, p. 176). Apesar de utilizar o termo sociabilidade, o autor aparentemente não considera necessário a adoção desse termo, em substituição ao conceito de socialização, pois não o desenvolveu como conceito alternativo.

Tristão (2012) desenvolveu um diálogo entre a S.I. e a perspectiva de Norbert Elias. Conceituou o que entendia como socialização e apresentou a perspectiva da S.I. por meio da proposta de Corsaro. Como ressaltou o autor:

A principal discussão contemporânea que balizou esta pesquisa diz respeito aos *processos de socialização* infantil, debate que encontra dificuldades em articular a tradição dos estudos sociológicos clássicos aos atuais estudos sobre a infância,

especialmente aqueles filiados ao que se tem denominado Sociologia da Infância. Neste campo, o anunciado rompimento com as teorias sociológicas clássicas, terreno em que os pequenos seriam objetos passivos da *socialização adulta*, reclama às crianças o papel de atores sociais e produtores de cultura, portanto, sujeitos ativos em seus processos de socialização (TRISTÃO, 2012, p. 14, grifos nossos).

Vemos aqui, como nas demais publicações, a passagem do entendimento clássico para o contemporâneo, representado pelas propostas da S.I., mas ainda percebemos a utilização de termos similares à proposta anterior, tais como: processos de socialização e socialização adulta. Em outra passagem, o autor escreveu sobre o rompimento com a perspectiva de Durkheim:

A emergência da Sociologia da Infância e os conceitos desenvolvidos nesse âmbito estão vinculados à rejeição da teoria durkheimeana como fundamentação dos processos de socialização. Entretanto, o estudo de Grigorowitschs (2008) que buscou retomar o conceito de socialização nas obras de Simmel e Mead, destaca a onipresença do conceito durkheimeano como referência principal (TRISTÃO, 2012, p. 15).

Nesse ponto, o autor apresentou a perspectiva de uma pesquisadora já mencionada em nosso trabalho, destacando a retomada de Simmel por ela na tentativa de superar a onipresença de Durkheim. O elemento de maior interesse na pesquisa de Tristão (2012) foram as questões às quais ele se dispôs a responder, quais sejam: “Quais os dados que indicam uma criança ativa e produtiva nos seus processos de socialização? Quais as informações que retratam a internalização da ordem civilizadora? Como o espaço do parque pode nos revelar este processo?” (TRISTÃO, 2012, p. 15). Percebemos que ele visava a encontrar elementos empíricos que corroborassem o pressuposto da participação ativa das crianças, o que de fato traria grandes contribuições para o debate realizado dentro do campo da S.I..

Em outra passagem, o autor ressaltou que seu intento era ensaiar “uma aproximação das produções teóricas de Norbert Elias, Georg H. Mead e Willian Corsaro, pesquisadores de gerações distintas que escrevem sobre os processos de socialização, ou em outra nomenclatura, o processo de constituição do self” (Ibidem, p. 18). Apesar de se ancorar predominantemente em Elias, apresentou o conceito de Self, concebido por Mead, e o de Reprodução Interpretativa, proposto por Corsaro, como conceitos alternativos ao de socialização. Embora o autor tenha utilizado termos como processo de socialização no decorrer de seu texto e ao trazer a contribuição de Elias, esse último tinha como perspectiva o processo civilizador, um conceito alternativo ao de socialização.

Ao final de seu trabalho, Tristão (2012) escreveu algumas considerações bem interessantes, como:

Sem dúvida, o conceito de socialização é aquele posto sob tensão no trabalho, destacando a partir das cenas seu caráter sistêmico, de reprodução, que dilui o

sujeito e simultaneamente o caráter da ação, da interação, do sujeito ativo. Nossa intenção com a investigação não era nos prendermos, a priori, a um conceito de socialização que limitasse a coleta dos dados. Ainda que a teoria do Processo Civilizador do sociólogo Norbert Elias fosse nossa inclinação preliminar, a pretensão era, antes de tudo, mostrar como os processos de socialização se desenvolvem na prática, em nosso caso, no parque de uma creche (TRISTÃO, 2012, p. 127).

Nesse fragmento, entendemos que o autor percebeu que o conceito de socialização, quando posto em contraste com as observações realizadas na Educação Infantil, não daria conta de corresponder ao que era observado. Apesar disso, ao se filiar à perspectiva de Elias, o autor se mantém próximo ao conceito de socialização em seu sentido clássico. Além disso, destacou que:

Pensamos que os conceitos trabalhados neste estudo carecem de maior atenção na análise da infância, especialmente pela relevância e articulação vislumbrada entre uma Sociologia mais clássica, a Sociologia Contemporânea e a Sociologia da Infância. Parece-nos que os três autores citados trabalham com a tensão entre a coação e a inovação nos processos de socialização, eventos distintos, mas interligados constantemente em relação na práxis social (TRISTÃO, 2012, p. 127).

Percebemos a complexidade da proposta do autor, pois fazer essa aproximação entre essas três frentes da Sociologia não seria tarefa de fácil execução. Em seu trabalho, nós encontramos uma aproximação, um diálogo inicial, sem, contudo, a proposição de um conceito livre de aproximação com o sentido clássico; todavia, enxergamos a articulação teórica efetuada como um movimento inicial.

Angelo (2013) teve como problema de pesquisa o consumismo das crianças. Para analisá-lo, a autora utilizou como aporte teórico a Teoria Crítica em articulação com alguns pressupostos da S.I.. Destacamos dois fragmentos do trabalho da autora. O primeiro demonstra a perspectiva do processo de socialização em Corsaro:

A reprodução interpretativa fornece uma base para a nova sociologia da infância. Ela substitui os modelos lineares de desenvolvimento social individual da criança pela visão coletiva, a visão produtiva-reprodutiva, ilustrada pelo modelo de teia global. No modelo, as crianças participam espontaneamente como membros ativos das culturas da infância e do adulto (ANGELO, 2013, p. 27).

O segundo fragmento demonstra a noção de socialização na S.I.:

Esta noção de socialização na sociologia da infância estimula a compreensão das crianças como atores capazes de criar e modificar culturas, embora inseridas no mundo adulto. Se as crianças interagem no adulto porque negociam, compartilham e criam culturas, necessitamos pensar em metodologias que realmente tenham como foco suas vozes, olhares, experiências e pontos de vista (ANGELO, 2013, p. 27).

A autora não desenvolveu, empreitada que transcenderia os limites de seu trabalho, o conceito de socialização, traçando um percurso que iniciasse em Durkheim e abarcasse as propostas contemporâneas da S.I.. Também não utilizou o termo sociabilidade, apenas realizando algumas considerações que tinham como fundamento os pressupostos da S.I..

Percebemos também que, por mais que manifestasse adesão à proposta de Corsaro, a autora manteve o uso do termo socialização ao longo do texto.

Sehn (2014) desenvolveu um trabalho que tinha como preocupação o movimento do cuidar ao educar na Educação Infantil. O termo socialização foi utilizado ao longo do texto, sem que, contudo, tenha sido objeto de um esforço de definição conceitual. Apesar de seu trabalho possuir o subtítulo “Educar para a Sociabilidade”, a autora não definiu o que entendia como sociabilidade. Seleccionamos apenas três fragmentos para exemplificar o entendimento de socialização proposto com base na legislação. No primeiro, a autora informou que:

A função da socialização do brincar na escola, como aparece na SD 03, mais adiante, agrega objetivos pedagógicos norteados por recomendações legais, teorias educacionais e decisões docentes, as quais visam que a criança se sinta bem no grupo ao brincar e se desenvolva plenamente ao longo de seu processo de aprendizagem. O brincar na escola também se estende a outros objetivos, tais como os de ordem cognitiva, motora, artística os quais caminham juntos com a socialização (SEHN, 2014, p. 76).

Podemos ver nesse excerto que a escola é vista como o espaço para a socialização por excelência; além disso, o brincar é utilizado como estratégia para promover a socialização. No segundo excerto, Sehn (2014) apresentou a fala de uma das professoras que trabalhavam na creche onde a pesquisa foi realizada:

Como diz a professora, a “socialização em primeiro lugar” aponta ao discurso pedagógico assumido pela professora. Trata-se de propiciar às crianças uma socialização especial, a qual está prevista nas atividades disponibilizadas de modo a propiciar experiências de interação entre crianças da mesma idade, compartilhando novidades voltadas às crianças (SEHN, 2014, p. 81).

Vemos com certa preocupação o entendimento do que seria a socialização e como ela pode ser considerada como um tipo de escolarização precoce, pois no momento em que os interesses dos adultos moldam o como, o quando e o tipo de interação que acontecerá, algo pode ser perdido. No terceiro e último fragmento, temos:

A socialização no sentido de inserção das crianças na sociedade onde há relações éticas e morais estabelecidas se destaca nas normativas legais brasileiras que reportam à EMEI como meio e espaço de socialização de crianças: “A instituição de educação infantil é um dos espaços de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade na qual estão inseridas.” (RCNEI, vol.2, p.11, MEC, 1998) (SEHN, 2014, p. 142).

Nesse excerto, o entendimento sobre a socialização se mostra similar ao definido pela visão tradicional. Apesar de ter utilizado alguns referenciais da S.I., baseando-se nos escritos de Kramer, Sarmiento e Gouvea, a autora não adotou o referido campo como aporte teórico. Trabalhou com o conceito de socialização tal como entendido pelas diretrizes do

MEC. Usou os termos socialização e sociabilidade, porém de modo a entendê-los como sinônimos.

Diniz (2014) realizou uma pesquisa que teve como objetivo entender o processo de evangelização das crianças. Chegou à conclusão de que evangelização seria o mesmo que socialização. Embora tenha utilizado os termos socialização e sociabilidade, a autora optou por adotar o primeiro. Destacou que:

Uso o conceito de socialização e não de sociabilidade, porque na observação meu foco ficou direcionado à socialização, mesmo observando em certos momentos que a igreja, às vezes, se configura como espaço lúdico, no entanto, a análise dessa dissertação tem como foco a socialização (DINIZ, 2014, p. 54).

Parece-nos que, para a autora, o conceito de socialização em seu sentido clássico seria mais adequado aos objetos e objetivos de sua análise, pois a estrutura rígida e hierárquica da igreja tem como pressuposto a irrestrita adesão, por parte do neófito, aos dogmas estabelecidos pela teologia. Embora Diniz (2011) tenha adotado o conceito de socialização, ela indicou que a visão clássica, sozinha, não seria capaz de responder aos problemas observados. Segundo a autora:

Pretendo aqui, trazer um novo viés para o conceito de socialização, por isso, não pretendo deixar de usá-lo. Confesso que tive resistência em utilizá-lo, mas com as observações da pesquisa é possível ver que a socialização existe, e que não é aquela forma social que Durkheim abordou, sendo, portanto uma socialização que segue as 'regras' da estrutura, tendo interpretações dos agentes (DINIZ, 2014, p. 56).

O excerto nos parece confuso e contraditório. Em nosso entendimento, ela poderia, sim, ter optado por outros conceitos que, em sua constituição, abarcam concomitantemente tanto a coerção das estruturas quanto a ação dos indivíduos. Essa nova perspectiva do conceito, embora ligada à definição durkheimiana, dialogou com as novas proposições da S.I., como podemos observar em outro fragmento de seu texto:

Pensando em relação à visão durkheimiana e o conceito de socialização, diálogo com autores sobre a temática, como Simmel, James e Prout, Nunes. Considerando a Teoria Sociológica, Simmel aborda o conceito de socialização numa dimensão mais microssociológica. Para ele, a sociedade é o —médium e o —resultado do indivíduo, a conexão entre os dois, realizando-se na e para interação que é o vínculo da associação (porque a função da síntese social - forma nas consciências dos indivíduos) e da socialização (porque é agindo uns com os outros que os indivíduos produzem a sociedade) (DINIZ, 2014, p. 55).

É importante destacarmos aqui que, na leitura da autora, Simmel teria abordado o conceito de socialização; entendemos, contudo, que essa tradução do termo alemão não nos ajudaria a evitar confusões conceituais no âmbito das propostas da S.I., por entrevermos suas implicações, de modo que adotarmos o conceito traduzido como sociação/associação em seu lugar seria mais produtivo. A própria autora destacou uma diferença importante entre os

autores quando escreveu: “Ou seja, diferente da teoria durkheimiana, a teoria simmeliana, crê que o indivíduo — entra em ação sem ser coagido a todo o tempo, e é na interação da associação e da socialização que resulta a sociedade” (DINIZ, 2014, p. 55). Além dessa tentativa de reconceituar o termo socialização, a autora se aproximou também do entendimento de Corsaro, ao sugerir que:

Dessa maneira, vínculo[SIC] essa dissertação ao argumento de Corsaro (2005) de reprodução interpretativa, pois o que foi observado e analisado, assim como afirma Pires: — as crianças são agentes da mudança, mas também da continuidade (2010, p.152). Elas mudam com os seus porquês, mas dá continuidade a doutrina da igreja (DINIZ, 2014, p. 93).

Novamente, assistimos a esse fenômeno de uma pesquisadora a adotar a perspectiva da S.I. por meio da proposta de Corsaro e, ao mesmo tempo, mantendo os termos e uma certa proximidade com o conceito de socialização durkheimiano. Em outro fragmento, a autora fez um interessante apontamento:

As disciplinas de Psicologia e Pedagogia são antigas usuárias do conceito de socialização. Observando a socialização pela esfera sociológica e desaguando na Sociologia da Infância é possível perceber algumas questões que ajudam a pensar esse processo, a socialização não apenas como um depósito para as crianças, onde estas não podem se expressar e mostrar as suas interpretações. A Sociologia da Infância pretende mostrar esse processo como algo que precisa ser pensado, para poder dar espaço à agência da criança (DINIZ, 2014, p. 56).

Enxergamos que exatamente por ser utilizado pelos campos da psicologia e da pedagogia é que o conceito de socialização teria se consolidado em sua acepção clássica. Por isso, entendemos que seu abandono e a adoção de outro termo sejam operações necessárias ao campo que pretendesse romper com uma visão tão consolidada por essas disciplinas mais antigas. Destacamos, por último, um excerto que exemplifica bem o perigo de não se realizar a distinção conceitual entre diferentes campos, com interpretações distintas. Diniz (2011) indicou que:

Nesse trabalho vários conceitos foram tecidos, resistências com conceitos como o de socialização (Nunes, 2002; Durkheim, 1955; Simmel, 1983; James e Prout, 2005), onde o campo me mostrou que é possível ver essa socialização não apenas na forma coercitiva, mas em uma forma de conjunto onde agência e estrutura se cruzam, se modificam com pequenos atos das crianças (DINIZ, 2014, p. 92).

Causa-nos certo espanto encontrar o conceito de socialização sob a guarda de autores com propostas tão distintas, emparelhados. Entendemos que a autora queria expor uma releitura e ampliação do conceito de socialização, pois, em sua pesquisa, ela teria observado ações coercitivas e não coercitivas no ambiente no qual realizou as observações. Porém, vemos como equívoco o modo pelo qual foi exposta tal proposta, pois na proposta simmeliana não se nega que haja coerções; logo, poderia ser utilizada com sucesso em qualquer análise.

Além de não utilizar o termo sociabilidade, a autora vinculou Simmel ao conceito de socialização.

Santos (2018) dialogou com o campo da S.I. em sua pesquisa, sem adotá-lo como referencial teórico. A autora utilizou os termos socialização e sociabilidade, atribuindo maior ênfase ao segundo. Apesar de definir o que entendia por sociabilidade, a autora não mencionou Simmel; utilizou os escritos de Baechler, Cazeloto e Gosciola para sua fundamentação. Uma rápida pesquisa revelou que nenhum dos dois últimos autores mencionou Simmel em seus textos. Contudo, alguns pontos merecem ser discutidos.

Primeiramente, destacamos dois fragmentos contendo as questões formuladas pela autora: “como os jogos eletrônicos têm influenciado os hábitos de consumo e a sociabilidade das crianças? Outro ponto pertinente para a pesquisa será a fomentação do debate sobre a cultura infantil do consumo e sua importância na sociedade contemporânea” (SANTOS, 2018, p. 17) e “Como os jogos eletrônicos têm influenciado os hábitos de consumo e a sociabilidade das crianças, na visão das famílias e dos educadores? Intenciona-se também analisar e discutir o impacto econômico que o consumo infantil pode exercer no orçamento da família” (Ibidem, p. 20). A autora tentou captar tanto a perspectiva das crianças quanto das instituições e utilizou, em várias passagens, o termo sociabilidade. Com base nos pressupostos da S.I., a autora escreveu que:

A relação entre as crianças e a indústria do entretenimento passou por alterações substanciais ao longo do tempo, sendo atualmente conectada, e, de certa forma, menos passiva, fazendo a criança passar a ser coprodutora de conteúdo. A infância atual é conectada às novas tecnologias e de acordo com o panorama apresentado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil em 2010, 29% das crianças entre 5 e 9 anos já participaram de redes sociais (SANTOS, 2018, p. 14).

Além de “conectada”, a criança tem ficado cada vez mais ativa nos processos de produção de conteúdo na Internet, impactando diretamente no que a autora entendeu por sociabilidade. Baseando-se em Baechler, define-a como “uma habilidade que se desenvolve dentro de um espaço reticular, caracterizando aptidões para promover e manter redes de convívio social” (SANTOS, 2018, p. 27). Ainda citando esse autor, Santos (2011) indicou que:

Sociabilidade é a capacidade humana de estabelecer redes através das quais as unidades de actividades, individuais ou colectivas, fazem circular as informações que exprimem os seus interesses, gostos, paixões, opiniões...: vizinhos, públicos, salões, círculos, cortes reais, mercados, classes sociais, civilizações (BAECHLER, 1995, p. 57) (SANTOS, 2018, p. 28-29).

Segundo a autora, falarmos sobre o “conceito de sociabilidade também é falar sobre as formas de interação social, que é basicamente, aquela onde os indivíduos interagem,

partilhando o mesmo espaço e o mesmo tempo, em uma relação presencial” (SANTOS, 2018, p. 28). Apesar de aparentemente não se aprofundar nas possibilidades desse conceito, é interessante notarmos os elementos que o compõe e o enriquecem ao longo dos excertos, tais como: os sentimentos, os termos formas de interação, redes, entre outros, indo além do que poderia ser visto numa definição tradicional de socialização. Em outros três excertos, a autora desenvolveu pontos interessantes. No primeiro deles, assim afirma:

A sociedade desenvolveu ao longo dos séculos formas de sociabilidade através da interação face a face, da comunicação sonora e gestual. Segundo Gosciola (2008), o desenvolvimento da escrita configura como um ponto importante na evolução da sociabilidade, mesmo que o domínio da escrita e da leitura não seja obtido por todos os indivíduos em algumas sociedades (SANTOS, 2018, p. 28).

Observamos nesse fragmento o uso do termo forma de sociabilidade, que se daria por meio da interação presencial face a face, com elementos sonoros e gestuais em suas comunicações, aspectos esses que nos chamam a atenção, pois sugerem elementos de ação e de autoria obscurecidos pela passividade do indivíduo formado unilateralmente no seio de um conjunto de regras, polêmico pressuposto do conceito clássico de socialização. No segundo trecho, a autora apresentou o conceito de sociabilidade articulado com outros, como podemos observar em:

Com as grandes transformações que a tecnologia trouxe para a sociedade, em um único equipamento que cabe no bolso, temos vários serviços às nossas mãos, podendo ser possível entrar em contato com várias pessoas ao mesmo tempo, de forma instantânea e ao vivo, entre outros inúmeros serviços, fazendo com que o telefone celular influencie significativamente as formas de sociabilidade. Nesse sentido, Gosciola (2008, p. 29) entende que não é possível colocar que esse fenômeno seja suficiente para “garantir a sociabilidade (ou a telessociabilidade ou a cibernociabilidade ou a hiper-realidade), porque seria necessário um número significativo de integrantes de uma sociedade com acesso a tais recursos” (SANTOS, 2018, p. 28).

Como já destacado pela autora, as formas de sociabilidade vão sofrendo transformações, profundamente dinamizadas com o advento das novas tecnologias. É interessante o debate sobre como se dão e como poderiam ser apreendidas essas novas formas de sociabilidade, destacando os termos telessociabilidade e cibernociabilidade, que sugerem o uso das telas e o tempo dentro do ciberespaço, mas isso foge à nossa proposta de análise.

No último fragmento, a autora destacou que o “brincar é um instrumento importante na socialização das crianças, a integrando na vida em comunidade e sendo essencial à saúde física, emocional e intelectual do ser humano em fase de desenvolvimento” (SANTOS, 2018, p. 46), e que, no jogo, “as crianças exercitam sua autonomia e sua sociabilidade, representando a sua realidade e o cotidiano que ela está inserida” (Ibidem, p. 49). Percebemos

que o uso dos termos socialização e sociabilidade vão sendo alternados, o que pode induzir o leitor a entendê-los como se fossem sinônimos. Apesar do interessante debate e diálogo com a S.I., a autora não adere ao campo e não se filia explicitamente às propostas de Simmel.

Kuntz (2018) pesquisou o uso do Youtube por crianças e, ao longo de seu texto, desenvolveu como se daria o que foi denominado como sociabilidade conectada. A autora, baseada em Castells, entendeu que:

[...] o uso da internet não causa isolamento social e nem influencia negativamente de outras formas o modo de viver das pessoas. Antes, é correto pensar que as pessoas reorganizam sua sociabilidade em torno das mídias digitais, ainda priorizando os valores de comunidade e compartilhamento, em um mundo que se tornou menor em termos de barreiras e cujas fontes de informação foram expandidas (KUNTZ, 2018, p. 47).

Como em trabalhos supracitados, o problema de pesquisa da autora está em entender a sociabilidade no ambiente virtual e quais mudanças têm ocorrido. Para a autora, o Youtube se apresentaria como um modo de “expansão da sociabilidade quando as crianças se engajam em conseguir seguidores e fazem vídeos trocando presentes ou menções – uma forma de praticar a economia do dom ou da dádiva (MAUSS, 1990), ou ainda a ‘metáfora do celeiro’ (JENKINS *et al*, 2014)” (KUNTZ, 2018, p. 109).

Kuntz (2018) argumentou, baseada novamente em Castells, que a internet não ocasionaria um isolamento social e não seria uma influência negativa na vida dos indivíduos. Segundo ela, para o pensador português, “as pessoas reorganizam sua sociabilidade em torno das mídias digitais, ainda priorizando os valores de comunidade e compartilhamento, como os youtubers mirins interlocutores deste trabalho demonstram” (Ibidem, p. 109-110). Embora tenha utilizado o conceito de sociabilidade ao longo de seu texto, ela não definiu o que entendia por esse conceito, nem mencionou Simmel.

Essas foram as considerações e apontamentos sobre as passagens relevantes que encontramos nas dissertações selecionadas. A partir de agora, desenvolvemos o que vimos de adequado a essa pesquisa nas teses selecionadas. Seguimos a ordem cronológica de publicação das teses.

#### 4.1.3 Considerações sobre os fragmentos destacados nas Teses

Finco (2010), em sua pesquisa sobre interações que transgridem as fronteiras de gênero, utilizou os termos socialização e sociabilidade, desenvolvendo o debate sobre o primeiro, sem, contudo, deter-se no esclarecimento conceitual do segundo. Segundo a autora:

As crianças criam estratégias inteligentes para alcançar seus desejos. A possibilidade de participar de um coletivo infantil, a capacidade de imaginar e fantasiar, a sociabilidade e as amizades, os momentos livres e autônomos de brincadeiras, os tempos e os espaços com menor controle dos adultos permitem a criação de diferentes formas de burlar as estruturas propostas e de iniciar sempre um novo movimento de transgressão (FINCO, 2010, p. 100).

Apesar de o termo socialização aparecer 101 vezes em seu texto e o termo sociabilidade apenas 9 vezes, é interessante observar que o uso do segundo esteja ligado a uma pesquisadora, também encontrada em nossa pesquisa, como uma das precursoras de seu uso dentro do referencial da S.I.. Como podemos ver no fragmento abaixo:

Olhar para a linguagem corporal permitiu a investigação das manifestações e das expressões culturais das criança[SIC], na qual “observei sua capacidade de transgressão, de sociabilidade, de invenção e criação de propostas de brincadeiras não previstas pelas professoras, de construção de regras com liberdade” (PRADO, 2007, p. 2) (FINCO, 2010, p. 101).

Talvez por influência de Prado, Finco (2010) tenha optado pela utilização, em momentos específicos de seu texto, do termo sociabilidade. Tanto que, em outro excerto, a autora utiliza-o logo após mencionar Corsaro, como se pode observar em:

William Corsaro utiliza o termo *peer culture*, traduzido por “cultura de pares” e explicita que este termo não possui o sentido de “duplas”, e sim de parceiros iguais. Do ponto de vista dos dados desta pesquisa, a definição deste conceito pode ser problematizado, considerando que este estudo trata da sociabilidade e das brincadeiras entre crianças enfatizando suas diferenças de gênero (FINCO, 2010, p. 143).

Apesar do fato de utilizar o termo socialização ao longo de seu texto, a autora se destacou ao usar o termo sociabilidade quando da referência à sua pesquisa. O termo prática de sociabilidade já demonstraria uma alternativa ao termo processos de socialização, em nosso entendimento. Apesar de Finco (2010) não desenvolver o que compreendia por sociabilidade e de não citar Simmel como seu proponente, encontramos indícios de uma possível aproximação inicial, pois sabemos que Prado<sup>30</sup> é uma das autoras que se utilizou do conceito simmeliano de sociabilidade.

Silva (2011) fez um amplo debate sobre a socialização e a socialidade, optando pelo segundo conceito. Ancorado em Simmel e em algumas autoras da antropologia, discorreu sobre socialidade. O autor adotou como aporte teórico a S.I. e sustentou a argumentação desenvolvida em seu texto, como ponto de partida, por meio da crítica que esse campo fez ao conceito de socialização em seu sentido clássico.

---

<sup>30</sup> Os textos dessa autora estão nas referências dessa dissertação.

Destacamos vários pontos dessa pesquisa para traçarmos os pressupostos adotados pelo autor, e quais autoras e autores embasaram suas proposições, até chegarmos na adoção do conceito de socialidade<sup>31</sup> proposto por Simmel. Encontramos o seguinte trecho:

Encontraremos no livro de Alan Prout e Allison James, *New paradigm in the sociology of Childhood* (NSSC), a síntese das produções e preocupações de outros tantos pesquisadores de vários países (Noruega, Escandinávia, Reino Unido, Estados Unidos, França) que desde a década de 80 tinham como objetos centrais de seus estudos as categorias criança e infância e questionavam o conceito socialização clássico. A forte crítica à noção de desenvolvimento infantil trazida pela psicologia sobre os estudos da criança, focados, excessivamente, no individual e biológico, crítica que também *se estende à noção de socialização com que operavam, baseada na ação de sujeitos plenos (adultos) sobre sujeitos incompletos (crianças)* foram pontos de problematização e reelaboração do novo paradigma nas pesquisas da infância, constituindo assim, um campo de estudos próprio (SILVA, 2011, p. 21, grifos nossos).

Notamos, nesse excerto, dois pontos centrais para as inflexões conceituais promovidas pela S.I.: a crítica ao modelo de desenvolvimento infantil proposto pela psicologia e a crítica ao conceito de socialização em seu sentido clássico. Em ambos os pontos, foram percebidas algumas fraturas que já não possibilitariam a compreensão dos processos de desenvolvimento e de socialização infantis que permitisse considerar outros elementos que, de um lado, fossem além do indivíduo e da biologia e, de outro, estivessem imbuídos do pressuposto que concebe as crianças como partícipes ativos nos processos de interação com o adulto. Iniciou-se um esforço para que uma nova analítica fosse proposta. Em outro excerto, o autor escreveu que:

O movimento de repensar o próprio conceito de socialização foi a tônica da constituição deste campo (SIROTA, 2001, 2005; MONTANDON, 2001; QUINTEIRO, 2002; MOLLO-BOUVIER, 2005; DELGADO & MÜLLER, 2005; GRIGOROWITSCHS, 2008). As *concepções contemporâneas de socialização* vão insistir na visão das crianças como *atores sociais e produtoras de cultura*, ou seja, focam os olhares na construção do ser social (criança) e em sua negociação crescente com seus próximos (pares, adultos), constituindo, assim, sua identidade. Mobilizados pela idéia de reconhecer *o papel ativo da criança no processo*, alguns autores chegaram a *propor a mudança de sua nomenclatura para enfatizar sua não-passividade*. Como veremos ao longo deste tópico, várias foram *as propostas de sua superação*: o uso de expressões como “processos de socialização” (recuperando os *conceitos de Simmel e Mead*), “modos de socialização”, “administração simbólica da infância”, passando por aquelas mais consensualmente aceitas como a de “reprodução interpretativa” (CORSARO), até aquelas motivadas pelas revisões críticas diante dos dualismos produzidos pelo próprio campo de estudos (ator-estrutura é um deles) como o uso da metáfora “redes” (Prout), enfatizando assim o caráter relacional, dinâmico e complexo do processo (SILVA, 2011, p. 21, grifos nossos).

Encontramos aqui alguns elementos interessantes como, por exemplo, o fato de que vários autores e autoras propuseram a mudança de nomenclatura logo no alvorecer do campo. Além disso, podemos destacar a quantidade de autoras e autores da S.I. que embasaram esses

---

<sup>31</sup> Outro registro gráfico do termo alemão *Geselligkeit*.

estudos; inclusive, foram encontrados os produtos de algumas delas ao longo de nossa pesquisa. No fragmento: “recuperando os conceitos de Simmel e Mead”, recordamos o trabalho desenvolvido por Grigorowitschs, como uma das primeiras autoras próximas ao campo da S.I. a resgatar Simmel. No excerto a seguir, o autor escreveu que:

Dentre as abordagens alternativas ao conceito de socialização, *optamos pelo uso do conceito “socialidade”, tendo como autor referência Georg Simmel*. Como veremos mais adiante, paralelamente ao movimento de questionamento e *busca de um conceito alternativo ao de socialização ocorria, no âmbito das teorias sociais mais amplas, a problematização de um conceito ainda mais abrangente do qual decorre o primeiro, ou seja, o próprio conceito de sociedade*. Ambos os caminhos convergirão para a *formulação do conceito de socialidade*, tendo como autoras de maior expressão no campo dos estudos da infância, Marylin Strathern e Christina Toren. Tal conceito possui um alto rendimento teórico dentre os trabalhos sobre etnologia indígena, particularmente àqueles voltados para o estudo do cotidiano destas populações (Joana Overing, Cecília McCallun, Susana Viegas) (SILVA, 2011, p. 22, grifos nossos).

Nesse ponto, achamos interessante a utilização do termo “socialidade”, pois temos visto, em todos os materiais consultados (livros, artigos, teses e dissertações), apenas o termo sociabilidade associado aos escritos de Simmel, embora também seja uma tradução possível do termo alemão *Geselligkeit*. Em outra passagem, o autor havia destacado que:

Podemos destacar aqui a apropriação em nosso trabalho de outras categorias antropológicas como a de “socialidade” e “sociabilidade”. Segundo McCallun, “Socialidade é um estado momentâneo na vida social de um grupo, definido pelo sentimento de bem estar e pelo auto-reconhecimento como um grupo de parentes em plena forma. Designa um estado moral de uma comunidade, capturando a visão própria dos índios sobre o sentido das suas vidas e a dinâmica das suas atuações no mundo” (1998) (SILVA, 2011, p. 12).

Podemos inferir que ambos os termos são comuns aos estudos do campo da antropologia, mas, nas obras utilizadas até o momento para essa dissertação, nos trabalhos encontrados no levantamento e na revisão da literatura, não havíamos deparado com “socialidade”. Contudo, entendemos como profícuo o esforço de Silva (2011) em utilizar um termo alternativo, pois, segundo ele, os “trabalhos e respectivos questionamentos propostos por esta corrente, nos chamou a atenção para a necessidade de se elaborar uma proposta alternativa ao conceito de socialização, que levasse em conta a idéia de participação da criança, de sua agência” (SILVA, 2011, p. 26). O pesquisador se ancorou em autores e autoras que entendiam que havia de veras a necessidade de um termo que promovesse uma desconexão com a carga do termo socialização. Como se pode ler, o autor também dedicou atenção à proposta de Corsaro:

Para esse autor, a socialização não seria entendida como algo que acontecesse às crianças, mas sim um processo pelo qual as crianças em interação com os outros produzem a sua própria cultura e “eventualmente” reproduzem, entendem ou compartilham o mundo adulto. (CORSARO, 2005, apud PIRES, 2007). A socialização da criança constitui-se num processo de apropriação criativa da

informação do mundo adulto para produzir sua própria cultura de pares, se trata de um processo de “reprodução interpretativa” [...] (SILVA, 2011, p. 27).

Entretanto, o autor não adotou essa perspectiva. Poderíamos pensar que ele tenha vislumbrado o mesmo indício que encontramos em nossa pesquisa: de que esse conceito não facultou o total abandono de termos ligados ao entendimento de socialização, por parte daquelas e daqueles que o utilizam. Ele indagou:

O que o conceito de socialização anterior não dava conta era de perceber o constrangimento que atingia não somente as crianças, mas também aos adultos e, desta forma, quando a sociologia da infância mesmo ao rever o conceito, mas tendo-o como exclusivo da infância não estaria ainda operando segundo a lógica anterior? (SILVA, 2011, p. 32).

Dessa forma, nós entendemos que a direção seria, para o autor, o abandono total do termo socialização e seus correlatos, para que categorias de análise mais abrangentes e dinâmicas possam emergir. Somente assim não incorreríamos no erro de operar segundo a lógica anterior, como temos visto ocorrer em alguns dos trabalhos já expostos nessa dissertação. Outro ponto central destacado pelo autor foi:

Como mesmo afirma Prout (apud DELGADO & MÜLLER, 2005) é preciso superar esse mito da pessoa autônoma e independente, como se a mesma não pertencesse a uma complexa teia de interdependências, seja ela adulto ou criança. A noção de socialidade procura superar as críticas recebidas pela[SIC] noções anteriores de sociedade e de socialização (SILVA, 2011, p. 32).

Conforme podemos perceber, o autor indicou que a noção de socialidade<sup>32</sup> superaria as limitações tão extensivamente percebidas nas propostas anteriores. Aqui, entendemos que o conceito de sociabilidade<sup>33</sup> cumpriria, para a S.I., essa função de superar as críticas recebidas pelo conceito de socialização. Conforme indicou:

Esta noção vai privilegiar aspectos como *a intencionalidade e os afetos (desejos, intenções)* que por sua vez constituem *princípios de socialidade* dentro de determinados grupos e presentes nos processos intersubjetivos. Para Susana Viegas (2006), o conceito de socialidade apresenta um grande diferencial em relação ao conceito anterior de sociedade, *porque a realidade humana não é abstraída, como conjunto de regras, costumes ou estruturas que existem independentemente do indivíduo que participa do processo*. Trata, ao contrário de processos sociais nos quais *qualquer pessoa estaria, inevitavelmente envolvida* (TOREN, 1996), oferecendo um caminho de análise teórica “...no qual *a vida social ganha sentido no modo imediato como os seres se tornam seres-no-mundo*” (VIEGAS, 2006, p. 26 ) (SILVA, 2011, p. 33, grifos nossos).

---

<sup>32</sup> A noção de socialidade surge como uma forma de privilegiar o estudo sobre os modos de constituir o social e agir socialmente. As relações sociais seriam responsáveis por isto e, desta forma, inerentes à existência humana, sendo as pessoas compreendidas enquanto potencial para os relacionamentos, estando inscritas em uma matriz de relação com outros (STRATHERN, 1996). Socialidade seria entendida enquanto o modo como “as pessoas se impactam [impingem] umas às outras, produzindo uma estrutura de conhecimentos a partir da qual se possa falar tanto sobre a forma culturalmente constituída quanto dos aspectos normativos destas relações (STRATHERN, 2006). Concluindo, a socialidade definiria-se a partir do duplo movimento da ação social e moral do estado de estar relacionado (STRATHERN, 2006, 153)” (SILVA, 2011, p. 33).

<sup>33</sup> *Geselligkeit* - pode ser traduzido como sociabilidade ou como socialidade.

Talvez o motivo pelo qual o autor tenha empregado o termo socialidade seja por entender que essa tradução do termo *Geselligkeit* seja a que mais se adequaria às proposições de Simmel. Silva (2011) desenvolveu o trabalho que mais se aproximou de nossa questão de pesquisa, pois fez um amplo desenvolvimento do conceito de socialização, da crítica apresentada pela S.I. a esse conceito e a proposição e utilização do conceito de socialidade como alternativa.

Gomes (2012) desenvolveu uma pesquisa que buscou “compreender como as ações de um determinado grupo de crianças estiveram articuladas às instâncias da mídia, da escola e da família com o intuito de explicitar a necessidade de um diálogo pertinente entre as teorias de socialização e as teorias da sociologia da infância” (GOMES, 2012, p. 19). A autora não se filia ao campo da S.I., mas se propôs a dialogar com esse campo demarcando sua filiação aos estudos da teoria da socialização dentro do campo da Sociologia da Educação. Apesar disso, a autora abordou pontos extremamente importantes ao debate interno da S.I., como podemos observar nos excertos selecionados a seguir. O primeiro que destacamos foi:

Essa particularidade das relações sociais demonstra que o espaço institucional socializador é fonte para as sociabilidades. Ainda que existam determinações pedagógicas, administrativas e normativas previamente definidas – horários, espaços, currículo, agrupamentos e posições sociais demarcadas –, também existem as sociabilidades, ou seja, o querer das crianças estarem juntas. *As sociabilidades colocam as crianças em contato com diferentes aspectos da cultura, permitindo uma cadeia de muitas interpretações e interdependências.* Assim, é preciso considerar essas duas noções – de sociabilidades e socialização – interligadas, pois os encontros entre indivíduos permitem interações, interpretações, reinterpretações, imaginações e reformulações de práticas, discursos, objetos, símbolos e sentidos sociais (GOMES, 2012, p. 50, grifos nossos).

Nesse excerto, a autora discorreu sobre a sociabilidade, concebendo-a como subproduto do ambiente institucional socializador, menos porque se imponha como resultado desse espaço do que pelo fato de estabelecer-se no encontro entre as pessoas que, inexoravelmente, ocupam-no. Além disso, se daria para além das determinações, normas, horários, currículos etc., configurando-se como um contraste da socialização. Porém, ressaltou que leva em consideração as duas noções: socialização e sociabilidade estariam interligadas. Conforme destacou:

Trata-se de reconhecer que a socialização e as formas de sociabilidade dão inteligibilidade ao cotidiano e atuam na estruturação dos grupos e nas identidades dos indivíduos. Assim, um grupo, para existir, precisa ter definidos seus participantes e sua frequência, a posição e a função que cada um ocupa (SIMMEL, 1983; MANNHEIM, 1993; PAIS, 2003). As relações e as interações cotidianas permitem aproximação, afetividade, cumplicidade e segurança, aspectos esses que são construídos na rotina e de acordo com as atitudes dos indivíduos que participam dessa estrutura. Pelo o que se viu na pré-escola, o grupo afirmou-se por comportamentos que expressaram e legitimaram as identidades, em uma luta pela

significação ou, nesse caso, pelos interesses infantis correlacionados às práticas de socialização (GOMES, 2012, p. 50).

Apesar de utilizar o termo socialização, a autora não o considera em sua visão puramente clássica: sua perspectiva é ancorada nos estudos de Elias, Bourdieu, Setton, entre outros. A autora utilizou a proposta de Simmel para conceituar o que entendia por sociabilidade, interações, relações e suas implicações. Destacou algumas diferenças entre Durkheim e Simmel, como:

Se Émile Durkheim trata da socialização como educação, Georg Simmel (2003) parte do princípio de que não há socialização, mas socializações, visto que os indivíduos interagem entre si. O fato de as pessoas se olharem, perceberem-se, terem receios, simpatias ou inimizades umas com as outras, de serem generosas e terem cuidado de si pensando em agradar os outros, tudo isso é efeito das interações que mantêm a resistência e a elasticidade, a multiplicidade e uniformidade da vida social – tão claramente perceptível e ao mesmo tempo tão enigmática (Ibid.) (GOMES, 2012, p. 116).

O fato de flexionar no plural não seria o suficiente para estabelecer essa distinção entre os autores. Em Simmel (2006), encontramos termos como: associação, sociação, interação e sociabilidade que, para nós, funcionariam como formas de não utilizar os termos, e de não recairmos, com os pressupostos de Durkheim, consubstanciados no conceito de socialização. Em outro fragmento:

Segundo Georg Simmel (2003), a organização da vida cotidiana é composta de reciprocidades de ações, isto é, de socializações. Nesse caso, a sociedade seria o nome dado ao entorno de indivíduos que se unem por meio de relações recíprocas e que formam unidades interagentes. Essas interações surgiriam de determinados impulsos ou em função de determinados fins sociais; em uma correlação de circunstância exerceriam efeitos sobre os outros, mas também receberiam esses efeitos (Ibid.) (GOMES, 2012, p. 116).

Novamente, a autora utilizou o termo socialização que, no nosso entendimento, deveria ser evitado e, em seu lugar, utilizado o termo sociação. Torna-se mais evidente no próximo trecho o porquê de a autora continuar a utilizar o termo socialização:

Maria da Graça Setton (2009a, 2011) promove um importante debate sobre a socialização ao analisar as contribuições teóricas de diferentes autores contemporâneos dos campos da educação e da sociologia. A partir do seu estudo, foi possível constatar que o conceito de socialização foi utilizado por diferentes teóricos ora como processo, ora como fenômeno. Além disso, os sociólogos contemporâneos superaram as teorias clássicas ao dar o mesmo valor ao individual, ao coletivo, às experiências, à pluralidade e às ações dos indivíduos (SETTON, 2009a) (GOMES, 2012, p. 117).

Setton é uma pesquisadora, e orientadora de Gomes, com amplo trabalho sobre o conceito de socialização e suas modificações decorrentes principalmente do advento da mídia, sustentando-se em proposições teóricas de Bourdieu, Elias, Lahire, entre outros; além disso, sua atuação está situada no campo da Sociologia da Educação. O diálogo com a S.I. é um dos

esforços de continuar a entender as reconceituações realizadas sobre o termo socialização, fato que destacamos ser muito importante e muito bem executado. Retomando Simmel, a autora destacou que:

Além disso, as interações entre as crianças, os adultos e os velhos permitem aos indivíduos a criação, recriação, repetição, contradição e exposição de pensamentos, modos de ser, de agir e de pensar. Tudo isso torna a socialização um constante fluir e pulsar que conecta todos os indivíduos (SIMMEL, 2003). Portanto, afirmar que somente as crianças são objetos de socialização é negar uma estrutura social organizada por todos que atuam e interagem. De outra parte, se for aceita a premissa de que somente os adultos socializam as crianças, recusa-se a ideia de que a[SIC] as crianças participam da estrutura social e aceita-se o preceito de que elas são realmente seres em devir e sem conhecimento (GOMES, 2012, p. 119).

Nesse ponto, percebemos que, de fato, a autora aderiu ao entendimento da S.I. e incorporou os pressupostos simmelianos para sua ampliação do conceito de socialização. Ao retomar o diálogo com a S.I., a autora escreveu que:

Sendo assim, a crítica à socialização é um tema que reaparece com frequência nos estudos da infância e que é dirigido sobretudo às concepções desenvolvidas por Émile Durkheim e Talcott Parsons. Em seu pequeno mas importante e original trabalho, *Childhood as a social phenomenon*, Jens Qvortrup (1990) afirma que em qualquer sociedade é necessário preparar as crianças para a vida adulta e protegê-las dos perigos. Na obra desse autor, sua crítica à socialização deve-se ao fato de não mais ser possível que apenas esse tema e o do desenvolvimento das crianças continuem a ser tratados nas pesquisas sociológicas sobre a infância (QVORTRUP, 1993). Para esse autor, é necessário ir além e compreender a socialização a partir da formação humana e das interações entre indivíduos. Contudo, muitos sociólogos da infância abordam a socialização com relutância, pois o conceito carrega um entendimento que valoriza uma natureza antecipatória (Id., 2002) (GOMES, 2012, p. 119-120).

É interessante destacarmos que Qvortrup, conforme a autora, vê como saturada e limitante a discussão de socialização associada ao desenvolvimento infantil; defende que deveríamos ir além. A autora, contudo, não apontou nesse excerto o que seria esse “ir além”. E novamente encontramos em mais uma pesquisa o apontamento de que quem pensa a infância na S.I. não vê com bons olhos o conceito de socialização. Apoiada nos escritos de várias autoras e autores da S.I., a autora destacou alguns elementos, quais sejam:

[...] socialização é um processo violento e doloroso no sentido, muito político, de que todas as pessoas são constringidas a tornar-se determinadas categorias de ser em vez de outras. Enquanto teoria, a sua fraqueza reside na necessidade de justificar o constringimento através de uma redução naturalista. Nem as sociedades nem os sistemas educativos têm de ser como são. O facto de serem como são é fruto de uma decisão (Ibid., 2002, p. 206) (GOMES, 2012, p. 121).

Nesse excerto, baseando-se nos escritos de Jenks, a autora enunciou o que seria um consenso na S.I.: o fato de que socializar, em seu sentido clássico, é um processo carregado de violência e dor, pois naturaliza, impõe como norma, o que seria apenas uma decisão, uma construção/convenção social. Em nosso entendimento, qualquer formação humana que se

fundamente em práticas violentas geradoras de sequelas morais, psíquicas e até físicas, que serão carregadas por toda uma vida, é uma deformação que deve ser evitada e combatida. Em outro excerto, a autora expôs que:

Leena Alanen (1994, 2001), Barrie Thorne (1993, 1987) e Barry Mayall (1997) julgam que o conceito de socialização está mais próximo da psicologia e da pedagogia do que da sociologia. Segundo as autoras, essas duas áreas ofuscam a infância e as crianças, pois nelas predominam os estudos sobre o desenvolvimento infantil individual. Além disso, Leena Alanen (1994) e Barrie Thorne (1987) comparam os estudos de gênero aos sociológicos da infância, pois eles revelam a marginalização de mulheres e crianças. Assim como as mulheres, as crianças ficaram ocultas no interior de categorias e instituições; assim como nos estudos feministas, os estudos da sociologia da infância centraram-se nas condições de vida e nas atuações das crianças. No caso das mulheres, elas ficaram circunscritas à estrutura de classe e vinculadas aos seus maridos ou pais (THORNE, 1987). No caso das crianças, elas foram relegadas a uma perspectiva familiar, escolar e/ou feminina (QVORTRUP, 1990) (GOMES, 2012, p. 122).

Apesar de não ser tão recente a crítica realizada pela S.I. ao conceito de socialização e a suas implicações, dos vários esforços de reconceituação e das propostas alternativas, parece-nos que nenhum outro conceito conseguiu se impor como alternativa. Por isso, destacamos a defesa do conceito de sociabilidade como um importante esforço para estabelecer outro conceito, com outras implicações no campo da S.I., de modo a contribuir para o entendimento da infância, cada dia mais complexa, na contemporaneidade. Destacamos outro importante excerto:

Até aqui fica evidente que a crítica desses sociólogos ao processo de socialização dirige-se às instituições, especialmente a familiar e a escolar. Muitas dessas críticas partem da perspectiva funcionalista, a qual sustentou os estudos da sociologia da educação. Porém, para Régine Sirota (2001), na atualidade a discussão acerca das crianças e da infância deveria ampliar seus horizontes. Deve-se “[...] desescolarizar a abordagem da criança [...]”, o que significa que a análise da socialização não pode se ater simplesmente aos problemas colocados pela escolarização (Ibid., p. 27-28). Trata-se de reconsiderar a socialização e de avaliar a infância como tópico de pesquisa para entender a forma de participação das crianças na produção, reprodução e transformação da sociedade. Essa perspectiva ultrapassa a instituição e revela o que a criança faz de si e o que é feito dela (SIROTA, 2010, 2001) (GOMES, 2012, p. 123).

Baseando-se nos escritos de Sirota, a autora destacou uma das mais importantes contribuições do campo da S.I.: o resgate da infância e da criança, que até então eram apenas vistas sob o jugo da família ou da escola. Outra vez, vemos aqui o apontamento realizado sobre o fato de que existe a necessidade de reconsiderar a socialização. Incorporando mais um autor, a autora escreveu:

Foi o que fez William Corsaro (2005, 2003, 2002) ao analisar como as crianças reproduzem valores, ideias e regras, e, principalmente, como elas produzem novas práticas e falas com seus pares e como interpretam aquelas aprendidas no cotidiano social. Esse modo de proceder é denominado pelo autor “reprodução interpretativa”, isto é, uma apropriação interpretada e reformulada a partir do universo simbólico infantil, o qual garante às crianças uma considerável variedade de conhecimentos

socioculturais. Nas interações e negociações que elas estabelecem com a sociedade estão presentes o uso criativo, o aprimoramento e a transformação dos recursos culturais disponíveis. Assim, as sucessivas reorganizações que as crianças fazem a partir de um processo coletivo de reprodução interpretativa provocam mudanças qualitativas sobre suas competências cognitivas e lingüísticas e nos seus contextos sociais (CORSARO, MOLINARI, 1997) (GOMES, 2012, p. 123).

É inegável a contribuição de Corsaro para a superação do conceito de socialização. Quando se utilizam termos como interação, reprodução interpretativa ou negociações, notamos que, gradativamente, são deixados de lado termos como socialização, processos de socialização, modos de socialização. Com isso, tivemos um primeiro movimento de tentativa de superação do conceito clássico. De acordo com Gomes (2012), outros autores já enfatizavam o conceito de interação:

Nesse sentido, o conceito de “interação” – fundamentado nos aportes teóricos de Max Weber, Georg Simmel e Anthony Giddens – possibilitou compreender que as ações humanas compartilhadas produzem os fenômenos sociais. Há aqui, por conseguinte, uma compreensão complexa e paradoxal entre a sincronia que envolve os fenômenos e a diacronia dos processos (GOMES, 2012, p. 164).

Esse importante destaque demonstra que o próprio termo interação, quando conceituado, já traria em si um entendimento distinto do proposto pelo termo socialização. Desse modo, a autora destacou que:

No caso estudado, as crianças socializaram-se, pois de modo criativo cada uma produziu e reorganizou com seus pares regras e normas relativas às relações de força, às diferenças entre os sexos e ao acesso ao consumo e à mídia. Contudo, essas ações ocorreram a partir de uma interação funcional. Em outras palavras, as ações das crianças abrangeram o universo infantil e a cultura da qual participavam e foram motivadas conforme a função e a posição ocupadas em cada situação. Sendo assim, as ações infantis articuladas às instâncias de socialização indicaram a condição complexa das relações sociais, mas também indicaram a maneira simples empregada pelas crianças para lidar com essas situações sociais (GOMES, 2012, p. 165).

Gomes (2012), com base nesse excerto, nos deu elementos para considerarmos que, apesar de em alguns casos o conceito de socialização revelar-se útil, principalmente em análises de que constem elementos verticais nas relações entre adultos e crianças, um conceito que não ignore esse aspecto e amplie seus domínios seria mais apropriado em nossas análises.

Saraiva (2014), em sua pesquisa etnográfica com crianças ricas, na qual procurou entender como se desenvolviam as relações dessas crianças com o restante da cidade, fez interessantes apontamentos. Baseada no pensamento de Benjamin, a autora indicou que “*brincar na rua* significa conhecer a cidade no seu modo *sui generis*, pois falamos de uma experiência lúdica produtora de sociabilidade, além do seu caráter socializador – *brincar na rua* também envolve uma partilha de valores e regras de conduta” (SARAIVA, 2014, p. 117). Ao mesmo tempo que escreveu sobre sociabilidade, a autora indicou, logo em seguida, que

teria um “caráter socializador”, vinculando ambos os termos. Além disso, o termo sociabilidade apareceu ligado ao termo lúdico. Em outro excerto, a autora escreveu que:

O que as crianças mostram é que a experiência da infância pode ocorrer em vários espaços e que os encontros, a sociabilidade, a socialização e as brincadeiras se desenrolam em territórios diferentes daqueles que encontramos nas chamadas “brincadeiras de rua”. Os espaços de lazer na cidade citados por elas mostram isso (SARAIVA, 2014, p. 124).

Temos, nesse excerto, mais um exemplo de como os termos socialização e sociabilidade são justapostos. Essa escolha formal transmite a impressão de que, para a autora, existem espaços de sociabilidade, ligados ao elemento lúdico, e espaços para a socialização, de caráter institucional. Para além dessas características, a autora destacou que seria importante observar como a sociabilidade das crianças mudou com o advento de novas tecnologias de comunicação. Segundo a pesquisadora, “elas acabam se tornando o ‘lugar’, ou o meio através do qual as mesmas constroem um território específico onde é possível compartilhar determinadas experiências que ocorreram na cidade. Entretanto, a sociabilidade das crianças não se reduz ao ‘universo online’”(SARAIVA, 2014, p. 137). Desenvolvendo mais um pouco o conceito de sociabilidade, articulado com o ambiente virtual, Saraiva (2014) informou que:

É importante lembrar que o uso do conceito de sociabilidade é uma tarefa indispensável para grande parte dos pesquisadores e pesquisadoras da cidade, tendo em vista que o olhar sobre a diversidade e as formas de interação na cidade são temas comuns entre os trabalhos que encontramos no eixo dos estudos urbanos. Dessa forma, procuramos apresentar brevemente o que entendemos por sociabilidade e qual o significado dessa sociabilidade situada entre o “real” e o “virtual” – que será melhor compreendida através dos próprios dados da pesquisa e no decorrer do texto (SARAIVA, 2014, p. 193).

Saraiva (2014) destacou que o conceito de sociabilidade é muito usado nas pesquisas sobre urbanismo. Vimos, ao longo dessa dissertação, que áreas como arquitetura e antropologia são as que mais utilizam o conceito de sociabilidade. Um fato interessante é que Simmel desenvolveu vários estudos<sup>34</sup> sobre a questão da urbanização, preocupado com os impactos na psique advindos da vida na metrópole. No próximo excerto, temos um apontamento muito importante para essa dissertação, qual seja:

---

<sup>34</sup> Ver os textos de Simmel: As grandes cidades e a vida do espírito (1903) - Texto original: “*Die Großstädte und das Geistesleben*”. In: SIMMEL, Georg. *Gesamtausgabe*. Frankfurt: M. Suhrkamp. 1995. vol. 7. pp. 116-131. Tradução de Leopoldo Waizbort.; e, Sociologia do Espaço - Artigo publicado na nova série do célebre *Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich* (ano 27, v.1, 1903, p.27-71), editado pelo historiador econômico Gustav Schmoller (1838-1917) em Leipzig desde 1875. A Organizadora do dossiê “O espaço na vida social” agradece a Leopoldo Waizbort o incentivo ao projeto de publicação deste texto e as sugestões bibliográficas cruciais. Agradece também a Ingrid Wehr, que viabilizou o acesso ao original de 1903, e a Rainer Domschke o amparo irrestrito no trabalho de tradução.

No texto “Sociabilidade Urbana”, Frúgoli Jr. (2007) lembra que o conceito de sociabilidade foi cunhado inicialmente no campo da Sociologia por Georg Simmel, e posteriormente adensado em um diálogo com a Antropologia através dos estudos urbanos. Enquanto no campo da sociologia a discussão girava em torno do que tornava a sociedade possível – questão clássica de Simmel –, na área dos estudos urbanos o conceito permitiu compreender os jogos e características da interação na diversidade da cidade (p. 8) (SARAIVA, 2014, p. 193).

Segundo Saraiva (2014), é em Simmel que, no campo da sociologia, inicialmente se desenvolveu o conceito de sociabilidade<sup>35</sup>, para depois ser adensado pelo campo da antropologia. Destacou o “conceito de sociabilidade em Simmel, tendo em vista que isso já é recorrente em várias pesquisas que se debruçam sobre a cidade” (SARAIVA, 2014, p. 194). Sobre esse ponto, a autora apresentou que:

Entretanto, se a sociabilidade urbana aparece como uma ferramenta conceitual indispensável para entender como a cidade se torna possível através das diversas formas de interação que nela se processam, ou seja, que a cidade se define em grande parte por essas interações na diversidade (onde a “não-interação” também é considerada uma forma de relação), de maneira semelhante, *podemos dizer que tal conceito é fundamental para a infância, pois a sociabilidade é o elemento chave que torna uma infância possível na cidade. É através do exercício da sociabilidade que as crianças partilham um universo comum e atribuem determinados significados e práticas a esse universo, e ela pode se desenrolar na rua, em casa, na escola, no shopping ou no ciberespaço* (SARAIVA, 2014, p. 194, grifos nossos).

Encontramos, nesse excerto, dois pontos importantes. O primeiro ponto é o fato de a autora considerar que o conceito de sociabilidade seria fundamental para o entendimento da infância vivida na cidade. Iríamos mais além: entendemos que o conceito de sociabilidade possibilita a quem se dedica aos estudos da infância uma ampliação de todas as análises possíveis, uma vez que, para Simmel, em toda forma de interação haveria uma forma de sociabilidade e a sociabilidade seria a mais pura forma de interação. No segundo ponto, destacamos um termo correlato ao conceito de sociabilidade, que poderia facilmente ser um sucedâneo do termo processo de socialização: o termo exercício da sociabilidade, pois entendemos que o exercício é um processo em andamento contínuo.

Pereira (2015) realizou uma pesquisa com a qual procurou observar e compreender os processos de socialização entre bebês e entre esses e os adultos. A autora fez um bom mapeamento do conceito de socialização, utilizou o termo sociabilidade, mas não o desenvolveu. Apesar de utilizar o conceito de socialização, a autora não se limitou à visão clássica. Baseando-se nos escritos de Plaisance, a pesquisadora entendeu que para utilizar “a noção de ‘socialização’ de maneira operacional necessitamos distingui-la em três níveis: a ‘socialização não se confunde com a sociabilidade’; a ‘socialização segundo Durkheim - o

---

<sup>35</sup> A autora indicou “densas análises sobre o conceito de sociabilidade em Simmel nos textos de Frúgoli Jr. (2007) e Waizbort (2000; 2002)” (SARAIVA, 2014, p. 194). Apenas encontramos os trabalhos de Waizbort em nossa procura por referenciais.

modelo vertical da imposição'; e a 'socialização segundo o modelo interativo'" (PEREIRA, 2015, p. 72). Destacou, mas não desenvolveu o que seria essa sociabilidade, que não poderia ser confundida com a socialização. Escreveu, ainda, que:

Quando o autor menciona que "a socialização não se confunde com a sociabilidade" aborda o quanto na linguagem comum da prática da educação de crianças jovens, a socialização é antes de tudo uma inclusão na sociedade, um afastamento da família que visa à experiência de outras organizações sociais. Essa abordagem defende que a primeira socialização da criança é circunscrita ao âmbito da família e as socializações secundárias podem dizer respeito à escola, ao meio de trabalho etc. A socialização designa então o processo geral que abrange toda a vida humana, ou seja, que constitui os seres humanos como seres sociais. A "socialização segundo Durkheim: o modelo vertical da imposição" define a educação como a ação dos adultos sobre os mais jovens, a ação de uma geração sobre outra, concebida, então, na sua força de imposição, e de coerção social. Já A[SIC] "socialização segundo o modelo interativo" refere-se às concepções contemporâneas da socialização, as quais defendem a construção do ser social por meio de múltiplas negociações com seus próximos e, ao mesmo tempo, na construção da identidade do sujeito (PEREIRA, 2015, p. 72).

Ao manter o conceito de socialização, a autora o propõe na interpretação interativa. Mas nem por isso ela deixou de considerar os pontos problemáticos desse conceito em seu sentido clássico. Conforme a autora:

O conceito de socialização quase sempre foi usado em referência à educação dos mais jovens, no sentido de transmissão intergeracional e de inserção de crianças em um sistema social com valores, regras, símbolos e conhecimentos de uma dada sociedade e cultura. Essa perspectiva está fundamentada em um modelo ideal de ser humano, um padrão a ser seguido na educação das crianças, consideradas seres sociais e em desenvolvimento (PEREIRA, 2015, p. 73).

Ao perceber essas limitações, a autora realizou um diálogo com o campo da S.I. de modo a ampliar seu entendimento sobre os processos de socialização, aproximando-se de uma análise interativa. A pesquisadora acrescenta:

Grigorowitschs (2008) em sua dissertação explica que o conceito de socialização em Simmel é qualquer forma de interação entre seres humanos. Após Simmel, ela cita que muitos outros autores também desenvolveram, de maneiras variadas, reflexões a respeito do conceito de socialização, como Parsons, Piaget, Habermas, e Luhmann, entre outros. De certo modo, muitos desses autores afirmam, como Simmel, que os processos de socialização constituem-se de interações e que os conceitos, valores, autoconceitos e estruturas individuais da personalidade se desenvolvem de maneira dinâmica nesses processos ocorrem desde a infância (PEREIRA, 2015, p. 73).

Nesse excerto, podemos perceber que o fato de a autora optar pela manutenção do termo socialização possa ser influência de Grigorowitschs, que vê na reconceituação uma possível solução para resolver as críticas realizadas ao seu sentido clássico. Como já afirmamos, uma proposta baseada em Simmel teria que utilizar outros termos para não incorrer numa aproximação do sentido durkheimiano. Ainda escrevendo sobre as críticas ao sentido tradicional, Pereira destacou que:

No modelo determinista, a sociedade apropria-se da criança. A criança é uma *iniciante* com potencial para contribuir com a manutenção da sociedade, no sentido de tornar-se um membro competente e contribuinte, e uma *ameaça*, que deve ser controlada. Nessa vertente, surgiram duas abordagens auxiliares diferenciadas entre si, principalmente, por suas concepções de sociedade. O modelo funcionalista que propunha a ordem, o equilíbrio na sociedade e destacava a importância de formar e preparar crianças para se enquadrarem nessa ordem, e os modelos de reprodução, que enfocavam conflitos e desigualdades sociais, e argumentavam que algumas crianças tivessem acesso diferenciado a certos tipos de treinamento. Foram essas perspectivas, funcionalistas e de reprodução, que caracterizaram o processo de socialização (PEREIRA, 2015, p. 74).

Na sociedade contemporânea, está cada vez mais difícil defender a existência de uma ordem natural das coisas, em que a criança teria apenas a função de manter a sociedade tal como ela é ou de apenas reproduzir o que lhe é transmitido por meio da educação. Fundamentando-se em escritos de Corsaro, a autora escreveu que:

Os teóricos dos modelos reprodutivistas (Bernstein, Bourdieu, Passeron, entre outros), segundo Corsaro (2011) são, no entanto, mais inventivos que os funcionalistas no seu ponto de vista sobre a socialização. Os autores dessa abordagem alegaram que a internalização dos requisitos funcionais da sociedade poderia ser vista como um mecanismo de controle social, levando à reprodução social ou manutenção das desigualdades de classe, e também apontaram para um tratamento diferenciado dos indivíduos nas instituições sociais que refletiam e apoiavam o sistema de classes dominante. Essas abordagens reprodutivistas percebiam a criança como resultante de um processo de perpetuação dos valores dominantes da sociedade, o que Bourdieu (1989) desenvolveu com sua teoria do *habitus* socialização (PEREIRA, 2015, p. 76).

Apesar da contribuição desse modelo, a proposta da S.I. não poderia se limitar a essa analítica. O próprio Corsaro, como já visto ao longo de nossa dissertação por meio dos trabalhos analisados, propôs o conceito de “reprodução interpretativa” que supera a compreensão de que as internalizações seriam apenas reprodução de uma ordem onibarcante, preexistente e imutável. Conforme a autora indicou:

Corsaro (2009, 2011) foi um dos autores que, desenvolvendo pesquisas com as crianças, declarou-se insatisfeito com esse conceito de socialização difundido. Nesse viés Corsaro (2011) apresenta em substituição ao termo *socialização* a noção de *reprodução interpretativa*, e apresenta um modelo de *teia global* das associações de desenvolvimento da criança em suas culturas. Segundo ele, o próprio termo *socialização* tem uma conotação individualista e progressista. Propõe, então: *Interpretativa* no sentido de que as crianças, através de sua participação na sociedade, atribuem aspectos inovadores, ou seja, indicando que elas criam e participam de suas culturas de pares por meio da apropriação das informações do mundo adulto, de forma a compreender seus interesses próprios. O termo *reprodução* quer dizer que as crianças não apenas internalizam a cultura, mas que contribuem ativamente para a produção e mudança cultural. Assim, as crianças são afetadas pelas sociedades e culturas, mas elas também as afetam (PEREIRA, 2015, p. 79).

Observamos que Corsaro foi um dos pioneiros na proposição de um termo em substituição ao termo socialização. Além de operar essa substituição, o conceito cunhado pelo

autor pressupõe um outro entendimento de como se desenvolveria a relação indivíduo e sociedade. Em outro fragmento, a pesquisadora escreveu que:

De acordo com Plaisance (2004) o papel constitutivo da socialização nas personalidades individuais continua a ocorrer ao longo de toda a nossa vida. A socialização é um processo geral que engloba toda a vida humana e constitui os seres humanos como seres sociais, sendo impossível, distinguir as socializações primárias, das secundárias. Os limites entre aquilo que tradicionalmente era definido como socialização primária (de incumbência da família) e de socialização secundária (de incumbência de outras agências) vão se diluindo cada vez mais, colocando em xeque aquelas teorias que abordam acerca da necessidade das crianças em adquirir estruturas estáveis de socialização primária antes de ampliar suas experiências a outras formas de sociabilidade (PEREIRA, 2015, p. 86).

Novamente, observamos que as últimas linhas desse excerto nos levariam a entender que as formas de sociabilidade seriam produtos dos processos de socialização; contudo, a autora não desenvolveu o que seriam essas formas de sociabilidade. Com o intuito de evitar equívocos conceituais, defendemos que os conceitos sejam minimamente desenvolvidos e localizados para que haja um bom entendimento durante a leitura e na própria análise realizada. Destacamos um último excerto, no qual podemos observar termos alternativos utilizados pela autora. Conforme escreveu:

As crianças, participando do cotidiano dos grupos de pares, socializam-se uma às outras (SARMENTO, 2002, 2005) e passam, a partir das experiências que vivenciam neste grupo, a construir práticas sociais e culturais, contribuindo para dar continuidade a essas práticas, mas também trazendo novos elementos para sua transformação. Nesse sentido, será a dinâmica das relações sociais e as habilidades de sociabilidade nas ações coletivas, que as crianças desenvolvem entre elas, que as capacitará para perceberem até que ponto se realiza a sua integração entre pares (PEREIRA, 2015, p. 219).

A autora, de acordo com o excerto, escreveu em termos de relações sociais e habilidades de sociabilidade, sem especificar, entretanto, o que seria, ou como ocorreria, essa sociabilidade. Segundo ela, nas ações coletivas, outro termo correlato passível de ser adotado, as habilidades de sociabilidade manifestar-se-iam. Podemos destacar três termos correlatos: relações sociais, habilidades de sociabilidade e ações sociais, que, no nosso entendimento, não remeteriam o leitor ao termo socialização em seu sentido tradicional.

Alcântara (2017) fez uma pesquisa que não utilizava, nem dialogava, com a S.I.. Também não discorreu sobre Durkheim ou Simmel. Versou sobre o conceito de sociabilidade em Kant que, de um modo ou de outro, estava no alicerce do pensamento tanto de Durkheim quanto de Simmel. Optamos, então, por desenvolver alguns pontos que poderiam nos ajudar a entender melhor alguns aspectos desses dois autores. Em primeiro lugar, destacamos, do contexto da tese, qual seria o papel da educação em Kant:

A educação é um elemento crucial do dispositivo conceitual levantada por Kant contra o irracionalismo do antiiluminismo. Nesse conceito, é tributária de uma

antropologia otimista para a qual a passagem do homem (de fato) à humanidade (como ideia) não é impossível, enquanto ideia reguladora e processo interminável. O que o homem faz de si mesmo passa pela ação e debate político, pela educação e não por um “fazer” que seja de ordem técnica e demiurgo (fabricar um novo homem como no totalitarismo). (VANDEWALLE, 2004, p. 35) (ALCÂNTARA, 2017, p. 13).

Nesse excerto, podemos enxergar o que poderia ser a fonte da qual Durkheim bebeu para desenvolver seu entendimento de socialização como sinônimo de educação. Seria em Kant que encontraríamos o princípio de que o indivíduo se torna social após ser preparado para isso.

Conforme indicou a autora, Kant, “ao considerar a *insociável sociabilidade* como elemento intrínseco ao ser humano, conclui que o indivíduo sozinho não pode cumprir a destinação da espécie humana no que diz respeito à educação” (ALCÂNTARA, 2017, p. 19). Haveria uma preponderância do todo sobre a parte, compreensão que reverbera no entendimento durkheimiano acerca do peso que a sociedade teria sobre o ser. A pesquisadora definiu a sociabilidade como algo que se desenvolveria em “decorrência da ação de socialização secundária, tarefa da educação infantil, que, lança as bases, para que mais tarde, possa vir a ser desenvolvido um projeto de educação cosmopolita visando a formação do cidadão” (ALCÂNTARA, 2017, p. 19). Veríamos aqui o projeto de Durkheim, não?

Alcântara (2017), baseando-se em Barreto, indicou que a educação somente poderia ser realizada na espécie, na “condição que faz da educação uma atividade promotora da sociabilidade, sem a qual seria impensável o desenvolvimento da história humana. Assim, ao promover o desenvolvimento da natureza humana, a educação promove, também, a sociabilidade” (ALCÂNTARA, 2017, p. 19). Sua tese teve como objetivos específicos entender a disciplina, a sociabilidade e o cosmopolitismo como um fundamento do que denominou Pedagogia Kantiana (ALCÂNTARA, 2017). Ao indicar o modelo de sociabilidade kantiano, a autora escreveu que:

Atentemos para a relação estabelecida neste último fragmento da citação de Barreto (2009): somente pela educação ele [o homem] pode dar os primeiros passos para a sociabilidade, sendo o primeiro destes a disciplina. A partir da citação podemos associar disciplina e sociabilidade e nos perguntarmos: Torna-se sociável quem foi disciplinado? Torna-se disciplinado quem se socializou? A disciplina promove a sociabilidade? Ou, dentro de um ambiente de socialização o homem se disciplina? (ALCÂNTARA, 2017, p. 111).

A autora fez questões muito pertinentes sobre como se daria essa forma de sociabilidade advinda da disciplina. Notamos que ela escreveu os termos sociável, socializou e sociabilidade nas diversas perguntas. Termos esses que poderiam, num primeiro momento,

ser vistos como apenas sinônimos para o mesmo processo. Vejamos o que a autora desenvolveu logo em seguida:

Antes de responder estas questões, a partir da obra de Kant, vamos lançar nossa hipótese: em nossa compreensão, as duas grandes tarefas da educação infantil, se nos atrevermos a pensá-las segundo os preceitos kantianos, seriam: disciplinar e socializar! Para alcançá-las não podemos separá-las. O homem sofre a ação disciplinar dentro de um ambiente de socialização. É no contexto social que o homem se disciplina. A educação que emana de um contexto escolar, será aquela que o prepara nesta direção. Mas, também, os cuidados e a disciplina, ainda que sejam uma tarefa desempenhada pelos pais ou primeiros cuidadores, estão intrinsecamente relacionados a uma educação voltada para a sociabilidade. As recomendações feitas por Kant acerca dos cuidados iniciais com os bebês tornam-se uma forma de preparo físico que consiste em disciplinar, desde o início, mas, também promovem uma subjetividade preparada para a convivência com o outro. Todo projeto kantiano de educação está, nas entrelinhas, voltado para esse objetivo conjunto: disciplinar e socializar (ALCÂNTARA, 2017, p. 111).

Entendemos que esses fragmentos estariam ligados às bases do pensamento durkheimiano, pois enxergamos, apesar dos usos alternados dos termos sociabilidade e socialização, apenas uma perspectiva coercitiva, disciplinadora e, de certa forma, penosa (no sentido de impor sofrimento), que visaria apenas o ser socializado e disciplinado. Também é importante destacarmos que Simmel, apesar de ser visto como neokantiano, se apresenta como algo bem distante desse modo duro de pensar o processo relacional indivíduo e sociedade. Como tema para outras pesquisas, seria muito interessante fazer um resgate do pensamento kantiano e ver de quais aspectos, desse arcabouço teórico, Durkheim e Simmel se apropriam, e quais avançam ou mantêm.

Souza (2019) fez uma pesquisa sobre a relação do brincar e as tecnologias. Buscou entender as novas formas de sociabilidade proporcionadas por essas novas ferramentas. A autora utilizou os termos socialização e sociabilidade. Definiu brevemente o conceito de socialização; o de sociabilidade, por sua vez, não experimentou a mesma sorte. Vejamos alguns excertos que explicitam o uso dos termos alternadamente. Conforme a autora:

Entretanto, se comparando com as tecnologias digitais presentes entre as crianças dos tempos atuais – que favorecem a comunicação móvel, sem fio, potencializam *espaços de interação híbridos* entre o contexto físico e o digital, permitindo *novas formas de sociabilidade* – percebemos que os eletrônicos ou as tecnologias as quais tínhamos acesso antes, na maioria das vezes, nos colocavam em uma posição apenas de consumidores de informações. Posso dizer que, para a minha “geração”, a tecnologia que marcou a *experiência da infância* foi a televisão e seus programas diários matinais direcionados para o público infantil (SOUZA, 2019, p. 18, grifos nossos).

Destacamos que, no entendimento da autora, haveria contemporaneamente o que se denominou espaços de interação híbridos, constituídos nos contextos tanto físicos quanto digitais. Esses novos espaços proporcionariam uma experiência de infância marcada pelas novas formas de sociabilidade. Em outro momento, destacou que:

Nessa mesma linha de argumentação, Sarmiento (2004) esclarece que o efeito da institucionalização da infância realizou-se na conjugação de alguns fatores, sendo a criação de *instâncias públicas de socialização* – principalmente, através da organização da escola pública e da sua expansão como escola de massa – o mais decisivo deles. No nosso entendimento, *a escola surge como o principal espaço de socialização e uniformização, impondo um padrão universal dos saberes e comportamentos, e assumindo, ao mesmo tempo, a função de prevenção e moralização*. Na análise de Kuhlmann Jr. (2010), com as instâncias de socialização, a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, passando a viver uma condição de isolamento na escola (SOUZA, 2019, p. 109, grifos nossos).

Se, no entendimento da autora, a escola seria o principal espaço de socialização e uniformização, no qual haveria imposição, perpetrada de inúmeras formas, de uma moralidade e de saberes considerados universais, faz sentido, em nosso entendimento, que ela continue a utilizar o conceito de socialização. Mas não se limitou à visão tradicional; fez uma pequena ampliação do debate com alguns referenciais da S.I. e de outros campos. Como exemplo, podemos indicar o excerto a seguir:

Nesse sentido, reforçamos a ideia de que existe a ação/atuação das crianças na sociedade nesse momento vivido por elas, pois a participação delas no futuro, quando lá chegarem, não será mais enquanto crianças, mas sim como adultos. Além disso, conforme afirma Gomes (2015), não podemos jamais esquecer que “essa participação e atuação significa socializar-se, ou seja, é a criança que articula sua socialização a partir das relações que estabelece com a comunidade da qual participa.” (p. 131) (SOUZA, 2019, p. 117).

Como já discutido nesse trabalho, Gomes é uma autora que realizou um debate com a S.I. sem deixar de lado sua filiação aos estudos da socialização dentro do campo da Sociologia da Educação. Desse modo, mesmo ampliando o conceito, não há proposição de um termo alternativo ao de socialização. Em outro excerto, novamente podemos observar a estreita relação estabelecida entre a brincadeira e a sociabilidade. Conforme a autora escreveu:

Constituindo-se um saber e um conjunto de ações e práticas partilhadas pela criança, entendemos que a sua autoria está estreitamente associada à sua formação como sujeitos culturais e à constituição de culturas em espaços e tempos nos quais interage com seus pares. Nessa interação, a brincadeira é um lugar de construção da cultura, assim como um suporte de sociabilidade (SOUZA, 2019, p. 119).

O aspecto lúdico tem sido constantemente evidenciado como um aspecto da sociabilidade; além disso, como um elemento essencial na constituição das interações entre pares e construção de cultura. Como exemplo de um trabalho sobre socialização e sociabilidade entre crianças, a autora citou o texto “*As 'trocinhas' do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis*”, de autoria de Florestan Fernandes, de 1979. Segundo Souza (2019), o texto:

Tratou-se de um registro inédito de elementos constitutivos dos folclores infantis, analisados a partir da observação de um grupo de crianças residentes no bairro operário Bom Retiro, na cidade de São Paulo que, depois da escola, juntava-se nas ruas para brincar. Neste trabalho, o pesquisador trouxe uma descrição detalhada de

tudo o que as crianças mostravam quando *interagiam entre elas*, e analisa o modo como se realiza o *processo de socialização das crianças*, como constroem seus *espaços de sociabilidades*, quais características dessas *práticas sociais* e como se constituem as culturas infantis (SOUZA, 2019, p. 130, grifos nossos).

Percebemos que, para a autora, Florestan desenvolvia em seu texto análises que compreendiam a socialização e a sociabilidade como elementos constitutivos das culturas infantis, apesar de não utilizar o termo sociabilidade. Florestan tem sido considerado pioneiro nos estudos sociais sobre a infância (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2010), sendo um marco sobre o tema no âmbito da produção nacional. Temos como hipótese que o conceito de sociabilidade começou a emergir a partir dos anos 2000 e teria uma correlação quando ocorreu a intersecção do campo da S.I. com o da Educação, especialmente com a Educação Infantil. Desde então, passou-se a atentar mais para as interações das crianças em contextos de ludicidade.

Souza (2019) indicou as transformações causadas pelas tecnologias digitais quando escreveu, baseada nos escritos de Pereira, que:

Nos estudos sobre a cultura digital e a mobilidade, tornou-se presente a compreensão de que as tecnologias digitais engendram profundas transformações nos modos de produção e de propagação da cultura, constituindo “novas formas de produção subjetiva e novos modos de sociabilidade em que se destacam a potencialidade de enunciação dos sujeitos e as possibilidades de produção colaborativa” (PEREIRA, 2013, p. 322) (SOUZA, 2019, p. 137).

Apesar de aparecer, constantemente, que haveria novas formas de sociabilidade ou novos modos de sociabilidade, a autora não desenvolveu, o que é de se lamentar, o que compreendia por esses termos. Ao escrever sobre o que teria sido estabelecido pela denominada cultura digital, a autora definiu que:

Portanto, compreendemos que na cultura digital pode se estabelecer um processo pleno pela efetiva possibilidade de fenômenos comunicativos, de produção e circulação de conteúdos e informações, e nesse contexto, com *a interação proporcionada por essas tecnologias*, emergem práticas de colaboração, aliando de forma mais forte a comunicação, o entretenimento, *a sociabilidade* e a mobilidade (SOUZA, 2019, p. 158, grifos nossos).

Novamente, como ao longo de todo o texto, o termo sociabilidade apareceu, sem, contudo, ser definido. Outra ocorrência dessa mesma situação pode ser lida em:

Observamos que com a comunicação móvel, sem fio, potencializou-se o espaço de interação híbrida entre os espaços físicos e digitais, permitindo assim, ‘novas formas de interação e sociabilidade, passando a constituir espaços nômades, interconectando lugares descontínuos’ (CORDEIRO, 2014, p. 162) (SOUZA, 2019, p. 184).

Podemos perceber, pelos excertos expostos por Souza (2019) em sua dissertação, que tanto Pereira quanto Cordeiro, supracitados, utilizam o termo sociabilidade. A autora também utilizou o termo ao discorrer sobre uma consideração realizada por Corsaro:

Corsaro (2011) sinaliza que, quando olhamos com atenção para os conflitos que ocorrem nas interações entre pares, percebemos que esses “[...] geralmente servem para fortalecer as alianças interpessoais e organizar os grupos sociais” (p. 182). Para esse mesmo autor, os conflitos também contribuem para a criação de um equilíbrio necessário ao desenvolvimento e, ainda, para fecundar outras estruturas de sociabilidades (SOUZA, 2019, p. 373).

Capturou nossa atenção o termo estruturas de sociabilidades que a autora utilizou ao escrever sobre o conflito nas interações entre pares, baseando-se em escritos de Corsaro, destacando-o como um importante elemento de interação, sendo o primeiro excerto selecionado de que consta o termo supracitado. Gostaríamos que a autora tivesse desenvolvido o que entendia por sociabilidade, modos de sociabilidade, formas de sociabilidade e estrutura de sociabilidade, pois teria sido de grande auxílio na compreensão do conceito de sociabilidade como alternativa ao conceito de socialização. Por fim, destacamos o próximo fragmento:

Entendemos também que a função social da infância, as interdependências que as crianças estabelecem com seus pares, com os jovens e com os adultos nas diferentes instâncias de socialização estão relacionadas às interferências de suas atuações nos espaços e tempos sociais dos quais participam. Assim, inseridas na cultura, as crianças vivenciam, compartilham e a produzem. Tornam-se, portanto, sujeitos sociais que, ao mesmo tempo, no seu processo de desenvolvimento aprendem, agem, pensam, desejam, manipulam objetos, fazem uso de símbolos, conhecem, transformam e reproduzem interpretativamente o contexto em que vivem. E tudo isso acontece enquanto as crianças estão desenvolvendo uma atividade que para elas é séria, que é o brincar (SOUZA, 2019, p. 405).

Souza (2019), apesar de não conceituar o termo sociabilidade, nos apresentou pontos muito interessantes em sua pesquisa. Utilizou o termo socialização e sociabilidade ao longo de seu texto. Valeu-se de contribuições de autoras e autores que também utilizaram o termo sociabilidade em seus trabalhos. Fato que, para nós, exemplifica o quão importante é dedicarmos algumas páginas para desenvolver os conceitos com os quais vamos trabalhar em nosso texto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, podemos dividir o que encontramos em três grandes blocos: o grupo que mantém o termo socialização e não quer mudar; o grupo que tenta romper com o conceito, mas que, eventualmente, aproxima-se do sentido clássico de socialização; e, por último, o grupo que se vale de outros termos ou expressões, na medida em que fazem parte de um arcabouço teórico que licencia uma outra perspectiva sobre o fenômeno da interação social.

Importou-nos apresentar alguns pontos que caracterizam o último grupo: os que apresentam - ou abrem caminho para - outro conceito para compreender e analisar o modo pelo qual os indivíduos se relacionam com/na/para/contra a sociedade. Porém, inserimos elementos que encontramos nos grupos - que mantêm ou que ensaiam o rompimento, mas que incorrem numa certa aproximação com o sentido clássico - que consideramos corroborar o nosso entendimento da necessidade de adotarmos um outro termo.

Em nosso levantamento, identificamos Plaisance (2004) como o primeiro pesquisador da infância a utilizar o termo sociabilidade em seu trabalho, destacando esse termo como algo distinto do termo socialização. Além disso, indicou o modelo interativo de compreensão da relação entre indivíduo e sociedade como a alternativa viável ao paradigma funcionalista, destacando que, no terceiro nível, teríamos a socialização compreendida no interior do modelo interativo, com o qual as análises contemporâneas do processo de socialização insistiriam “na construção do ser social por meio de múltiplas negociações com seus próximos e, ao mesmo tempo, na construção da identidade do sujeito” (PLAISANCE, 2004, p. 225).

Nos trabalhos de Sirota (2004) e Prado (2005) encontramos indícios de como utilizar o termo sociabilidade como alternativa ao de socialização. São trabalhos acadêmicos que se podem tomar como exemplo de como trabalhar de modo a não nos alinharmos ao modelo clássico de entendimento do fenômeno da socialização.

Prado (2005) utilizou-se de termos como: interações sociais, processos sociais, interesses, valores, relações diversas na diversidade, convívio coletivo, interações, relações, corpo curioso e ativo, de modo a conceber que a relação pedagógica deveria ser um acontecimento de mão dupla. De modo similar, Sirota (2004) utilizou termos alternativos, tais como: rede social, múltiplas negociações, normas e valores da infância, ritual coletivo, rede de sociabilidade e círculo de sociabilidade. A autora não fez um aprofundamento teórico do

que compreendia por sociabilidade, e utilizou o conceito de socialização em sua acepção mais ampla, prescindindo de sua definição.

Destacamos o trabalho de Martins Filho (2008) que, em sua pesquisa, desenvolvida em uma creche, pôde trazer elementos que evidenciaram que o modelo clássico não apreenderia satisfatoriamente o que fora observado. O autor identificou situações nas quais as crianças interagem, relacionavam-se, criavam e negociavam regras que assumiam ou atribuíam a si mesmas. Embora esteja no grupo que não fez uma proposta de uso de termos alternativos, consideramos os elementos observados como uma evidência da necessidade de um conceito, tal como o de sociação, mais abrangente, para que as situações as mais diversas sejam consideradas no interior do próprio conceito.

Identificamos a pesquisadora Grigorowitschs (2008) como uma das primeiras a propor uma ampliação do entendimento do fenômeno de socialização com base nas proposições de Simmel e outros autores. Para essa autora, apenas a redefinição/reconceituação do termo socialização, com base em outros referenciais teóricos, seria o suficiente para transpor o entendimento clássico.

Na produção de Prado (2012), Simmel está referenciado como o aporte teórico para o entendimento do que seria o conceito de sociabilidade dentro da perspectiva de uma pesquisadora que está inserida no campo da S. I.. De forma indireta, Finco (2010) trabalhou com o termo sociabilidade utilizando o trabalho de Prado como referência; adicionalmente, utilizou o termo socialização em seu trabalho. Por também estar inserida no campo da S. I., Finco (2010) pode ter sido influenciada por Prado na utilização de um termo alternativo ao de socialização.

Em seu trabalho, Silva (2011) alinhou uma ampla defesa, um tanto quanto enfática, do uso de outro termo como alternativa ao de socialização. Esse autor utilizou o termo socialidade baseando-se nos trabalhos de Simmel e de outras autoras e autores do campo da antropologia.

Gomes (2012), embora esteja inserida no campo da sociologia da educação, realizou uma boa articulação com o campo da S. I. visando a ampliar a definição do conceito de socialização. Também utilizou Simmel como aporte teórico com o qual verificou a possibilidade de entendimento do fenômeno de socialização como algo mais amplo e que necessitou ser revisto e reconceituado no próprio campo da sociologia da educação.

Dentro do campo da educação, alguns trabalhos parecem indicar a necessidade da utilização de ambos os conceitos; uma situação na qual seja observada uma relação rígida, vertical e hierarquizada consideram melhor adequar-se ao conceito de socialização; por outro

lado, às situações em que exista uma relação flexível, horizontal e consensualizada associam, como termo mais apropriado, *sociação/sociabilidade* e/ou outros. Pensamos que haja um certo equívoco conceitual, até mesmo uma demonstração de falta de compreensão mais aprofundada do conceito de *sociação*, pois as *sociações* são múltiplas, são formas as mais variadas, as quais incluiriam tanto uma situação quanto a outra. Entre essas formas, a *sociabilidade* é a que se dá entre os pares, na qual a *sociação* visa somente e apenas a própria *sociação*. A totalidade de trabalhos levantados evidenciam elementos com os quais poderíamos vislumbrar um deslocamento conceitual ocorrendo de modo lento e gradativo.

Após essa breve síntese, podemos indicar que: identificamos que os dados apresentados possibilitam compreender que haveria, sim, um movimento de superação do uso do conceito de *socialização* em seu sentido durkheimiano. Em segundo lugar, podemos indicar a possibilidade de consolidação de uma *Sociologia da Infância Relacional* de abordagem não estruturalista com base no pensamento simmeliano.

Outro ponto que podemos identificar é a existência de dois movimentos: no primeiro, identifica-se o uso do conceito de *Reprodução Interpretativa* desenvolvido por Corsaro, defensor da necessidade da adoção de outro conceito, como alternativa ao conceito de *socialização* em seu sentido clássico. Contudo, vimos que tem ocorrido alguns equívocos ou misturas terminológicas (inconsistências teóricas, de forma geral) que acompanham a proposta de Corsaro, que poderiam levar o leitor a ficar confuso com o uso alternado dos termos, ou com o posicionamento teórico explícito de se escrever com vista a abandonar e superar a visão clássica que, logo em seguida, é acompanhado do uso de termos ligados a essa visão. No segundo, temos indícios de aderência ao conceito de *sociabilidade* e, em alguns casos, a adoção direta desse conceito. Embora uma compreensão um pouco mais aprofundada das propostas teóricas de Simmel indiquem que o termo mais apropriado, que deveria ter sido utilizado no lugar de *sociabilidade*, seria o de *sociação*.

Entendemos que ao utilizar termos correlatos ao de *socialização*, tais como: *processos de socialização*, *modos de socialização*, *socializar*, *socializado*, as propostas que visam a ampliar ou a reconceituar o termo *socialização* poderiam encerrar em seu sentido durkheimiano. Por outro lado, pensamos que, ao serem utilizados termos correlatos a *sociabilidade*, tais como: *formas de sociabilidade*, *sociabilidades*, *interações*, *relações sociais*, *práticas sociais*, *sociações*, *sociabilizar*, entre outros, podemos distanciar-nos do modo de entendimento que subjaz à abordagem sociológica clássica do processo de interação indivíduo *versus* sociedade.

Notamos também que a polissemia do conceito socialização e, às vezes, a ignorância sobre ele, influiu o modo pelo qual a Sociologia da Infância tem efetuado esforços teórico-metodológicos para abandonar a visão clássica desse conceito. Adicionalmente, poderíamos entender que isso também afetaria diretamente o modo como ocorrem as intervenções com crianças, pois o conceito de socialização clássico pode operar como embasamento teórico para práticas não desejáveis.

Outro ponto que mereceria maior tempo de dedicação numa pesquisa é o entendimento de Simmel sobre a Liberdade de Associação. Como ela poderia ser compreendida na contemporaneidade? Poderia ser aplicada? Independentemente de possíveis respostas, compreendemos que essa liberdade de associação seria aquele algo que não pode ser controlado, regrado, aprisionado, reprimido; que sempre foge, pois as possibilidades são infinitas.

Ao nos referirmos ao âmbito da sociabilidade (*Geselligkeit*), retomamos também o seguinte fragmento do pensamento de Simmel: “esse reino pode mostrar a essência mais profunda da vida, da maneira a mais completa, coerente e homogênea que qualquer tentativa de apreendê-la realisticamente e sem distanciamento” (SIMMEL, 2006, p. 80-81). Em nossa reflexão, essa passagem seria de suma importância nessa dissertação, na medida em que se pode identificar as interações entre as crianças com aquilo que Simmel designaria por sociabilidade. Se considerarmos que as interações infantis são plenas de vida e espontaneidade, estabelecendo-se, portanto, em íntima e imediata associação com a vida, a passagem se torna muito significativa. As interações entre as crianças patenteiam, por esse motivo, “a essência mais profunda da vida” (Ibidem, p. 81).

Destacamos que os termos socialização e sociabilidade apareceram em um mesmo texto em várias passagens, porém, a escolha de um ou outro termo transmitiu a ideia de que os espaços onde reina a sociabilidade estariam ligados ao elemento lúdico - com relações horizontalizadas; enquanto os espaços onde reina a socialização estariam ligados à seriedade - de caráter institucionalizado e de relações verticalizadas. Porém, indicamos que a amplitude conceitual necessária e suficiente residiria no termo socialização (*Vergesellschaftung*) que, em nosso entendimento, daria conta de ambos os aspectos.

Retomando a questão de que seria necessário para a Sociologia da Infância propor um novo conceito para se estabelecer como campo de conhecimento, poderíamos responder, mesmo que de modo não totalmente conclusivo, que sim. Compreendemos que, para se estabelecer como campo e se afastar de compreensões obsoletas, a S. I. deveria adotar ou cunhar conceitos em cujo cerne existam pressupostos, tais como: agência do indivíduo em

todos os momentos de sua existência; a consideração dos atores sociais independentemente de seu grupo de pertencimento, o que incluiria crianças de todas as idades; a horizontalidade das relações, com o pressuposto de que, ao mesmo tempo que sofremos ação, nós também a efetuamos; e, por fim, a compreensão de que todos estamos em estado de mudança, de absoluta impermanência, cujo ciclo só finda na morte.

Com base em tudo que se expôs nesse trabalho, destacamos que o conceito de sociabilidade seria fundamental para as análises que busquem compreender a infância na contemporaneidade. Avançaríamos ao compreender que esse conceito possibilitaria às estudiosas e aos estudiosos da infância uma ampliação de suas análises, porquanto no pensamento simmeliano há o pressuposto de que em toda interação haveria uma forma de socialização, sendo a sociabilidade sua forma mais pura.

Percebemos que a constituição do campo da Sociologia da Infância ainda depara com esse desafio a resolver. Acreditamos que os conceitos de socialização e sociabilidade desenvolvidos por Georg Simmel auxiliaram na superação desse desafio, uma vez que fosse adotado juntamente aos termos correlatos. Com isso, os impactos também poderiam recair sobre a escola, uma vez que essa instituição fosse transformada em um espaço de formas de socialização e sociabilidade, não mais de pura socialização no sentido durkheimiano. Vemos como positivo o abandono do termo socialização durkheimiano e de seus correlatos no desenvolvimento de análises cuja proposta seja embasada pela Sociologia da Infância.

Por fim, apontamos os limites dessa pesquisa, pois a obra de Simmel ainda não fora totalmente traduzida para o português. As versões do pouco material traduzido contam com problemas de tradução, e, muitas vezes, como é corriqueiro nas traduções, são feitas do inglês para o português, não diretamente do alemão - como deveria ser. Indicamos que o exercício teórico de aproximação da S.I. com o pensamento de Simmel foi apenas iniciado com esse trabalho; muitas pesquisas ainda se fazem necessárias para maior proveito e aprofundamento do arcabouço teórico de um autor tão importante como Georg Simmel.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Conceito. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. - 5ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, p.164, 2007.

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. **Educação**, v. 35, n. 1, p. 39-52, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1602> Acesso em: 10 de out. 2020.

ALCÂNTARA, Cássia Virginia Moreira de. **Disciplina e sociabilidade: fundamentos de uma pedagogia moral da infância em Kant**. 2017. 159 f. Tese (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4602> Acesso em: 19 set. 2020.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti; MACIEL, Louise Claudino. A individualidade em Simmel e Elias: contribuições teóricas para uma sociologia do indivíduo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 101, p. 259-290, Ago. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452017000200259&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452017000200259&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-259290/101>.

ANDRADE, Leandro Antonio de. **Ensaio sobre a genealogia, o ressentimento e o mestre ascético**. Dissertação (Mestrado em Educação). São Carlos: UFSCar, 2016. 91 p.

ANGELO, Julia de Souza Delibero. **Pequenos compradores: o consumismo e a brincadeira na educação infantil**. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10416> Acesso em 19 set. 2020.

BÁRBARA, Lenin Bicudo. **Simmel e a analogia: investigações sobre uso e os aspectos epistemológicos da analogia na Soziologie e na Philosophie des Geldes de Georg Simmel**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.8.2012.tde-15032013-104535.

BÁRBARA, Lenin Bicudo. A vida e as formas da sociologia de Simmel. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 89-107, Dez. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702014000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000200006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 Abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000200006>.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entrecer destas culturas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1059-1083, Out. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302007000300020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300020&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 Set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300020>.

BELLONI, Maria Luiza. Infância, mídias e educação: revisitando o conceito de socialização. **Perspectiva** (UFSC), v. 25, p. 57-82, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/1629/1370>. Acesso em: 12 Jan. 2020.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é Sociologia da Infância**. 1ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.

CASTRO, Lucia Rabello de; GRISOLIA, Felipe Salvador. SUBJETIVAÇÃO PÚBLICA OU SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA? SOBRE AS ARTICULAÇÕES ENTRE O “POLÍTICO” E A INFÂNCIA. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 971-988, Dez. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302016000400971&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000400971&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 Set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302016167363>.

COHN, Gabriel. As Diferenças Finas: de Simmel a Luhmann. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 38, s/p., Out. 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091998000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000300003>.

CONNELL, Raewyn. O Império e a Criação de Uma Ciência Social. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n. 2, jul -dez 2012, pp. 309-336. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/85/50> Acesso em: 25 ago. 2020.

CORREIA, Luciana Oliveira; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes Castro; GOUVEA, Maria Cristina Soares. Movimentos sociais e experiência geracional: a vivência da infância no Movimento dos Trabalhadores sem Terra. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 46, p. 143-166, Dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982007000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 23 Set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982007000200005>.

CORSARO, William Arnold. Reprodução interpretativa e cultura de pares. In: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida Carvalho (Orgs.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro**. São Paulo: Cortez Editora, 2009. p. 31-50.

COSTA, Simone Pereira da. Apontamentos para uma leitura de Georg Simmel. **Diálogos**, v. 3, n. 1, p. 291 - 307, 9 jun. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37547> Acesso em: 21 Mar. 2020

CUNHA, Lucas de Lima e. **Processo de socialização da violência na infância e na adolescência: entre práticas e sofrimentos de violência em casa, na rua e na escola**. Dissertação (Mestrado), 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/39524?show=full> Acesso em: 21 set. 2020.

DINIZ, Priscila Ribeiro Jerônimo. **Criança adventista: um estudo sobre a evangelização infantil**, 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7813> Acesso em 01 out. 2020.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. tradução Paulo Neves; revisão da tradução Eduardo Brandão. - 3ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. **O individualismo e os Intelectuais**. Org. e Ed. Marcia Consolim, Márcio de Oliveira, Raquel Weiss. Edição Bilingue e crítica. - 1 ed. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FABRICIO, Mariana Gonçalves. **GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA: um estudo sobre a Resolução CNE 002/2015 na formação inicial de professoras do Sudeste**. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFSCar, 2020. 127 p. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13596> Acesso em: 12 Mai. 2021.

FERNANDES, Florestan. As trocinhas do Bom Retiro. In: FERNANDES, Florestan. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

FERREIRA, Flávia Martinelli; WIGGERS, Ingrid Dittrich. Infância e urbanidade nos parques infantis de São Paulo. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 45, e194024, p. 1-17. 2019 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022019000100572&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100572&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 Set. 2020. Epub Ago 12, 2019. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201945194024>.

FINCO, Daniela. **Educação Infantil, espaço de confronto e convívio com as diferenças: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero**. 2010. 198f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GARCIA, José Luís. Sobre as origens da crítica da tecnologia na teoria social: Georg Simmel e a autonomia da tecnologia. **Sci. stud.**, São Paulo , v. 5, n. 3, p. 287-336, Set. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-31662007000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662007000300003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662007000300003>.

GIDDENS, Anthony. **as ideias de DURKHEIM**. São Paulo: CULTRIX, 1978.

GOMES, Lisandra Ogg. O cotidiano, as crianças, suas infâncias e a mídia: imagens concatenadas. **Pro-Posições**, Campinas , v. 19, n. 3, p. 175-193, Dez. 2008 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072008000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000300009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000300009>.

GOMES, Lisandra Ogg. **Particularidades da infância na complexidade social: um estudo sociológico acerca das configurações infantis**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26062012-154412/pt-br.php> Acesso em: 28 set. 2020. doi:10.11606/T.48.2012.tde-26062012-154412.

GRIGOROWITSCHS, Tamara. O conceito "socialização" caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 102, p. 33-54, Abr. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302008000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000100003>.

GRIGOROWITSCHS, Tamara. Jogo, mimese e infância: o papel do jogar infantil nos processos de construção do self. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 230-246, Ago. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782010000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200003>.

KUNTZ, Fárida Monireh Rabuske. **Crianças no YouTube: um estudo etnográfico sobre as infâncias e suas estratégias de relacionamento nas mídias digitais / Dissertação (Mestrado)**, 2018. 125 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, RS. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19084> Acesso em: 10 set. 2020.

LESSA, Juliana Schumacker. **O espaço alimentar e seu papel na socialização da infância: o caso de uma creche pública**. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSC, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95440?show=full> Acesso em: 21 set. 2020.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Forma e experiência: a visão ambivalente de Simmel. **Logos**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 51-55, jan. 2015. ISSN 1982-2391. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/14660>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MARTINS FILHO, Altino José. Práticas de socialização entre adultos e crianças, e estas entre si, no interior da creche. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 97-114, Abr. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072008000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000100014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000100014>.

MARTINS, Paulo Henrique; GUERRA, Juliana de Farias Pessoa. Durkheim, Mauss e a atualidade da escola sociológica francesa. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 186-218, Dez. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222013000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222013000300009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222013000300009>.

MAUSS, Marcel. Três observações sobre a sociologia da infância. **Pro-Posições** [online]. 2010, v. 21, n. 3, pp. 237-244. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0103-73072010000300014>. Acesso em: 11 mai. 2021. Epub 13 Jan 2011. ISSN 1980-6248. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072010000300014>.

MAUTNER, Thomas. Conceito. In: MAUTNER, Thomas. diretor. **Dicionário de filosofia**. Lisboa: Edições 70, p.157, setembro de 2010.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 391-403, Ago. 2005.

Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-3302005000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3302005000200005&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 05 mar. 2020.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000200005>.

MULLER, Fernanda. Socialização na escola: transições, aprendizagem e amizade na visão das crianças. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 32, p. 123-141, 2008. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602008000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602008000200010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 Set. 2020.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602008000200010>.

NASCIMENTO, Maria Leticia Barros Pedroso. **Educação infantil e sociologia da infância. Estudo sobre as relações entre a pesquisa em estudos da infância e os contextos nos quais é realizada**. 2016. Tese (Livre Docência em Educação Infantil) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-26042016-141310/pt-br.php>

Acesso em 02 fev. 2021. doi: 10.11606.tde-26042016-141310.

NEVES, Vanessa Ferraz Almeida; CASTANHEIRA, Maria Lúcia; GOUVEA, Maria Cristina Soares. O letramento e o brincar em processos de socialização na educação infantil brincadeiras diferentes. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 215-244, Mar. 2015. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782015000100215&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000100215&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 Set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206011>.

PAIS, JOSÉ MACHADO. Das regras do método, aos métodos desregrados. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 85-111, Junho 1996. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20701996000100085&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701996000100085&lng=en&nrm=iso). Acesso em 19 mai. 2020. <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86283>.

PEREIRA, Rachel Freitas. **Os processos de socializ(ação) entre os bebês e os bebês e adultos no contexto da Educação Infantil**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/128900> Acesso em: 11 set. 2020.

PLAISANCE, Eric. Para uma sociologia da pequena infância. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 86, p. 221-241, Abr. 2004. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000100011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000100011>.

PRADO, Patrícia Dias. **Contrariando a idade**: condição infantil e relações etárias entre crianças pequenas da educação infantil. 2006. 285p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252587>. Acesso em: 7 ago. 2018.

PRADO, Patrícia Dias. Os três porquinhos e as temporalidades da infância. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 32, n. 86, p. 81-96, Abr. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622012000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622012000100006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622012000100006>.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Sobre DURKHEIM e "As Regras do Método Sociológico". **Ci. & Tróp.**, Recife, v. 23, n.1, p.75-84, jan./jun., 1995. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/583> Acesso em: 20 mai. 2020.

RAMMSTEDT, Otthein. Como Georg Simmel chegou à modernidade e lhe permaneceu fiel?. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 53-73, Abr. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-38752015000100053&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752015000100053&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/2238-38752015v5i1>.

SALTURI, Luis Afonso. Um panorama da obra de Georg Simmel: teoria sociológica e teoria da cultura. **Movimentação**, [S.l.], v. 3, n. 4, p. 162-178, jul. 2017. ISSN 2358-9205. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/5127>. Acesso em: 02 abr. 2020.

SANCHIS, Isabelle de Paiva. Simmel e Goffman: uma comparação possível. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 856-872, dez. 2011. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812011000300008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812011000300008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 mar. 2020.

SANTOS, Débora Maria dos. **Infâncias e jogos digitais**: uma investigação sobre o consumo infantil a partir do Minecraft. 2018. 109 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. Disponível em: <http://www.tede2.ufpe.br:8080/tede2/handle/tede2/7612> Acesso em: 22 set. 2020.

SANTOS, Patrícia da Silva. **Siegfried Kracauer**: sociologia e superfícies. Escritos até 1933. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2014.tde-14012015-181721.

SARAIVA, Marina Rebeca de Oliveira. **Espacialidades da infância**: etnografia das redes de relações de crianças ricas na cidade de Fortaleza-CE. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2015.tde-31072015-103544.

SARAIVA, Marina Rebeca de Oliveira. **A fábula da metrópole**: a cidade do ponto de vista de crianças moradoras de condomínios fechados de luxo. 2009. 181 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281982>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: Correntes e confluências. In: SARMENTO, M. J.; GOUVÊA, M. C. S. de (Org.). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, p. 1-31, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/simposios/sociologiainfancia/T1%20Sociologia%20da%20Inf%EAncia%20Correntes%20e%20Conflu%EAncias.pdf> Acesso em 05 fev. 2020.

SEHN, Luize. **Do cuidar ao educar na Educação Infantil**: efeitos de sentidos. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/115749> Acesso em 01 out. 2020.

SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto de. Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 45, n. 158, p. 944-968, Dez. 2015 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742015000400944&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000400944&lng=en&nrm=iso)>. access on 24 Sept. 2020. <https://doi.org/10.1590/198053143364>.

SETTON, Maria Graça Jacintho. Teorias da socialização: um estudo sobre as relações entre indivíduo e sociedade. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 37, n. 4, p. 711-724, Dez. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151797022011000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022011000400003&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 03 jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S151797022011000400003>.

SILVA, Rogério Correia da. **Circulando com os meninos**: infância, participação e aprendizagens de meninos indígenas Xakriabá. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. 231f. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8M3FJJ> Acesso em: 10 set. 2020.

SIMMEL, Georg. **Simmel**: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, Out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27459.pdf> Acesso em 27 mar. 2020.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade; tradução Pedro Caldas. - Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIROTA, Régine. Primeiro os amigos: os aniversários da infância, dar e receber. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 26, n. 91, p. 535-562, Ago. 2005 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302005000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200012&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200012>.

SOUZA, Joseilda Sampaio de. **Brincar em tempos de tecnologias digitais móveis**. 2019. 471 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28762> Acesso em: 19 set. 2020.

STECHER, Heinz, GEORG SIMMEL: DINHEIRO, A SOLIDEZ DO EFÊMERO. **Cad.**

CRH., Salvador, n.22, p.185-191, jan/jun.1995. Disponível em:  
<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18782> Acesso em: 28 de mar. 2020.  
DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v8i22.18782>

TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. **Isto não é uma criança. Teorias e métodos para os estudos de bebês nas distintas abordagens da Sociologia da Infância Inglesa**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, UFSCar, 2013. Disponível em:  
<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2307/5206.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 05 fev. 2021.

TOTTI, Marcelo Augusto. Qual a validade teoria sociológica de Durkheim em tempos pós-modernos? Moralidade, socialização e centralidade da profissão docente. **Revista Educere Et Educare**, Vol. 13, N. 28, s/p, maio/agos. 2018. Ahead of Print. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereteducare/article/view/18905> Acesso em: 01 de mar. 2020. DOI: 10.17648/educare.v13i28.18905

TRISTÃO, André Delazari. **Infância e socialização**: um estudo sobre a educação do corpo nos momentos do parque em uma creche. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação., 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101035?show=full> Acesso em: 28 ago. 2020.

VANDENBERGHE, Frédéric. **As Sociologias de Georg Simmel**. Tradução de Marcos Roberto Flamínio Peres. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

WAIZBORT, Leopoldo. Simmel no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 50, n. 1, p. 11-48, 2007 . Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582007000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000100002&lng=en&nrm=iso). access on 19 abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000100002>.

WAIZBORT, Leopoldo. SIMMEL HOJE: Entrevista com Olli Pyyhtinen. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 11-30, Abr. 2015. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-38752015000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752015000100011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 mar. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752015v5i11>.

## APÊNDICE - Tabelas

**TABELA 1** - Levantamento realizado na base Scielo Brasil em todos os índices

Descritores	Resultados Obtidos
Infância e Socialização ou Sociabilidade	532
Infância e Socialização e Sociabilidade	04
Infância ou Socialização e Sociabilidade	39
Infância ou Socialização ou Sociabilidade	4.230 (todos os índices); 1238 (apenas no título)

**TABELA 2** - Levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Descritores	Resultados Obtidos
Infância e Socialização e Sociabilidade	9
Infância e Socialização ou Sociabilidade	04
Infância ou Socialização ou Sociabilidade	04
Infância ou Socialização e Sociabilidade	04
Infância e Sociabilidade	65
Infância e Socialização	180

**TABELA 3** - Levantamento realizado de artigos, teses e dissertações - títulos

	<b>Resultados dos levantamentos bases Scielo e BDTD</b>			
--	---	--	--	--

Nº	Artigos - Scielo	Descritores: Infância e Socialização e sociabilidade		
	Título do artigo	autor(a)	ano	Periódico
1	Movimentos sociais e experiência geracional: a vivência da infância no Movimento dos Trabalhadores sem Terra	Luciana Oliveira Correia Maria Amélia Gomes Castro Giovanetti Maria Cristina Soares Gouvêa	2007	Educação em Revista
2	Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos	Adriano Souza Senkevics Marília Pinto de Carvalho	2015	Cadernos de Pesquisa
		Descritores: Infância e socialização ou sociabilidade		
	Título do artigo	autor(a)	ano	Periódico
1	O cotidiano, as crianças, suas infâncias e a mídia: imagens concatenadas	Lisandra Ogg Gomes	2008	Pro-Posições
2	Práticas de socialização entre adultos e crianças, e estas entre si, no interior da creche	Altino José Martins Filho	2008	Pro-Posições
3	Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana	Maria Ângela D'Incao	1992	Tempo Social
4	Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá	Clarice Cohn	2000	REVISTA DE ANTROPOLOGIA
5	Jogo, mimese e infância: o papel do	Tamara Grigorowitschs	2010	Revista

	jogar infantil nos processos de construção do self			Brasileira de Educação
6	Infância e urbanidade nos parques infantis de São Paulo	Flávia Martinelli Ferreira Ingrid Dittrich Wiggers	2019	Educ. Pesqui.
7	SUBJETIVAÇÃO PÚBLICA OU SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA? SOBRE AS ARTICULAÇÕES ENTRE O "POLÍTICO" E A INFÂNCIA	Lucia Rabello de Castro Felipe Salvador Grisolia	2016	Educ. Soc.
8	O CONCEITO "SOCIALIZAÇÃO" CAIU EM DESUSO? UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO NA INFÂNCIA COM BASE EM GEORG SIMMEL E GEORGE H. MEAD	Tamara Grigorowitschs	2008	Educ. Soc.
9	CULTURAS ESCOLARES, CULTURAS DE INFÂNCIA E CULTURAS FAMILIARES: AS SOCIALIZAÇÕES E A ESCOLARIZAÇÃO NO ENTRETECER DESTAS CULTURAS	Maria Carmen Silveira Barbosa	2007	Educ. Soc.
10	PRIMEIRO OS AMIGOS: OS ANIVERSÁRIOS DA INFÂNCIA, DAR E RECEBER	Régine Sirota	2005	Educ. Soc.
11	TRANSFORMAÇÃO DOS MODOS DE SOCIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA	Suzanne Mollo-Bouvier	2005	Educ. Soc.
12	PARA UMA SOCIOLOGIA DA PEQUENA INFÂNCIA	Eric Plaisance	2004	Educ. Soc.
13	OS TRÊS PORQUINHOS E AS TEMPORALIDADES DA INFÂNCIA	Patrícia Dias Prado	2012	Cad. Cedes

	<b>Descritores: infância ou socialização e sociabilidade</b>			
	<b>Título do artigo</b>	<b>Autor(a)</b>	<b>Ano</b>	<b>Período</b>
1	O sucesso escolar de meninas de camadas populares: qual o papel da socialização familiar?	Marília Pinto de Carvalho Adriano Souza Senkevics Tatiana Avila Loges	2014	Educ. Pesquis.
	<b>Descritores: infância ou socialização ou sociabilidade</b>			
	<b>Título do artigo</b>	<b>Autor(a)</b>	<b>Ano</b>	<b>Período</b>
1	Viver, aprender e trabalhar: habitus e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia	Luis Fernando Cardoso e Cardoso Jaime Luiz Cunha de Souza	2011	Boletim do Museu Paraens e Emílio Goeldi
2	Na “periferia” da quadra: Educação Física, cultura e sociabilidade na escola	Rogério Cruz de Oliveira Jocimar Daolio	2014	Pro-Posições
3	Práticas de socialização entre adultos e crianças, e estas entre si, no interior da creche	Altino José Martins Filho	2008	Pro-Posições
4	Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá	Clarice Cohn	2000	REVISTA DE ANTROPOLOGIA
5	O letramento e o brincar em processos de socialização na educação infantil brincadeiras diferentes	Vanessa Ferraz Almeida Neves; Maria Lúcia Castanheira; Maria Cristina Soares Gouvêa	2015	Revista Brasileira de Educação
6	25Produção cultural e redes de sociabilidade no currículo e no cotidiano escolar	Janete Magalhães Carvalho	2013	Revista Brasileira de

				Educação
7	Jogo, mimese e infância: o papel do jogar infantil nos processos de construção do self	Tamara Grigorowitschs	2010	Revista Brasileira de Educação
8	O PÁTIO DA ESCOLA: ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO	Maria Luísa Guillaumon Emmel	1996	Paidéia
9	Socialização na escola: transições, aprendizagem e amizade na visão das crianças	Fernanda Müller	2008	Educar
10	SUBJETIVAÇÃO PÚBLICA OU SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA? SOBRE AS ARTICULAÇÕES ENTRE O "POLÍTICO" E A INFÂNCIA	Lucia Rabello de Castro Felipe Salvador Grisolia	2016	Educ. Soc.
11	CONCEITO "SOCIALIZAÇÃO" CAIU EM DESUSO? UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO NA INFÂNCIA COM BASE EM GEORG SIMMEL E GEORGE H. MEAD	Tamara Grigorowitschs	2008	Educ. Soc.
12	PRIMEIRO OS AMIGOS: OS ANIVERSÁRIOS DA INFÂNCIA, DAR E RECEBER*	Régine Sirota	2005	Educ. Soc.
13	TRANSFORMAÇÃO DOS MODOS DE SOCIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA	Suzanne Mollo-Bouvier	2005	Educ. Soc.
14	PARA UMA SOCIOLOGIA DA PEQUENA INFÂNCIA	Eric Plaisance	2004	Educ. Soc.
15	Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças	Jucélia Santos Bispo Ribeiro	2006	cadernos pagu

	<b>Base de Dados de Teses e Dissertações - CAPES</b>			
	<b>Descritores: Infância e Sociabilidade</b>			
Nº	Título da Tese ou Dissertação	Autor(a)	ano	Instituição
1	Dissertação - A RELAÇÃO ENTRE A PRÁTICA DE JUDÔ E O DESENVOLVIMENTO DE COMPORTAMENTOS SOCIALMENTE COMPETENTES NA INFÂNCIA: A EXPERIÊNCIA DOS PROFESSORES DO PROJETO BUGRE LUCENA DA ESEFID/UFRGS	Rodrigo Augusto Trusz	2018	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2	Dissertação - A FÁBULA DA METRÓPOLE A cidade do ponto de vista de crianças moradoras de condomínios fechados de luxo	Marina Rebeca de Oliveira Saraiva	2009	Universidade Estadual de Campinas
3	Dissertação - Infâncias e Jogos Digitais: uma investigação sobre o consumo infantil a partir do Minecraft	Débora Maria dos Santos	2018	Universidade Federal Rural de Pernambuco
4	Dissertação - Crianças no YouTube: um estudo etnográfico sobre as infâncias e suas estratégias de relacionamento nas mídias digitais	Fárida Monireh Rabuske Kuntz	2018	Universidade Federal de Santa Maria
5	Tese - DISCIPLINA E SOCIABILIDADE: FUNDAMENTOS DE UMA PEDAGOGIA MORAL DA INFÂNCIA EM KANT	Cássia Virginia Moreira de Alcântara	2017	Universidade Federal de Sergipe
6	Tese - Espacialidades da Infância: etnografia das redes de relações de crianças ricas na cidade de	Marina Rebeca de Oliveira Saraiva	2014	Universidade de São

	Fortaleza - CE			Paulo
7	Tese - CIRCULANDO COM OS MENINOS: Infância, participação e aprendizagens de meninos indígenas Xakriabá	Rogério Correia da Silva	2011	Universidade Federal de Minas Gerais
8	Tese - Educação Infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças	Daniela Finco	2010	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
	<b>Descritores: Infância e Socialização</b>			
<b>Nº</b>	<b>Título da Tese ou Dissertação</b>	<b>autor(a)</b>	<b>ano</b>	<b>Instituição</b>
1	Dissertação - INFÂNCIA E SOCIALIZAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO DO CORPO NOS MOMENTOS DO PARQUE EM UMA CRECHE	André Delazari Tristão	2012	Universidade Federal de Santa Catarina
2	Dissertação - O ESPAÇO ALIMENTAR E SEU PAPEL NA SOCIALIZAÇÃO DA INFÂNCIA: O CASO DE UMA CRECHE PÚBLICA	Juliana Schumacker Lessa	2011	Universidade Federal de Santa Catarina
3	Dissertação - INFÂNCIA, TRABALHO E SOCIALIZAÇÃO EM ITAPURANGA-GO: AGRICULTURA FAMILIAR EM CONTEXTO DE MUDANÇAS	Blenda Domingues Bittencourt	2013	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
4	Dissertação - Processo de socialização da violência na infância e na adolescência	Lucas de Lima e Cunha	2011	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

5	Dissertação - "Criança Adventista" - um estudo sobre a evangelização infantil	Priscila Ribeiro Jeronimo Diniz	2014	Universidade Federal da Paraíba
6	Dissertação - Pequenos Compradores: o consumismo e a brincadeira na Educação Infantil	Julia de Souza Delibero Angelo	2013	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
7	Tese - A infância em disputa: escolarização e socialização na reforma de ensino primário em Minas Gerais – 1927	Cleide Maria Maciel de Melo	2010	Universidade Federal de Minas Gerais
8	Tese - Particularidades da infância na complexidade social - um estudo sociológico acerca das configurações infantis	Lisandra Ogg Gomes	2012	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
9	Tese - O processo de socializ(ação) entre os bebês e os bebês e adultos no contexto da Educação Infantil	Rachel Freitas Pereira	2015	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
10	Tese - Educação Infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças	Daniela Finco	2010	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
11	Tese - BRINCAR EM TEMPOS DE TECNOLOGIAS DIGITAIS MÓVEIS	Joseilda Sampaio de Souza	2019	Universidade Federal da Bahia

	<b>Descritores: Infância e socialização e sociabilidade e outras formas articuladas</b>			
<b>Nº</b>	<b>Título da Tese ou Dissertação</b>	<b>Autor(a)</b>	<b>ano</b>	<b>Instituição</b>
1	Dissertação - Infâncias e Jogos Digitais: uma investigação sobre o consumo infantil a partir do MineCraft	Débora Maria dos Santos	2018	Universidade Federal Rural de Pernambuco
2	Dissertação - Do cuidar ao educar na educação infantil: efeitos de sentidos	Luize Sehn	2014	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
3	Tese - Educação Infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças	Daniela Finco	2010	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo